



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 14/2023

Sessão Extraordinária de 9 de NOVEMBRO de 2023

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Centro Autárquico de Quarteira, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----Lista de Presenças:-----

20 Deputados Municipais do PS - Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Fernando Pereira Marques (1º Secretário em exercício), Ana Paula Neto Coelho dos Santos (em substituição de Carlos Manuel Pontes Costa), Adriano Costa Cabrita (em substituição de Pedro de Moraes Lobo Martins Julião), Elisabeta Ecaterina Necker (2ª Secretária em substituição), Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Manuel Vitorino Correia Inácio (em substituição de Maria João Carapeto Tavares), Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Núria Inês Rey Machado, João Pedro Medeira Cabrita, Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, José João Magalhães David, José Guerreiro Romão (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente), Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S.Sebastião); -----

8 Deputados Municipais do PSD - João Carlos Dias dos Santos, Bárbara Maria do Amaral Correia, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Miguel Baguinho Coelho (em substituição de Cláudia Isabel Martins Mendes), João José Paixão Carvalho Ferreira, Helder Faísca Guerreiro, Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim); -----

2 Deputadas Municipais do CHEGA - Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro,
Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro; -----

1 Deputada Municipal do BE - Maria Helena de Almeida Barão e Baião (em
substituição de Carlos José da Silva Martins); -----

1 Deputada Municipal do CDS - Isilda Maria Mendes Guerreiro (em substituição de
António José Mendes Pinto Farrajota); -----

1 Deputada Municipal da CDU - Carla Sofia Osório Gomes; -----

1 Deputada Municipal do PAN - Ana Luísa Poeta Simões; -----

Também estiveram presentes o Vice-Presidente David Pimentel e os Vereadores,
Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, Cláudio Filipe Simão de Lima (em
substituição de Rui Cristina), João Paulo Sousa e Fernando Santos. -----

Não estiveram presentes nem se fizeram representar os Deputados **Maria Esteves
Ferreira Lourenço** e **Vítor Cristiano da Piedade Ferreira** do **GM do PS** -----
O **Presidente da Câmara**, Vitor Aleixo não esteve presente por se encontrar em
Lisboa, em representação do município. A Senhora **Vereadora Ana Machado**
também está fora do município num Congresso.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo,
o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem
de Trabalhos: -----

----- **Ordem de Trabalhos:** -----

1- Intervenção do Público

2- Período de Antes da Ordem do Dia;

- Apresentação do Relatório anual da CPCJ;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

3- Período da Ordem do Dia;

- a) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1943-2023 [GAP] - 1-Revogação da Proposta n.º 1891-2023 [GAP]; 2-Submeter à Aprovação da Assembleia Municipal a Proposta de Reconhecimento de Situação de Emergência Climática no município de Loulé; para deliberação;**
- b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2135-2023 [DAF] - 3.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 3.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 3.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais; para deliberação;**
- c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2147-2023 [DAF] - Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais; para deliberação;**
- d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2181-2023 [DACP] - Autorização do Concurso Público para a Contratação da Concessão de Exploração de um espaço destinado à instalação e funcionamento de um estabelecimento de restauração e bebidas no Pavilhão Multiusos de Almancil; para deliberação;**
- e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2319-2023 [GAP] - Nomeação da "Comissão Concelhia para as Comemorações do 25 de Abril e seu Presidente"; para deliberação;**
- f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1959-2023 [DMAPMA] - Acordo de Parceria entre GEOPARQUE M'GOUN MARROCOS E ASPIRANTE GEOPARQUE ALGARVENSIS PORTUGAL; para conhecimento;**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** iniciou a abertura desta sessão desejando uma boa noite a todos e a todas, pedindo desculpa por este ligeiro atraso derivado a problemas informáticos. Começo por cumprimentar os senhores Deputados e senhoras Deputadas, o senhor Vice-Presidente, David Pimentel e o Executivo, cidadãos aqui presentes e que nos acompanham pelas redes sociais, equipas de apoio à realização desta Assembleia, Língua Gestual Portuguesa, Audiovisuais, e Gabinete de Apoio à Assembleia. Minhas senhoras e meus senhores, muito boa noite a todos. Vamos então dar início à Assembleia Extraordinária de 9 de novembro de 2023. convocada por existirem assuntos para deliberação e para apresentação neste órgão, e que hoje decorre no Centro Autárquico de Quarteira. -----

Para a sessão de hoje e à semelhança do que vem sendo hábito, para além de mim e do 1º Secretário em exercício, Fernando Marques passo a convidar para integrar a Mesa como 2.ª Secretária em substituição, a Deputada Elisabeta Necker, perguntando se alguém se opõe? -----

Assim sendo e antes de entrarmos no Período de Intervenção do Público, quero agradecer na pessoa de Telmo Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, a total colaboração prestada para a organização da Assembleia neste local, corporizada na pessoa de Silvia Bonixe pela organização do espaço e apoio à realização da sessão, naturalmente, com o apoio dos restantes funcionários e funcionárias, muito obrigado a todos e a todas. -----

Quero também informar que o senhor Presidente da Câmara, Vítor Aleixo informou que não iria poder estar presente nesta sessão por se encontrar em Lisboa, em representação do município na reunião do Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do qual faz parte, a decorrer no Ministério do Ambiente, o mesmo se passando com a senhora Vereadora Ana Machado, que está ausente do município nos dias 7, 8 e 9 no 9.º Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras em Torres Vedras. -----

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos: -----

1- Período de Intervenção do Público; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** informou que iniciávamos o Período de Intervenção do Público. Recordo que, nos termos do Regimento da Assembleia, o tempo máximo para cada intervenção é de 5 minutos e recorda-se também que, nos termos deste mesmo Regimento, a intervenção do público se destina à apresentação de Assuntos de Interesse Municipal, bem como a apresentação de esclarecimentos dirigidos à Mesa. Tivemos 2 inscrições prévias e 2 inscrições feitas agora antes do início da sessão, pelo que o tempo disponível para cada uma das intervenções será de 5 minutos. ----- Tem a palavra o senhor João Miguel Mendonça Correia. Pelos vistos ter-se-á inscrito e, por qualquer motivo, não pôde estar presente. Os assuntos que se propunha trazer a esta Assembleia, era Plano de Sustentabilidade da Câmara de Loulé e ciclovias na cidade de Loulé. Assim sendo, tem a palavra, o senhor José Mendes de Moraes em representação da MMG, Sociedade de Advogados, tem a palavra senhor José Mendes. -----

O **cidadão José Mendes de Moraes** tomou a palavra e disse: Boa noite, cumprimento todos os presentes, autarcas e público e o que me traz cá, eu sou Advogado de uma empresa de construção que se chama SERMADER e a história é esta; no Diário da República, 2ª Série nº 203 de 3 de setembro de 1997, foi publicado um Regulamento do Plano de Pormenor 1 de Almancil. Neste Plano no seu artigo 12, n.º 2 diz o seguinte: Para custear a realização das infraestruturas previstas do PP 1 e que cabem à Câmara Municipal de Loulé executar, será aplicada tal e tal não interessa, portanto, daqui se conclui que a quem compete executar as infraestruturas do PP 1 de Almancil, é a Câmara Municipal de Loulé. Depois também deste Diploma, funcionava como este Plano? As pessoas que tinham terrenos incluídos na área do Plano, entregavam-os à Câmara através de uma Associação que era a Câmara, e em troca recebiam lotes. O meu cliente, informou que do seu terreno recebeu vários lotes. Desses vários lotes, há 3 lotes que eram só um número, 10, 17 e 18, que ainda hoje não conseguiu construir aquilo a que tem direito. E porquê que não conseguiu construir aquilo a que tem direito? É porque a Câmara Municipal de Loulé, apesar das nossas insistências durante 20 anos, não realizou as infraestruturas urbanas e, consequentemente, não podem... -----

O **Presidente da AML** disse: tem uma cadeira, se quiser usar a sua documentação, e é necessário que fale diretamente para o micro, senão as pessoas lá em casa não o ouvem, e, por outro lado, também não fica na gravação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O cidadão **José Mendes Morais** disse: Eu não sabia que estava perante essa modernice... -----

O **Presidente da AML** disse: Sabia porque assinou uma Declaração nesse sentido. -

O cidadão **José Mendes Morais** disse: Sabia, mas não reparei. Eu escuso de estar aqui a ouvir e a ser repreendido nesses termos, porque... -----

O **Presidente da AML** disse: O senhor é Advogado, sabe melhor do que eu, que não sou, que nos termos da Proteção de Dados e da salvaguarda dos dados pessoais, isto não poderia estar a ser transmitido se o senhor não autorizasse, Portanto se não me diz que assinou conscientemente e que autoriza, eu não o posso deixar continuar a falar. -----

O cidadão **José Mendes Morais** disse: Se assinei é porque autorizei. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não vale a pena este nosso diálogo, não serve à democracia. -----

O **Presidente da AML** disse: Serve porque é a Lei que está em causa. Não o vou tratar por Sr. ° Doutor, porque o senhor está aqui na qualidade de representação de um cidadão. Se o senhor autoriza que seja feita a sua recolha de imagem e a sua voz, a gente vai continuar, muito obrigado então. -----

O cidadão **José Mendes de Morais** disse: Já lhe disse que sim! -----

O **Presidente da AML** disse: Faça favor de continuar. -----

O cidadão **José Mendes de Morais** disse: O que é que se passa aqui? A Câmara Municipal de Loulé, recebeu terrenos de um cliente meu e tinha a obrigação de entregar lotes infraestruturados que permitissem a construção. Esses Lotes, são o lote 9, 17 e 18. A Câmara Municipal de Loulé, apesar disto tudo, nunca fez as infraestruturas, sendo que infraestruturou provavelmente, 90% desse PP1, o que teve como consequência que os donos destes lotes, não pudessem construir, ainda hoje. Já houve processos judiciais, já houve tudo insistências durante 20 anos, para que fizessem as infraestruturas. Não fazem as infraestruturas, e isso como devem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

imaginar há mais de uma década há mais de 15 anos, o prejuízo que isso causa a uma Empresa do vosso concelho. E isto só acontece por várias razões, ou por incompetência da Câmara Municipal, se não consegue resolver, isto é, por incompetência, não é? Ou por coisas mais graves que eu não entro aqui em considerações sobre isso. Portanto, o que eu venho aqui fazer é para que esta Assembleia Municipal tome conta deste assunto, tome o seu conhecimento, porque é um processo, que está na Câmara Municipal e através da vossa ação de fiscalização, façam favor de intervir no sentido de repor os direitos das pessoas e, portanto, e controlar democraticamente, o órgão Câmara Municipal que também é da vossa competência. Eu não preciso de mais nada. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado pela sua participação. Tem a palavra o senhor Rogério Rochinha. -----

O cidadão Rogério Rochinha tomou a palavra e disse: Vamos lá ver se eu consigo falar. Boa noite, senhor Presidente, cumprimento na pessoa de Vossa Excelência, todos os presentes nesta sala e aqueles que nos estão a escutar em casa. Cumprimentar o senhor Vice-Presidente também, pensava que ia fazer as perguntas ao Senhor Presidente. Tenho pena de ele não estar cá, porque há aqui perguntas que são recorrentes e que não têm sido respondidas, não é porque eu não gosto da resposta, mas é porque na realidade não têm sido respondidas como deve ser. Gostaria de saber, qual é, na realidade, o verdadeiro problema que existe com o Centro de Dia de Quarteira, que há 13 meses está a pedir a alteração do Alvará de Utilização. É escusado andarmos com história de que não temos técnicos, que estão em formação que estão mais aqui mais acolá, é preciso dizer claramente o que é que se passa! Outra questão que eu gostaria de que fosse respondida era, neste momento, qual é a situação do Casino velho. Já foi resolvido o problema com a sede do PCP? O problema dos terrenos do Mercado, a Câmara Municipal de Loulé, adquiriu a maioria dos terrenos onde se faz o Mercado da Fruta. Há uma parcela, como todos sabem, foi dito também nessa Assembleia, onde eu questionei o Senhor Presidente, que está em litígio no Tribunal, que é a parcela que pertence ao senhor Coronel. O que eu gostaria de saber é, o que é que a Câmara pensa em relação a isto, o que é que pensa fazer? Porque não sei se a Câmara pode avançar com alguma coisa ali, enquanto não resolver o problema daquela língua de terreno que se continua em litígio no Tribunal. Uma pergunta e o que é que está a ser feito já é mais uma informação?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Penso que está a ser feita alguma coisa, o que é que está a ser feito? Desculpem a minha ignorância, mas o que é que está a ser feito no antigo Posto da GNR? Para quê? Senhor Vice-Presidente, qual é, na realidade também neste momento, a situação do Edifício Praças? E sobre o Edifício Praças, eu acho que a própria Câmara nesta terra, se calhar, até para sua salvaguarda, devido ao elevado custo da obra, deveria explicar aos fregueses desta Freguesia de Quarteira toda a envolvente, o porquê da obra ter chegado aquela quantia e explicar toda a envolvente que existe desde os estacionamento a tudo isso, para que não haja questões que se põem no café, e que, de facto, não levam a lado nenhum. Era bom que a Câmara explicasse claramente esta questão. Em relação à questão da habitação, eu gostava de saber não o que se vai fazer, mas o que é que foi feito até agora até ao final de 2023, porque estamos no final de 2023, em relação ao Programa de Habitação que englobava Quarteira, penso eu. E por isso, gostaria de saber o que é que foi feito, não o que é que se vai fazer, isso eu sei. Outra questão que também tem sido recorrente e eu tenho trazido aqui, é uma questão com mais de 15 anos. Eu sei que quando este Executivo tomou posse em 2013, já existia, mas já estão há 10 anos no poder. É o problema da mobilidade, e eu vou continuar a ser muito chato com esta questão e vou continuar a perguntar porque é que a Câmara Municipal de Loulé não entrega através de um contrato interadministrativo, e com o valor respetivo envelope para se fazer isso, que é necessário, na Salgueiro Maia e noutras à Junta de Freguesia de Quarteira, porque é possível fazer isso. É possível fazer isso! Porque não se pode continuar a admitir que nesta terra de, alguns dizem que é de turismo por excelência, não sei se será bem assim, mas uma terra que necessita não só da frente mar, mas necessita que no seu interior também se façam as coisas em condições, não é admissível que numa passadeira haja uma rampa de um lado e do outro lado já não haja nada, ou seja, se alguém for ali a passar com uma cadeira de rodas ou com um carrinho de bebé, o que é que vai fazer? Vai passar na rampa, se estiver do outro lado, nem sequer passa, se estiver no lado da rampa, vai passar na rampa e depois bate contra. Porque é que não é feito um contrato interadministrativo? Alguém está com medo de entregar isto à Junta de Freguesia de Quarteira, para fazer isto? Eu tenho a certeza absoluta, porque já o demonstrou noutras ocasiões que a Junta é capaz de fazer isso. Já terminei, muito obrigado, Senhor Presidente. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Hélio Carmo. -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **cidadão Hélio Carmo** tomou a palavra e disse: Muito boa noite senhor Presidente. Boa noite senhores autarcas, boa noite a todos lá em casa, eu venho aqui com sobretudo uma questão, o que é que foi feito em termos de melhoria das infraestruturas desportivas na nossa cidade, nosso concelho, mas, sobretudo na nossa cidade de Quarteira. I enho falado com o senhor Presidente da Junta, várias vezes sobre a questão de não existir em Quarteira um Campo de Futebol e, como sabem, o futebol é o desporto mais amado dos portugueses. Não existe um Campo de Futebol onde não federados possam jogar, brincar, não existe! Não se compreende isto! É talvez das únicas localidades em todo o Algarve já fui a outras cidades que têm esses Campos, Quarteira não tem! Há tantos anos, andamos a falar nisto, não compreendo porquê, gostaria que me explicassem! Mas isso não fica por aí. Temos, por exemplo, um Pavilhão que é o Pavilhão Carlos Gravata que se encontra completamente abandonado. Aquilo não tem o mínimo de condições, para as atividades que são lá feitas. Eu já trabalhei lá como Treinador de formação dos pequeninos, e desde cabeçadas em traves, em pilares de balizas quadrados não protegidos e várias situações no piso, pelo menos na altura em que eu lá estava, não sei se já mudou, de encaixes, que não se percebia para que é que aquilo servia, quando barras a circundarem o Campo, em que qualquer jogador e pratica-se lá Futsal e outras coisas, que se não conseguir travar a tempo, vai contra as barras e eu já assisti a acidentes. Não compreendo e gostava que me explicassem, a mim como munícipe desta localidade, desta cidade, o porquê de haver estas estas faltas, não faz sentido para mim. Não faz sentido, uma Câmara que se arroga de ser uma das mais ricas, de haver tanto dinheiro e usa-se o dinheiro para quê? Não compreendo! Gostava que me explicassem! Também gostaríamos que fosse explicado aos quarteirenses mais especificamente falando, o que é que se fez em termos de ciclovias, porque é que se fez uma ciclovias daquelas? Porque quando nós falamos na Junta de Freguesia, as respostas são sempre muito vagas, ah isso é com a Câmara, as competências não são nossas. E é um lavar de mãos daqui para acolá e ninguém sabe nada. Mas eu gostava de perguntar aos senhores autarcas de Loulé, que nos explicassem o que é que foi feito, porque é que foi desfeito o que é que vai ser feito ou se não vai ser feito nada? Que é aquilo que até agora nós estamos habituados, ao nada! Gostava também de saber porque é que ainda não temos um Lar de Idosos decente, porque é que não temos o suficiente até me falta a palavra! Jardins de Infância, ou seja, eu vivo aqui em Quarteira, não sou de Quarteira, não sou natural de Quarteira, vim para cá com 10 anos, tenho 58, são 48 anos e há 48 anos que, tirando o crescimento imobiliário, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

tivemos, nada mudou, o Centro de Saúde é o mesmo, com a diferença de que da última vez que lá estive haviam umas roulottes e umas coisas estranhas lá à volta que eu não consegui perceber para quê! Escolas, temos algumas escolas? Mas também com, vou concluir senhor Presidente, agradeço, obrigado. Escolas com roulottes crianças enfiadas em roulottes, não consigo compreender! O porquê destas coisas e pedia explicação para tudo isto. Muito boa noite e obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado pela sua intervenção. -----

Não temos mais inscrições do público e eu antes de passar a palavra, ao senhor Vice-Presidente, para responder às questões colocadas, é minha obrigação esclarecer o seguinte, não só ao senhor José Mendes de Moraes, mas como a todas as pessoas que nos ouvem em casa e aqueles que aqui estão presentes, mas esses estão mais habituados a isto e conhecem melhor as regras. Todos nós aqui estamos a desempenhar os nossos papéis, todos nós temos responsabilidades em função desses papéis. Eu fui eleito pelos senhores Deputados para ser Presidente da Mesa da Assembleia. É obrigação de todos os senhores Deputados zelarem pelo cumprimento das leis, obrigação acrescida do Presidente desta Mesa, zelar pelo cumprimento das leis. Portanto, não percebi de que forma é que o senhor interpretou o meu esclarecimento, também já não vai ter oportunidade de usar da palavra para se explicar. Eu quero-lhe dizer que o meu esclarecimento, foi apenas na estrita obrigação das minhas funções enquanto Presidente da Assembleia, que é não permitir que nesta Assembleia, se processem ilegalidades. Alguém que, diz perante as câmaras que não sabia que estava a ser filmado, quando a lei obriga que as pessoas que aqui vêm só podem ver a sua imagem transmitida e o seu som gravado quando autorizam expressamente. Obrigou-me a esclarecer que, efetivamente o senhor estava nessas condições, caso contrário, não lhe podia ter dado a palavra, pelo menos sem nos conseguir dizer, olhe, o senhor não assinou e se não assina, não pode intervir, seria a sua opção intervir ou não intervir. Portanto, eu não poderia deixar em branco alguém que diz “eu não assinei nada” ou então “não sei que assinei”. As pessoas têm que ter a noção que quando vêm às assembleias, e já tivemos em risco de não realizar assembleias, por impossibilidade de elas serem transmitidas, portanto, fazemos questão que estas assembleias sejam transmitidas exatamente por uma questão de princípio democrático de transparência. Eu não poderia deixar de esclarecer logo de imediato que, efetivamente, eu tenho na minha posse um documento em como o senhor assinou que autorizava. Portanto não há qualquer mal entendido, não há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

qualquer má vontade, pelo contrário, a gente agradece que as pessoas venham aqui expor os seus problemas e se o senhor e as pessoas que representa não as viram nas outras estâncias, acho muito bem que as venham aqui expor, embora depois no final também esclarecerei que a capacidade de intervenção desta Assembleia nestas questões, quando ainda por cima, elas já decorreram também, pelo que me apercebi em instâncias judiciais e já passaram pelos Tribunais, a capacidade desta Assembleia de intervir é muito reduzida a não ser, dando-lhe a palavra para que o senhor exponha e eventualmente acompanhar o evoluir desta situação. -----

Também relativamente à intervenção do Rogério Rochinha e uma vez que eu sou Coronel, esclarecer que o terreno que ele refere não tem nada a ver comigo, isto é em género de brincadeira, Rogério, mas pronto, não tenho terrenos que não seja o terreno da minha casa, de forma que não é este o Coronel dos terrenos que o senhor Rogério se estava a referir. E posto isto, caro Vice-Presidente, tem a palavra. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente, cumprimento-o a si e à respetiva Mesa, cumprimento aqui a vereação, os estimados Deputados aqui presentes, o público também, que aconteceu a esta Assembleia e é sempre muito bom ver uma Assembleia com tantos participantes, é sinal que a democracia está de facto viva. Também cumprimentar os funcionários que estão a garantir que possamos trabalhar nas melhores condições e que possa estar a ser partilhada a Informação também e aproveito também para cumprimentar quem nos está a seguir a partir das redes digitais. Antes mesmo de começamos a responder às diversas questões que foram colocadas e vamos fazer os possíveis para responder a cada uma delas. Só para parabenizar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo facto de estar a fazer as sessões da Assembleia Municipal descentralizadas daquilo que é o local em que habitualmente trabalhamos, aliás não estou habituado a estar a falar a uma distância tão significativa de vós, e ainda bem que temos aqui um sistema de som próprio para podermos comunicar melhor, mas gostamos sempre de estar mais próximo das pessoas, mas, de facto, é muito bom, porque já tivemos o privilégio de estar em Almancil, com a comunidade de Almancil, hoje estamos a ter o privilégio de estar com a comunidade de Quarteira que a mim também me toca e pessoalmente muito, tenho aqui o privilégio de ter crescido, estar a viver e ter 3 filhas a crescer nesta maravilhosa comunidade e muito em breve, ainda neste mês, estaremos em Salir também numa sessão da Assembleia Municipal que, segundo me parece, a ambição será que todas as freguesias venham a ter uma Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Municipal para isto mesmo, para podemos estar próximos das pessoas, é a melhor forma de o fazermos, é virmos ao terreno, e estamos próximo da nossa comunidade que temos o privilégio de representar. Posto isto, eu vou pedir ao Senhor Presidente para dar a palavra aos meus colegas Vereadores e no final farei a intervenção para procurar responder a tudo aquilo que eles não tenham respondido. se for possível. ---

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Vereador Abílio Sousa. -----

O **Vereador Abilio Sousa** tomou a palavra e disse: Boa noite a todos os Deputados, excelentíssimo público aqui presente e em casa que nos assistem, responder aqui a algumas questões colocadas pelo cidadão Rogério Rochinha. Vou ser muito sintético para que tenhamos tempo para responder a todas as questões. Em relação ao antigo Posto da GNR, é uma obra de adaptação que vai ser criado um espaço escolar, no 1º e 1º Ciclo com refeitório, é um investimento de meio milhão ascende ligeiramente acima de meio milhão de euros. Em relação ao Mercado que se chama as Praças do Mercado de Quarteira, está numa fase a decorrer neste momento, o concurso público internacional, é uma obra que tem um investimento que ronda os 25 milhões, penso que foi feito mais que uma vez, a exposição do que é que consistia o Mercado, nomeadamente aqui nesta sala aos intervenientes que lá estavam ou que estão a laborar no Mercado e ao público que esteve interessado na altura para assistir. Penso que é composto por várias situações, nomeadamente parte de restauração, parte das bancadas, tanto da frutaria como do peixe, tem também, não quero agora aqui precisar, mas penso que são à volta de 300 e tal lugares de estacionamento, tem um envolvimento também de arranjos exteriores assim muito sinteticamente também, para não cometer o erro de dizer algo que não seja contemplado neste Projeto. Em relação ao antigo Casino vai ser lançado novamente um concurso público, a partir do dia de hoje, porque vai ser feito na alteração, a rubrica vai ser reforçada e vai ser lançado com um valor de 3 milhões e meio o valor base, no primeiro lançamento, ficou deserto. Em relação à questão que colocou com o espaço que é ocupado como Sede do PCP, penso que existe um entendimento, não tenho mais informação que lhe possa dar em concreto, mas penso que existe um entendimento com o PCP. E é tudo o que tenho para responder em relação à minha área, obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vereador. Tem a palavra o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

senhor Vereador Carlos Carmo. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Permita-me cumprimentar na sua pessoa, todos os senhores Deputados, os colegas Vereadores, o público que assiste aqui em bom número e que muito nos apraz, esse facto, a quem assiste em casa e um agradecimento também especial, reforçar à Junta de Freguesia, e ao esforço que foi feito para trazer a Assembleia Municipal a esta casa e não me canso de elogiar e agradecer as nossas amigas que através da Língua Gestual, transmitem também as nossas palavras para quem não as consegue perceber. Tentar aqui ser o mais esclarecedor em algumas questões que me foram colocadas: -----

Começava pelo Senhor Hélio Carmo, e relativamente àquilo que são as infraestruturas desportivas. Obviamente que queremos fazer sempre mais, e isso estamos todos de acordo, que por muito que façamos aquilo que é nossa, digamos, aquilo que está ao nosso alcance, a nossa ambição, de termos melhor do que aquilo que temos hoje, é algo que estamos plenamente de acordo. Mas no que concerne ao Pavilhão Carlos Gravata, é bom recordar para que se perceba também as questões que referiu e que aqui algumas são de facto, tem toda a razão e nós estamos a fazer de tudo para que as mesmas sejam resolvidas num curto espaço de tempo. É bom recordar que o Pavilhão Carlos Gravata teve em certa altura, esteve em concurso para ser totalmente, digamos. não era requalificado, mas era um Pavilhão praticamente novo, na mesma altura que a Escola Dom Dinis, foi lançada e foi construída. Ora, como ainda há pouco ouvimos, alguns concursos e não é só nas empreitadas também na prestação de serviços, isso acontece, é infelizmente pratica alguns concursos ficarem desertos e esse foi um deles, e por esse facto, porque estávamos à espera, obviamente que hoje fosse possível termos um Pavilhão totalmente diferente daquilo que é hoje não foi aplicado aquilo que é o Plano de Manutenção devido naquele Pavilhão. Ora isso trouxe-nos problemas a seguir que hoje estão visíveis, mas que temos vindo a resolver alguns deles. Primeiro quero dizer-lhe, que o piso do Pavilhão Carlos Gravata está totalmente novo, é um piso novo, é um piso amovível. É um piso que é utilizado em competições oficiais, decidimos adquirir não só para este Pavilhão, mas para mais dois, pelo facto de haverem estas infraestruturas que estavam a necessitar de novos pisos e decidimos fazê-lo, e ele está devidamente instalado, os clubes valorizam esse investimento e o mesmo está a cumprir aquilo que era o objetivo. Depois um dos grandes problemas desse Pavilhão é a parte de saneamento, que não há, digamos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

obras de “lifting” que resolvam, tem que ser mesmo intervencionado de fundo, Está a ser ultimado, e o meu colega o Vereador Abílio Sousa, poderia ter dito isso, mas eu reforço, está a ser ultimado um projeto para fazer essa intervenção, mas nós para não inviabilizar a prática desportiva no Pavilhão, já instalámos primeiramente uns contentores para servir não só os professores, mas também os árbitros que aí fazem o seu trabalho de arbitragem nos jogos, mas recentemente lançámos um concurso para instalação de contentores para servir de balneários para garantir que não haja qualquer impedimento de utilização do Pavilhão, e, pasme-se, até aí ficam concursos desertos. Lançamos um concurso para aquisição e instalação de contentores, hoje já deveriam estar instalados e o concurso ficou deserto, vamos ter que lançar novo. Portanto, muitas vezes as coisas não correm como nós esperamos, fazemos o nosso melhor e nesse caso é o que aconteceu. Mas quero também realçar, que e como falou em instalações desportivas no global, realçar que por exemplo, os Campos n.º 2 em Loulé e em Quarteira, têm pisos sintéticos novos, foram colocados neste período de defeso. Portanto, também é de valorizar esse trabalho que está a ser feito e todo o trabalho de manutenção diária que é necessária nessas instalações. Mas, de facto, tem razão, o Pavilhão precisa urgentemente de ter essa intervenção e estamos a trabalhar para isso. Depois houve também, o senhor Hélio também falou na questão da ciclovía, dizer-lhe que parte da empreitada que foi lançada, está pronta mas muitas vezes, quando pensamos melhor nas situações e verificamos que, se calhar, não dando logo os dois passos em frente, mas dando um passo atrás, repensar e avançar com a consciência que estamos a fazer a intervenção que deve ser feita. Está neste momento a ser reequacionado o modelo da ciclovía que vai ali a ser instalado. Portanto, é isso que eu posso dizer neste momento, é por isso que o resto da empreitada não está concluída com duas garantias, melhor circulação automóvel, maior espaço para circulação automóvel, mantendo a segurança dos ciclistas que utilizavam essa ciclovía que, por aquilo que todos puderam verificar, quando o contador estava a funcionar e quando passavam lá bicicletas, tinha uma enorme utilização, nomeadamente em termos de mobilidade para quem trabalha em Vilamoura, utiliza muito a bicicleta para trabalhar em Vilamoura e transportar-se para Quarteira e era através daquela ciclovía que hoje tem a continuação até Vilamoura. Portanto, sobre esse assunto e penso que das minhas áreas era o que eu tinha para esclarecer, muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Vereador. Senhor Hélio, peço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

desculpa, faz parte das regras do Regimento, o público depois de usar da palavra já não pode falar. Os senhores Deputados que, naturalmente estão atentos também às vossas intervenções, se alguma coisa no final ficar por esclarecer, poderão sempre voltar a levantar o assunto no Período de Antes da Ordem do Dia, em que se fazem perguntas ao Executivo, os próprios Deputados podem fazer deles as vossas questões não respondidas. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente, David Pimentel.

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. vou procurar responder então às questões que foram colocadas e que eventualmente não tenham sido esclarecidas, sendo conforme o Presidente da Mesa disse, se ficar alguma por esclarecer com gosto, continuaremos cá para responder aquilo que temos informação neste momento disponível para vos responder. Ao senhor munícipe José Mendes Morais, colocou ai uma série de questões que são absolutamente técnicas e que tem a ver com o Departamento de Planeamento e Administração do Território, tem a ver com o Urbanismo, tem a ver com loteamentos, o que é que eu lhe posso dizer sobre essa matéria do que eu recebi, entretanto, que possa servir de algum esclarecimento. Efetivamente, o município está a desenvolver todos os esforços necessários por forma a celebrar as escrituras com as entidades e as sociedades que estão envolvidas. Para além da SERMADER, há mais duas sociedades envolvidas e o município está ativamente a trabalhar nesse sentido. Tanto é, deve ser do seu conhecimento, houve várias reuniões, quer com a Divisão de Planeamento, quer com os serviços Jurídicos do município nesse sentido, e o município está a tentar desbloquear a situação junto do Notário e do Conservador. Questões com este detalhe técnico em que está a reportar-se a questões de Decretos-Lei, de parcelas, de loteamentos, cedências ou interesse público, eu creio que o melhor é uma sugestão que lhe faço humildemente, é colocar essa questão por escrito endereçada ao senhor Presidente da Câmara, e os serviços competentes do município, farão uma resposta detalhada, precisa e que lhe possa ser muito mais esclarecedora do que eu, neste preciso momento. Posto isso, gostaria então de responder a algumas questões colocadas pelo senhor munícipe Rogério Rochinha. Sobre o Centro de Dia de Quarteira, o Alvará de Utilização, não lhe sei responder, julgo que também deverá endereçar essa questão diretamente para o município sobre a alteração. No que diz respeito ao terreno do Mercado da Fruta, de facto, foi adquirida a maior parte das parcelas que ali estão, diria cerca de 90% do espaço. Para que todos fiquem cientes a ideia do município é criar um espaço de descompressão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

urbanística, com um estacionamento subterrâneo, e que na parte à superfície possa ser feito uma intervenção para manter uma funcionalidade diversa, como seja o Mercado dos Produtores, que ocorre lá uma vez por semana, entre outras atividades e a parcela que falta, o que lhe posso dizer, é que neste momento, está a ser gerido esse processo pela Divisão Jurídica do município e tudo se encaminha para que possa ser resolvida a breve trecho. Sobre o Edifício das Praças ou o Mercado Municipal de Quarteira, que o senhor Vereador Abílio Sousa referiu praticamente tudo. Eu só queria complementar mais algumas informações. De facto, é um concurso público internacional com prévia qualificação, está neste momento a em concurso até ao dia 13 de novembro, para a receção das empresas que se candidatem a este concurso. 25 milhões de euros é o preço base com IVA, portanto, daí para baixo será a concorrência a funcionar. É um projeto, até porque colocou essa questão, sobre que outras componentes é que tem? Ele, de facto, tem um estacionamento subterrâneo de 230 lugares de estacionamento, é como se fosse um silo de estacionamento enterrado. Para além disso, tem um, um significativo trabalho na envolvente, conforme estava aqui a ser dito também, com 137 lugares de estacionamento na envolvente. Portanto, a somar a estes 230, num total de 367 lugares de estacionamento novos, numa zona de altíssima pressão na Marginal de Quarteira, que servirá seguramente a Avenida Infante Sagres e todo o comércio que ali prolifera e igualmente também servirá a comunidade aqui ao lado que será de Vilamoura, e portanto, é um estacionamento que vai ser adicionado e todo este investimento em estacionamento na envolvente, requalificação do espaço do antigo Casinha, que é um espaço muito degradado na frente mar e estacionamento subterrâneo, são cerca de 10 milhões de euros deste investimento. Depois dar nota, no interior, nós falamos que é um edifício do Mercado das Praças, mas para além das 24 bancas de frutas e legumes hortofrutícolas, 24 bancas de peixe, têm também espaços para 10 espaços de restauração, terá 6 espaços, 6 lojas para poderem ser talhos ou outras atividades que possam ser ali desenvolvidas, 8 quiosques e 2 espaços coworking. Portanto, basicamente também terá muito espaço para exposições, será um novo polo catalisador, uma âncora da cidade de Quarteira do município de Loulé e será uma referência a nível nacional, seguramente. Mencionou também sobre a habitação em Quarteira, Estratégia Local de Habitação. Dar-vos nota, em Quarteira, à data, podia-lhe referir que existem dezenas, quase talvez uma centena de casas que nós apoiamos com o subsídio de arrendamento. O município de Loulé, este ano, investiu cerca de 260 mil euros no apoio ao arrendamento, isto é todas as famílias que hoje



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

arrendam uma casa e que não conseguem pagar o preço de mercado, podem se candidatar anualmente ao subsídio ao arrendamento a ver na página internet da Câmara Municipal e a Câmara comparticipa, na medida daquilo que as famílias não podem pagar mediante a conjuntura económica atual. Logo aí estamos a apoiar aquilo que é a execução da Estratégia Local de Habitação, mas se pergunta especificamente sobre casas dentro dos fogos que foram adquiridos, casas construídas, até agora, o município adquiriu 45 casas, desde o início da Estratégia Local de Habitação, que é desde 2019. Em Quarteira, foram adquiridas algumas, foram adquiridos prédios para reabilitar, na Rua Vasco da Gama que terá para mais 5 fogos, na Rua das Laranjeiras, para mais 6 fogos. Agora estamos a negociar outros 6, portanto, serão 6 T2. Recentemente fechou agora uma consulta ao mercado para aquisição de lotes de terreno para habitação aqui em Quarteira e à partida iremos conseguir adquirir lotes para um total de construção na ordem das 61 frações, 61 fogos de habitação. Você disse o que é que está atualmente concretizado? Há uma parte concretizada, mas já há outra em curso e estes lotes serão importantes para começar a ter uma construção pública relevante. O grande dilema em Portugal em comparação à Europa, é que nós temos muito pouca habitação de oferta pública, em termos nacionais, nós temos 2% do total dos fogos, do total de habitações, na esfera da gestão pública municipal e há países, como, por exemplo, a Dinamarca, pasme-se, tem 20% da oferta pública em relação ao mercado, o que é que isso quer dizer? Quando o mercado evolui e os preços das casas tornam-se proibitivos para o comum dos mortais, que somos todos nós, existe uma política pública que permite que as pessoas continuem a ter habitação condigna. Sobre a mobilidade e os contratos interadministrativos, olhe o município de Loulé é talvez dos municípios em Portugal mais pró-ativos naquilo que é os contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia. No próximo ano, este ano já foram transferidos para as Juntas de Freguesia 11.5 milhões de euros do orçamento do município para intervenções, manutenções, reparações, para despesas de operação das Juntas das Freguesia e com a Delegação de Competências, naturalmente que as Juntas começaram a abraçar esse desafio importantíssimo. O próximo ano será acima dos 13 milhões de euros, as transferências e em todas as reuniões de preparação do orçamento, porque eu tenho o privilégio de gerir o orçamento do município e todos os Presidente de Junta que aqui estão, poderão atestar isso, tem sido sugerido sistematicamente uma participação mais ativa naquilo que é a intervenção das Juntas no território. Elas estão-se a dotar de corpos técnicos, de capacidade de intervenção, porque é de facto, as pessoas que estão mais perto do terreno, mais perto das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

peessoas, conseguem de facto, reagir melhor e trabalhar melhor em prol daqueles que todos temos o privilégio de representar e creio que em relações às respostas para o senhor Rogério Rochinha, creio que respondi a todas, como disse, se ficar em falta alguma, por favor, sinta-se à vontade para colocar. E não sei como é que estamos de tempo, eu estou a tentar acelerar, porque eu tenho o mau hábito de falar muito e o que eu tenho é que explicar bem. Senhor Hélio Carmo... -----

O **Presidente da AML** interrompeu e disse: Já está a exceder 3 minutos, vou-lhe conceder mais 1 minuto, para concluir. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** retomou a palavra e disse: Em 1 minuto muito rapidamente, só respondendo aqui uma questão que o senhor munícipe Hélio Carmo colocou, que não foi respondida. Sobre as Creches e Jardins de Infância, especificamente Creches, por exemplo aqui na freguesia de Quarteira, estava em construção 130 lugares na Creche do Forte Novo, houve uma empresa que ganhou um concurso público e, infelizmente, a meio da empreitada não conseguiu financeiramente manter aquela empreitada. Vai novamente a concurso público, creio que era isso também que estava a dizer o Vereador Abílio Sousa e esperamos muito brevemente, ter nova empresa a fazer esses 130 lugares, que tanta falta fazem nesta comunidade. A Fundação António Aleixo, se passar por lá, estão a edificar mais 30 lugares e há um apoio do PRR e há um apoio também do município nesse sentido e o Centro de Apoio à Criança, isto só para falar aqui na freguesia de Quarteira. Também está a candidatar-se a um Fundo PRR e irá abrir mais 40 espaços no Centro de Apoio à Criança. Obrigado pela disponibilidade de tempo, senhor Presidente, creio que respondi a tudo. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Apenas 2 breves observações, antes de passarmos à apresentação do Relatório Anual da CPCJ. -----

Efetivamente, as Assembleias Descentralizadas, são uma decisão unânime de todas as Bancadas desta Assembleia, portanto, não são uma decisão exclusiva da Mesa, é resultante da unanimidade de todas as bancadas. Efetivamente, fizemos em Almancil, Quarteira e Salir, mas também fizemos em S. Clemente, na Escola Secundária, fizemos em Alte, fizemos em Querença, o que quer dizer que, neste momento, fizemos 2/3 das freguesias, e nos falta apenas S. Sebastião, Boliqueime e Ameixial. coisa que,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

durante o princípio do ano, pensamos rapidamente concluir, para nos dar tempo de fazer uma segunda volta de Assembleias Descentralizadas. -----

Relativamente ao Centro de Dia de Quarteira, efetivamente foi dada uma resposta por escrito a uma questão levantada, por penso que até mais que uma Bancada, e efetivamente, o processo estava parado por falta de credenciação dos técnicos, para poderem pronunciar-se sobre questões técnicas do processo. A Mesa, uma vez que esta questão é recorrente, vai acompanhar com o Executivo diretamente esta questão, porque, de facto, se a autarquia não tem técnicos, se ainda não conseguiu formar os técnicos que o possam fazer, e se não está para breve, isso tem de alguma maneira de ser resolvido porque esta infraestrutura não pode continuar à espera, porque a Câmara não está habilitada, com técnicos que possam dar o parecer. Essa foi a resposta recebida por parte do Executivo, que a Câmara não tinha técnicos habilitados para determinada especialidade da informação. Algumas questões que foram respondidas com menos profundidade, nomeadamente na Habitação, na Mobilidade, nos Lares, nos Jardins de Infância, têm sido questões recorrentes levantadas pelas Bancadas desta Assembleia, de forma que a Mesa considera que todas as questões levantadas pelo público foram respondidas. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

2- Período de Antes da Ordem do Dia;

- Apresentação do Relatório Anual da CPCJ;

O **Presidente da AML** disse: E assim passamos ao Período Antes da Ordem do Dia. Começando com a apresentação do Relatório Anual da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Loulé (CPCJ), pela sua Presidente Cátia Dinis, a quem agradeço desde já a total disponibilidade para estar aqui entre nós. Tem a palavra senhora Presidente. -----

A **Presidente da CPCJ, Cátia Dinis** tomou a palavra e disse: Muito boa noite a todas e a todos. Quero começar por agradecer o convite do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para aqui estar presente e fazer esta apresentação. Cumprimento então o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Silva Gomes, na sua pessoa, cumprimento todos os Deputados da Assembleia Municipal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

cumprimento, o Senhor Vice-Presidente, David Pimentel e na sua pessoa, cumprimento todos os Vereadores. Cumprimento também todos os cidadãos aqui presentes e os que nos assistem pelas redes sociais. Um cumprimento ainda às equipas de apoio à realização desta Assembleia. Bom, nós vamos passar então à apresentação do Relatório Anual de Atividade da CPCJ, do ano 2022, eu penso que não está a ser transmitido o conteúdo do ecrã, não passa do primeiro diapositivo. não sei se a equipa, e antes de nós apresentarmos, vamos ter de passar assim já temos transmissão vou continuar. Antes de nós apresentarmos o Relatório Anual de Atividades de 2022, consideramos necessário fazer uma pequena apresentação sobre o que é a CPCJ, no sentido de relembrar o que é que são as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, neste caso a CPCJ de Loulé. Os conteúdos que vão ser aqui apresentados, portanto, o que é a CPCJ. Passaríamos depois à atividade processual da Comissão Restrita, com o volume processual global, as entidades que nos sinalizam as situações de perigo, as tipologias das situações de perigo, o escalão etário, nacionalidade e medidas de promoção e proteção. Seguidamente, passaremos para as Atividades na Comunidade já dizendo respeito à Comissão Alargada. No ponto 4, o apoio do município ao funcionamento da CPCJ de Loulé e, por fim, teceremos algumas reflexões finais. Portanto, o que é a CPCJ? As CPCJ, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, são Instituições não judiciais, com autonomia funcional que visam proteger e promover os direitos das crianças e jovens, intervir em situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento integral. Relembremos que os destinatários são crianças e jovens até aos 18 anos ou até aos 25, se e ainda da não oposição do jovem, se este tiver idade igual ou superior do total de entradas de 733 processos. Relativamente aos processos arquivados, arquivamos liminarmente 11 processos, arquivamos depois de intervenção ou de avaliação 369 processos e foram remetidos a outras CPCJ, 4 processos. com um total de saídas de 384. O volume processual global do ano de 2022, foi então 722 processos. Relativamente às entidades que nos sinalizam, as situações, temos não é possível ver no gráfico, a grande maioria não sei se conseguem ver bem, mas são as autoridades policiais, que nos sinalizam a grande maioria das situações de perigo, com 205 sinalizações. Seguidas dos Estabelecimentos de Ensino, 55 sinalizações. Depois temos 39 sinalizações anónimas, seguidamente, o Ministério Público que também no sinaliza situações, tivemos 26 são os números mais expressivos. Depois temos outras CPCJ, que nos sinaliza ou a nossa própria CPCJ, quando verifica situações, também instaura



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

processo, conta como uma sinalização própria, portanto, 20 sinalizações. Depois os pais, mãe e pai, 19. Os Estabelecimentos de Saúde sinalizaram-nos 11 situações, vizinhos e particulares, 6, projetos comunitários, 4 familiares também fazem sinalizações, 4 também. IPSS, 1 e a autarquia também tivemos 1 sinalização no ano 2022. Relativamente às tipologias das situações de perigo, a exposição à violência doméstica é a tipologia de perigo com maior expressão, tivemos 285 situações sinalizadas. Segue-se a situação em que a criança, ou jovem assume comportamentos que poderão afetar o seu bem-estar e saudável desenvolvimento, com 91 situações. A negligência também é uma situação de perigo que tem vindo a aumentar, tivemos 89. O absentismo, abandono e insucesso escolar, com 66 situações. 63 sinalizações em que a criança, ou jovem, estiveram expostos a comportamentos que poderão afetar o seu bem-estar e saudável desenvolvimento, nomeadamente consumos de álcool, estupefacientes, entre outros, por parte dos seus progenitores, representantes legais ou de quem tem a guarda de facto. Maus tratos físicos, 33 situações, maus-tratos psicológicos, 21 e o abuso sexual também tem vindo a aumentar, tivemos 12 situações durante o ano. Aqui no abuso sexual, incluem-se a importunação sexual, atos sexuais de relevo, enfim. Escalão etário, portanto, aqui verificamos que a maior fatia, a maior coluna neste caso, corresponde à faixa etária dos 15 aos 17 anos, com 170 jovens, neste caso, dos 11 aos 14, é o segundo maior número, 148. Seguem-se as faixas etárias dos 6 aos 10 e dos 3 aos 5 anos, com valores muito semelhantes, o primeiro 132 o segundo 131. A faixa etária dos 0 aos 2, 91 situações e dos 18 aos 21, 50. Relativamente à nacionalidade, Portugal é o país com maior expressão, nestes números 466 situações, mas não podemos descurar que o segundo país com maior visibilidade, Brasil, 54. Tivemos 12 situações da Ucrânia, Cabo Verde, 8, Moldávia, 7, Roménia, 6, Reino Unido, Irlanda, Venezuela exequo com 5, França, 3, Itália, 2, países Baixos, 2 também Colômbia, Egito, Espanha, Filipinas, Suécia, Turquia com 1 situação cada um. E depois aparece uma coluna com 133, são situações que não foram inseridas na aplicação informática. Informo que estes dados são retirados de uma aplicação informática de nível nacional e que são carregadas as informações nesta situação da nacionalidade, não foram disponibilizados estes dados. Relativamente às Medidas de Promoção e Proteção, as que eu falei há pouco, nós temos a maior medida de Promoção e Proteção que tem mais relevância, é a medida de apoio junto dos pais, temos 153 medidas, aplicadas e em execução, depois o apoio junto de outro familiar, 9 situações. Confiança a pessoa idónea, 2, apoio para autonomia de vida, 2 também, e o acolhimento residencial com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

17 crianças e jovens acolhidos. Acerca das Atividades na Comunidade, situação que está mais relacionada com a Comissão na sua Modalidade Alargada, são feitas anualmente sempre várias atividades de sensibilização e de promoção dos Direitos das Crianças e dos Jovens. O Laço Azul é uma atividade que a Comissão faz anualmente no mês de abril, que visa a sensibilização para a prevenção dos maus-tratos na infância. A comissão de Loulé, tem também outras atividades, como as Conversas de Café, que são atividades que são feitas, quer na Comunidade, quer nas Escolas, Caminhadas Solidárias, no sentido também da sensibilização, Ações de informação nas escolas, tentamos ir a todos os Agrupamentos de Escolas do concelho fazer estas Ações de Informação, para os Diretores de Turma e pessoal das escolas. Ações de Informação nas Juntas de Freguesia, participação em eventos com entidades parceiras. A Comissão, participa em atividades com a rede social, seminários e, entre outras atividades. No ponto 4, vamos destacar o apoio do município ao funcionamento da CPCJ de Loulé, apoio sem o qual a Comissão não poderia funcionar. Então destacamos as instalações cedidas pelo município que são devidamente equipadas, comunicações e recursos informáticos, todo o apoio logístico, o Fundo de Maneio e temos também uma viatura cedida pelo município, viatura não caracterizada e para uso exclusivo da CPCJ de Loulé, e também os recursos humanos indispensáveis igualmente e principalmente para o funcionamento da CPCJ de Loulé. Temos 3 Administrativos e 5 Técnicas na Comissão Restrita. Que reflexões é que podemos tirar daqui, dos resultados, dos números que vimos há pouco? Portanto, a violência doméstica é um enorme problema social, reflete-se no nosso trabalho. A faixa etária que nós vimos, que tem maior incidência, maior número é a faixa etária da adolescência, é uma fase particularmente problemática, e há poucas respostas sociais para esta faixa etária. Destacamos aqui a importância do trabalho em rede, A Comissão trabalha com a Câmara Municipal de Loulé, com a Segurança Social, como a Saúde, Educação, a GNR, APAV as IPSS's, quer de carácter residencial, quer de carácter não residencial, os projetos comunitários, entre outros. E aquilo que nós verificamos, como sendo as necessidades mais prementes, a necessidade de termos um CAFAP, um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, já foram feitas algumas tentativas, candidaturas, neste momento, não temos, mas também tivemos a informação de que vão abrir novas candidaturas para o que o CAFAP, tendo inclusive já aberto uma primeira manifestação de interesse às instituições que querem fazer a candidatura e, portanto, estamos com esperança que seja desta vez que tínhamos um CAFAP no concelho de Loulé. Uma outra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

necessidade, a saúde mental infantil ao nível da pedopsiquiatria e psicologia, é uma grande, grande necessidade que nós sentimos aqui na região do Algarve. Não temos apoio neste sentido, e é algo verdadeiramente importante para nós, para o nosso trabalho, para o bem-estar das crianças e dos jovens com quem trabalhamos. E também haver projetos mais direcionados para os adolescentes, para ocupação de tempos livres, para desenvolvimento de competências, enfim, para os desviar de potenciais comportamentos desviantes. E por fim, terminamos com uma frase que será bem conhecida de todos, "É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança". todos nós, temos este dever. É um provérbio africano. Muito obrigada pela vossa atenção. E estou disponível para esclarecimento de quaisquer dúvidas que tenham relativamente a esta matéria. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado nós. Mais uma vez, agradecer a sua disponibilidade e de toda a Comissão, agradecer também em nome de todos nós, o trabalho que é desenvolvido no nosso concelho pela Comissão e pelo trabalho em rede e a equipa que ela implica, e tal como a Senhora Presidente já disse, senhores Deputados e senhoras Deputadas, a mesma está disponível para responder às perguntas que entendam fazer neste âmbito, principalmente para melhor esclarecimento do Relatório apresentado. -----

Portanto, estão abertas as inscrições, quem pretender usar da palavra que a peça se faz favor. Senhora Deputada Helena Baião, do GM do Bloco de Esquerda, tem a palavra. -----

A Deputada **Maria Helena Baião (BE)** tomou a palavra e disse: Boa noite, Senhor Presidente, e por economia de tempo na sua pessoa, todos os presentes nesta Assembleia Municipal, uma palavra também de agradecimento a Junta de Freguesia de Quarteira, pelas condições que nos proporciona para esta Assembleia. Uma palavra também de agradecimento às nossas tradutoras de Linguagem Gestual e às pessoas lá em casa. O Relatório Anual da CPCJ, de facto, sensibilizou-nos, porque estes números são de facto números muito elevados. Dentro dos números elevados que estão aqui expostos, e que foram expostos pela Dra. Cláudia Dinis, Quarteira, a cidade onde estamos aparece como sendo a mais. -----

O **Presidente da AML** disse: Dra. Cátia Dinis. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A Deputada **Maria Helena Baião (BE)** tomou a palavra e disse: Dra. Cátia, peço desculpa. -----

Realmente, nós sabemos que estamos em Quarteira e é aqui que existem o maior número de casos sinalizados. É evidente que o combate da CPCJ, não pode nunca desligar-se do combate da grande chaga social, que é a violência doméstica, sobre a qual são conhecidas as posições do Bloco de Esquerda, mas nas reivindicações que é a CPCJ tem, a que mais nos sensibilizou foi realmente se será viável a criação da Casa da Juventude por parte da autarquia. Porque isso sim, pode depender de nós. Nós também não temos a ideia que os jovens não querem fazer nada e achamos que os jovens carecem de um olhar mais atento, à sua idade, interesses e preocupações, e elas são de ordem política. Política em que os jovens já não acreditam pura e simplesmente! O que nós vemos, é que eles andam na rua sem nenhuma atividade específica que se possa identificar com os telemóveis ou os fones na cabeça e não se interessam por nada que não seja digital. Todos os pais sabem, eu acho que isto é um problema, que deverá ser encarado pela CML, como um fator diferenciador se realmente podermos implementar a Casa da Juventude. Todos os professores estão alertados e todos os educadores estão vigilantes, basta olhar para os números de casos sinalizados pelas escolas. Os nossos jovens, já possuem os melhores e mais rápidos meios de acesso à informação e à cultura, até aos pequenitos têm computadores, mas serão mais cultos? Serão mais informados, mais aptos para a sociedade do futuro? Não tenho a certeza, mas mais vulneráveis, sei que são, os números não param de aumentar! Gostaria também de deixar uma pergunta, se for possível responder. De onde é que é a proveniência da maioria do financiamento da CPCJ? Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Deixem-me dizer-vos, que a intenção neste período era apenas fazer perguntas relacionadas com o Relatório e não intervenções sobre a temática, sendo que ela é importante, mas, nesse caso, eventualmente, é de tal maneira importante que merecerá que se marque uma Assembleia Temática só para a área da Juventude, dos maus-tratos, da violência doméstica, Isso tudo. Portanto, aqui temos duas alternativas, ou nos vamos limitar às perguntas, relativamente ao Relatório que a Dra. Cátia nos possa esclarecer ou se vamos, cada um dos Grupos Municipais fazer intervenções de fundo sobre esta problemática, não vamos ter tempo para concluir a nossa Assembleia naquilo que cá nos trouxe. Portanto, o apelo que eu faço, é declarações simples no que diz respeito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

à temática, colocação de perguntas e em sede de Conferência de Representantes, avaliarmos a realização de uma Assembleia Temática sobre este assunto, para a qual tenho a certeza que a CPCJ estará disponível para debater os assuntos e não apenas para apresentação do seu Relatório. Tem a palavra para responder à questão colocada. -----

A **Presidente da CPCJ, Cátia Dinis** tomou a palavra e disse: Relativamente ao financiamento, a Comissão não tem financiamento em si, é uma entidade que não tem personalidade jurídica, portanto, é composta por representantes das várias entidades. Temos um representante da Câmara Municipal de Loulé, um representante da Segurança Social, representante da Saúde, um representante da Educação, representantes das IPSS's de carácter residencial e não residencial, representante das Associações de Jovens, Temos também 4 cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal e depois temos os elementos cooptados, os Comissários que são cooptados da comunidade, Portanto, não existe um financiamento em si, cada entidade disponibiliza o seu representante para o trabalho ser realizado. Nós ressalvamos o apoio que a Câmara Municipal dá, porque, de fato, precisamos do espaço para trabalhar, precisamos das condições, precisamos da viatura, enfim, de tudo aquilo que é necessário. Temos um Fundo de Maneio, que esse sim, é disponibilizado pela Câmara Municipal e será para custear algumas situações emergentes, no apoio às crianças e às famílias, por exemplo, a compra de um determinado medicamento ou uma refeição ou um transporte, enfim, situações muito pontuais, quando não conseguimos esse tipo de apoio de outra forma, por forma de Ação Social, ou por forma da Segurança Social ou quando esse apoio é necessário no imediato. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado Dra. Cátia. Tem a palavra, o senhor Deputado Márcio Fernandes do GM do Partido Socialista. -----

O Deputado **Márcio Fernandes (PS)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite. Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e a quem nos assiste lá em casa. Queria agradecer o Relatório que apresentou não só aqui, mas também aquilo que nos foi dado a conhecer e que é muito detalhado, e queria colocar aqui uma questão que de uma situação que falou aí, do apoio da saúde mental infantil. É primordial, no âmbito da vossa atividade e dos comportamentos desviantes ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

potencialmente desviantes. quando necessitam fazer alguma intervenção, a que entidades é que recorrem para poder fazer esse apoio? E se haveria ou não vantagem, em criar um Gabinete de Apoio específico nesta área, porque efetivamente, a psicologia e a saúde mental, está muito associada a esses comportamentos mais desviantes e penso que seria um apoio muito essencial ao vosso trabalho também e a esses jovens e às suas famílias, que muitas vezes é abrangente e multidisciplinada.

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra a Dra. Cátia Dinis para responder. -----

A **Presidente da CPCJ, Cátia Dinis** tomou a palavra e disse: Relativamente às necessidades de acompanhamento psicológico, a Comissão encaminha para as entidades que dispõem deste serviço, nomeadamente a Câmara Municipal de Loulé, o Centro de Saúde, temos o GASMI, que é um Grupo de Apoio à Saúde Mental Infantil, que presta este acompanhamento até aos 12 anos de idade, essencialmente também para projetos, que tenham esta valência do acompanhamento psicológico, mas a maior necessidade, de facto, é realmente a pedopsiquiatria, porque temos apenas um pedopsiquiatra, o que não está a tempo inteiro para toda a região do Algarve e a lista de espera é imensa, como deve calcular. Já tivemos situações que tivemos que acompanhar as crianças e jovens a Lisboa, para terem este tipo de consulta. Portanto, é uma necessidade mesmo muito grande. -----

O **Presidente da AML** disse: Senhor Deputado, tem que pedir a palavra para lhe ligarem o som, para que se oiça e fique gravado. Tem a palavra senhor Deputado Márcio Fernandes. -----

O Deputado **Márcio Fernandes (PS)** disse: Obrigado, uma vez mais. Estava apenas a perguntar se não seria também útil, na vossa equipa, ou numa cooperação também beneficiar desse apoio, de uma forma mais direta como elemento da equipa pertencente à Comissão? -----

A **Presidente da CPCJ, Cátia Dinis** tomou a palavra e disse: Como elemento da equipa pertencente à Comissão? Sim claro, seria uma mais-valia, embora sendo Comissário, não poderia fazer o trabalho de acompanhamento psiquiátrico, não é? Mas seria sim, muito importante. A ideia é termos sempre uma Equipa Multidisciplinar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

portanto, temos técnicos de várias valências, da área da saúde, temos uma enfermeira, mas claro que seria sempre útil, termos um médico, com esta especialidade que tanta falta nos faz! Muito obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Senhores Deputados, mas alguém pretende obter algum esclarecimento? Senhora Deputada Carla Gomes do GM da CDU, tem a palavra. -----

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: Obrigada, Senhor Presidente, antes de mais os meus cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos senhores Deputados, ao público que nos assiste aqui e em casa. Relativamente ao Relatório, está dito como entidades sinalizadoras, as Autoridades Policiais, nas sua maioria, Escolas e Ministério Público, estes números maiores, mas também há aqui uma rúbrica de sinalizações anónimas, que é realmente elevada. Sendo anónimas, será uma denúncia anónima, mas aqui a CPCJ com uma denúncia anónima, qual é ou seja, de que forma é que consegue agir, uma vez que, quando e de certas autoridades tem uma legitimidade própria e consegue através daí agir, sendo uma sinalização anónima, há aqui uma limitação, porque eu posso ligar á CPCJ e dizer "isto acontece" ou seja, como é que é aqui feita esta filtragem de ação? Relativamente aos casos que são arquivados, há novos processos e processos arquivados, são arquivados com que fundamentos? ou seja, são todos os problemas que são muitos, nas crianças e jovens que são resolvidos, não são, e eles são arquivados porque motivos? Passou da alçada da CPCJ para outras entidades? Gostaria só que me desse aqui um pequeno esclarecimento neste sentido. Muito obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra a Dra. Cátia Dinis para responder. -----

A **Presidente da CPCJ, Cátia Dinis** tomou a palavra e disse: Bom relativamente à sua primeira questão, as sinalizações anónimas, sim, qualquer pessoa é livre de fazer uma sinalização anónima, aliás, é o seu dever sinalizar sempre que tenha dúvidas ou suspeitas de que alguma criança ou jovem possa estar em perigo. É permitido que a sinalização seja anónima, porque há muitas pessoas que depois temem represálias, por parte dos pais, e a própria Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, tem em si, disponibiliza na sua plataforma nacional



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

a possibilidade de qualquer pessoa poder fazer a sinalização online, preenchendo os campos. A sinalização depois é encaminhada para a CPCJ territorialmente competente. Quando recebemos uma sinalização anónima, se não tivermos dados suficientes para podermos chegar aquela criança, ou aquela família, muitas vezes temos apenas a idade, não temos o nome, nem nome dos pais, temos uma morada muito vaga, sem contactos telefónicos, aquilo que fazemos é pedir colaboração à GNR, para ir ao local e tentar identificar o agregado familiar. Com essa identificação, fazemos e estando preenchidos os requisitos para instaurarmos o processo, então instauramos o processo, e procedemos com as demais diligências, contacto com os pais, recolha do seu consentimento, como falei há pouco, é sempre necessário o consentimento de ambos os pais ou de apenas um, no momento inicial para se poder dar início à avaliação diagnóstica e o processo corre nos seus trâmites normais. Não sei se respondi? Sim! -----

Pronto, então relativamente à segunda questão, que foi sobre os casos arquivados. De facto, um processo pode ser arquivado por vários motivos. Pode ser arquivado logo liminarmente, se não se justificar sequer intervenção, se não verificarmos nenhuma situação de perigo. o processo é arquivado logo liminarmente. Quando instauramos, fazemos uma avaliação diagnóstica, esta avaliação tem a duração máxima de 6 meses e durante esses 6 meses, temos que recolher o consentimento dos pais, do representante legal da criança ou de quem tem a sua guarda de facto, e essa avaliação, compreende entrevistas aos pais, recolha de informação junto dos estabelecimentos de ensino, caso a criança frequente, visita domiciliária, caso seja necessário, fazer uma avaliação dos vários contextos de vida da criança, para se perceber se, de facto, existe ou não existe perigo. Se a sinalização, se confirma ou não. Se o perigo subsiste ou não subsiste e dependendo desta avaliação que for feita, o processo pode ser arquivado por a situação de perigo já não subsistir naquele momento, ou por não se confirmar ou confirmando-se situação de perigo e havendo necessidade de intervenção protetiva, a Comissão aplica uma medida de promoção e proteção. Pode ser uma daquelas que eu enunciei há pouco. Essa medida terá a sua duração, pode ir até 12 meses, sendo que, ao fim de 6 é obrigatoriamente revista, reavaliada. no sentido de se perceber se faz sentido continuar com a medida, continuar com o acompanhamento. Se durante este acompanhamento a situação de perigo deixar de subsistir, a medida cessa e, portanto, o processo pode ser arquivado. Se não, ainda há a possibilidade de ser prorrogada por mais algum tempo, num período máximo de mais 6 meses, findos os quais, se de facto, se a situação de perigo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

já não subsistir, pronto o processo, não havendo necessidade de intervenção, preventiva, o processo pode ser arquivado. Se tal não acontecerem e ainda haver perigo, a Comissão esgotou todas as medidas que tinha ao seu alcance para proteger a criança, então aí o processo é remetido ao Ministério Público do Tribunal de Família e Menores de Faro que instaurará um processo judicial de promoção e proteção. Portanto, são estes os vários cenários do arquivamento de um processo. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Tem a palavra a senhora Deputada Bárbara Correia, do GM do Partido Social Democrata. -----

A Deputada **Bárbara Correia (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite a todos. No senhor Presidente da Assembleia, cumprimento todos os presentes e agradecemos, naturalmente, à Dra. Cátia, a apresentação que fez. A minha questão, na verdade, vai aqui um bocadinho para o outro lado da moeda, ou seja, como referiu e bem e até a Deputada acabou de fazer essa pergunta, há muitas das sinalizações que são feitas por anónimos. Eu conheço pelo menos 3 casos e, portanto, a minha experiência vale o que vale, é muito reduzida, mas de famílias em que, por questões de vingança por algum motivo entre os adultos e não propriamente problemas com as crianças, fazem queixas anónimas, na CPCJ e isso leva a abertura de um processo, a criança é sinalizada na escola, a GNR dirige-se às habitações das pessoas. os vizinhos têm aquele conhecimento e isso cria momentos de grande constrangimento para essas famílias, em que as crianças não estão em perigo, e, portanto, a minha dúvida aqui é, quantas dessas sinalizações feitas por anónimos, é que são efetivamente reais e se referem a crianças em perigo? -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra para responder a Dra. Cátia Dinis. -----

A **Presidente da CPCJ, Cátia Dinis** tomou a palavra e disse: Muito obrigada pela sua pergunta. De facto e felizmente não, a maior parte das sinalizações anónimas, são reais, mas, algumas verificamos que não se justifica e claro que, serão muito por vingança, por desentendimentos entre vizinhos, entre familiares, sim, mas isso acontece, e claro, é um constrangimento, instaurar processo, convocar pais, eventualmente, tentamos sempre que isto não aconteça, mas, eventualmente a criança ficar rotulada, embora tenhamos muito cuidado com esta questão, do caráter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

reservado do processo e da confidencialidade, mesmo junto das escolas e junto das entidades com quem trabalhamos. Não revelamos informações específicas dos processos em si, mas já aconteceu, de facto, que as sinalizações foram falsas. Quanto a isto, nós temos sempre que averiguar, sempre! -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Parece-me que temos as principais questões esclarecidas, como disse, continua em aberto a de hoje e amanhã temos uma Sessão Temática sobre estas matérias, compete à Conferência de Representantes, defini-lo e contaremos convosco nessa altura. Para já, os nossos agradecimentos, pela sua presença, pela sua apresentação, pelos seus esclarecimentos e pelo trabalho que a CPCJ e toda a rede de apoio, tem desenvolvido no nosso concelho, na defesa e na salvaguarda das crianças e jovens que mais precisam. Muito obrigado Dra. Cátia. -----

Assim sendo, vamos passar no que respeita a Requerimentos dos Grupos Municipais, referir que, em 19/9 o Bloco de Esquerda, através do Deputado Carlos Martins, fez um requerimento sobre o Centro de Dia das Pereiras, que foi respondido pela Câmara Municipal, no dia 11/10. A 19/9 também a solicitação do Deputado Carlos Martins, foi solicitada uma informação sobre os principais eventos do concelho, que foi respondida a 19/10. A 3/10 pela Deputada Ana Poeta, foi feito um requerimento, com um pedido de informação sobre a distribuição de bebidas vegetais nas escolas, foi respondida no passado dia 7/11 e no dia 20/10, o Deputado João Ferreira do PSD, apresentou um requerimento relativo a informação processual que se encontra a aguardar resposta. No dia 6/11, a senhora Deputada Ana Poeta, apresentou um requerimento sobre a consulta pública da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve, que se encontra a aguardar resposta e no dia 8/11, o Deputado Carlos Martins, voltou a apresentar novo requerimento relativo ao Centro de Dia das Pereiras, que foi a situação aqui também levantada por um cidadão e à qual eu me referi, que se encontra a aguardar condições para que os pareceres possam ser dados relativamente aquele processo. -----

Por fim e antes de avançarmos, queria lembrar os senhores Deputados, que integram Conselhos ou Comissões, e ainda não o fizeram, que devem enviar o Relatório sobre a sua atividade, nos termos do número 4 do artigo 9º do Regimento, o qual passo a ler, (...os representantes da Assembleia Municipal deverão efetuar relatórios semestrais sobre a sua atividade, assuntos debatidos e deliberações tomadas, salvo situações que exijam confidencialidade, entregando-os à Mesa da Assembleia, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

que sejam enviados aos Deputados Municipais, juntamente com a convocatória para a sessão seguinte da Assembleia. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

21-2023 [AML] - Moção de Atualidade e Urgência pelo Partido Socialista, referente à suspensão da decisão da Meo Altice de descontinuar o serviço de ADSL em localidades sem qualquer outra alternativa. -----

RC26/2023; -----

O **Presidente da AML** disse: Posto isto, foi apresentada uma **Moção de Atualidade e Urgência** pelo Partido Socialista, **referente à suspensão da decisão da Meo Altice de descontinuar o serviço de ADSL em localidades sem qualquer outra alternativa**. A Mesa considera que a Moção é efetivamente atual e urgente, pela sensibilidade social que a mesma encerra e pela fragilidade em que coloca muitas das populações do nosso interior, perguntando se alguma bancada se opõe à aceitação da mesma? Assim sendo, considera-se que a Moção foi aceite, pelo que iremos passar à apresentação da Moção de Atualidade e Urgência pela suspensão da decisão da Meo Altice de descontinuar o serviço de ADSL em localidades sem qualquer outra alternativa. -----

Senhor Deputado Abel Matinhos, qual é o senhor Deputado que fará a apresentação da Moção? Senhor Deputado António Martins tem a palavra. Peço, que levem o microfone ao senhor Deputado António Martins. Tem a palavra o senhor Deputado. --

O Deputado **António Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte)** disse: Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes, bem como os que estão lá em casa, por uma questão de economia de tempo. Passaria muito rapidamente a ler a Moção, já que, por vezes há questões de linguagem, que podem suscitar algumas dúvidas e depois responderei às perguntas dos senhores Deputados, se estiverem interessados. -----

Moção de Atualidade e Urgência pela suspensão da decisão da Meo Altice de descontinuar os serviços de ADSL em localidades sem qualquer alternativa de telecomunicações; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

“Considerando que, a Empresa Meo Altice decidiu unilateralmente descontinuar a tecnologia de ADSL, por cabo de cobre em todo o país, inclusive em locais que não têm disponível qualquer outro serviço de telecomunicações, fibra ou rede móvel e na sequência desta decisão, a MEO Altice não aceita novos contratos para localidades, cuja tecnologia de acesso de comunicações, se baseiam em linhas ADSL. Uma vez que cortada uma ligação residencial, seja por avaria, atraso de pagamento ou renegociação de contrato, ainda que com base em informações erróneas de colaboradores da empresa, a Meo Altice recusa terminantemente restabelecer a ligação com base em argumentos, com base no argumento "descontinuámos esta tecnologia" e a Meo Altice informou todos os titulares de telefones públicos ainda existentes em alguns estabelecimentos comerciais, tipicamente cafés e mini-mercados, das zonas interiores do país, de que estes equipamentos teriam que ser desligados até ao final de 2023. Em localidade sem acesso a rede móvel, estes telefones públicos, são sobretudo para não residentes, a única linha de emergência disponível. -----

Considerando ainda que, a Meo Altice não apresenta nenhuma solução alternativa para os clientes que assim se veem privados de acesso ao serviço de telecomunicações. A rede ADSL foi herdada pelo Meo Altice, da antiga Portugal Telecom, que a havia adquirido aquando da extinção dos TLP, construída, portanto, maioritariamente com dinheiros públicos e que a posse desta tecnologia conferiu a Meo Altice durante décadas, uma vantagem comercial sobre concorrentes nas regiões mais interiores e isoladas do país. Que a decisão de descontinuar a ADSL e a aplicação das práticas consequentes, está a deixar milhares de pessoas residentes em áreas mais isoladas e vulneráveis do país, sem contacto com o mundo exterior, negando-lhes um serviço de que usufruíram por décadas, sem que, para isso haja uma razão substantiva. Grande parte do território do concelho de Loulé, nomeadamente aquele localizado na Serra do Caldeirão, corresponde a áreas isoladas e vulneráveis, cujos habitantes, idosos e sem capacidade reivindicativa necessitam absolutamente de telefone fixo por ser o seu único meio de contacto com familiares e serviços de emergência. -----

Considerando finalmente que, o acesso a telecomunicações, telefone e internet é hoje um serviço público tão essencial como os de água, eletricidade, transportes, ou saneamento básico, o serviço ADSL, embora limitado, garante às comunidades isoladas o acesso a esse serviço público e o desaparecimento desta oferta, contribui para a desertificação do interior do território e coloca vidas em risco por falta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

contacto de emergência. Muitas vezes a desativação deste serviço em casa dos clientes, tem como base informação errada, com origem em colaboradores comerciais da Meo Altice, que garantem uma melhoria de serviço com a troca para outras tecnologias, que posteriormente, se verifica não funcionarem na residência por falta de sinal de rede móvel. O Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe à Assembleia Municipal de Loulé, nesta reunião de 9 de novembro de 2023, que delibere: -----

1 - Manifestar a sua solidariedade com as famílias e cidadãos que, inesperadamente, se vêm privados dos serviços públicos de telecomunicações. -----

2- Repudiar a atuação da empresa Meo Altice, que desprezando a relação com clientes antigos de dezenas de anos, e sem se preocupar com as consequências pessoais e sociais, decidiu unilateralmente, descontinuar uma tecnologia que continua em muitas localidades a ser a única possibilidade de acesso a comunicações. -----

3- Apelar à Câmara Municipal de Loulé, à ANACOM, ao Provedor de Justiça, e ao Provedor do cliente da Meo Altice, para que intervenham junto da empresa, exigindo a reversão da decisão de descontinuar e encerrar as linhas de ADSL nas localidades onde nenhuma operadora oferece alternativa viável, apenas podendo encerrar o serviço em troca de outra tecnologia funcional, garantindo os serviços de manutenção e a religação obrigatória nos caso de desconexão por avaria, atraso de pagamento, mudança de titular, erro ou roubo dos cabos de cobre. Dar conhecimento do teor desta de Moção, à CCDR, AMAL e Assembleias Municipais de Monchique, Silves, São Brás de Alportel, Tavira, Alcoutim e Castro Marim.” -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Estão abertas as inscrições para os Deputados e Deputadas que pretendam fazer uso da palavra. Senhor Deputado João Carlos Santos, do GM do Partido Social Democrata, tem a palavra. -----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento a Mesa e todos os presentes nesta Assembleia e quem nos assiste em casa. Relativamente a esta Moção do Partido Socialista, esta bancada não vê problema nenhum, é bastante pacífica. Este é um problema das pessoas e tem que ser devidamente endereçado. Agora, só questionamos é aqui uma situação, aqui um pequeno esclarecimento, temos sendo assim, perante a bancada do PS, a pedir ao Executivo PS, que interceda sobre esta matéria. Mas não seria de se esperar que a Câmara tivesse em cima deste assunto?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra a senhora Deputada Helena Baião, do GM do Bloco de Esquerda. -----

A Deputada **Maria Helena Baião (BE)** tomou a palavra e disse: O Bloco de Esquerda felicita o Partido Socialista pela oportunidade desta Moção, porque a decisão da Meo é um golpe baixo e em contraciclo, com as medidas que têm sido adotadas neste município para a coesão territorial, com a colaboração de todas as bancadas partidárias com representação nesta Assembleia Municipal. A MEO, não pode, por razões puramente economicistas, não cumprir com os desígnios da política social nacional, tendo beneficiado da infraestrutura fixa da Portugal Telecom e tem que promover, em conjunto com as autarquias, o necessário esbatimento das oportunidades no acesso à Internet, que contribui fortemente para a melhoria dos fatores que alavancam o elevador social das populações. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada, Não há Deputados inscritos, pelo que passaríamos à votação. É uma Moção é de Atualidade e Urgência, o Executivo não participa no debate, nos termos do Regulamento, penso que não estou enganado. No período depois na discussão dos Assuntos de Interesse do Município, terão oportunidade de António Martins, Partido Socialista, pretende a palavra? Tem a palavra senhor Deputado. -----

O Deputado **António Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte)** tomou a palavra e disse: Gostaria apenas de esclarecer muito rapidamente o senhor Deputado do PSD, efetivamente, já conversámos com a Câmara Municipal, enquanto Junta de Freguesia. Sei que a Câmara Municipal tomou algumas diligências, mas é importante que esta Assembleia tome uma posição e todas as Assembleias que dissemos, são todas as Câmaras que têm territórios interiores e, obviamente, pedimos à Câmara que reforce a sua comunicação, não só com a Meo Altice que já o fez, mas com estas entidades todas que nós dissemos, pois é importante que todos juntos, tomemos uma posição de força, porque aquilo que está a acontecer é grave e houve já inclusive, situações de morte, de pelo menos uma pessoa que eu tenho conhecimento, porque se recusaram a reconectar-lhe o telefone e quando o senhor, infelizmente, teve um ataque cardíaco, não tinham como comunicar para o exterior. E, portanto, aquilo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

eu peço é, vamos apoiar isto e não vamos fazer comentários ou ataques políticos que não interessam aqui agora para nada, interessa defendermos a população em conjunto. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado, senhor Deputado. Mais algum senhor Deputado, alguma senhora Deputada, pretende inscrever-se para usar da palavra? Assim sendo, vamos passar à **votação da Moção de Atualidade e Urgência**, pela suspensão da decisão da Meo Altice de descontinuar o serviço de ADSL em localidades sem qualquer alternativa. -----

Foi colocada a **Moção** à votação e foi **aprovada por unanimidade**. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

- Apreciação de Assuntos de Interesse do Município e formulação de perguntas orais pelos Deputados Municipais; -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Vamos então passar à **Apreciação de Assuntos de Interesse do Município e formulação de perguntas orais pelos Deputados Municipais**. -----

Recorde-se que, nos termos do número 2 do artigo 52º do Regimento, cada intervenção dos Deputados não deve exceder 4 minutos e o direito de resposta 2 minutos. Nos termos do número 5 do mesmo artigo, o tempo atribuído aos Grupos Municipais e ao Executivo pode ser cedido entre si até ao limite de 50% dos tempos iniciais. Eu cometi um lapso na última Assembleia, porque tratava-se de poder dar ou não o tempo todo, desde que seja até 50% dos tempos iniciais, pode! Não pode é ultrapassar esse valor. Recordar-se que o Executivo tem 17,30 minutos para responder. O Partido Socialista, começou a apresentação da Moção antes do cronómetro estar ligado, por questões informáticas, como viram, de qualquer maneira, o senhor Deputado António Martins falou 2 minutos, antes da contagem passar a ser feita no ecrã, pelo que o tempo que aparece para o Partido Socialista, é aquilo que lá está menos 2 minutos. -----

Estão abertas as Inscrições para os senhores Deputados e Deputadas, que pretendam usar da palavra. Tem a palavra a senhora Deputada Ana Poeta do Partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Pessoas, Animais, Natureza. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os Deputados, os presentes e as pessoas que nos assistam lá em casa. Efetivamente, quero agradecer a resposta do Executivo, relativamente ao Requerimento que eu fiz sobre a bebida vegetal, mas ainda assim, precisava que me esclarecessem mais um bocadinho. É que, segundo o artigo 16 do Decreto Lei 55/2009, cabe ao município estabelecer a disponibilização de uma quota de 5% de bebida vegetal, como alternativa ao leite de vaca no âmbito do programa Leite Escolar e na resposta que me enviaram, diz que todos os Agrupamentos disponibilizam de forma genérica, leite escolar comum e opção sem lactose aos alunos que comprovem a respetiva intolerância. Quanto à opção do leite vegetal, dada a especificidade do tipo de produto, atualmente é apenas disponibilizado pontualmente em algumas escolas, pois, estando o leite escolar sujeito a procedimento de contratação pública e o leite vegetal por constituir um pedido específico, poderão ser adquiridos conforme necessidades determinadas pelo aluno, cuja quantidade só é possível prever, mediante pedido por escrito dos Encarregados de Educação à Direção do Agrupamento Escolar. Eu gostava de saber qual é que é o Decreto-Lei em que isso está, porque o Decreto-Lei diz especificamente que é 5%. não fala em requerimentos escritos. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente ou a quem entender passá-la. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Senhora Deputada, muito obrigado pela sua questão, é pertinente, eu lamento com toda a franqueza, eu não tenho informação suficiente para lhe responder de uma forma cabal, se entender colocar essa questão por escrito, uma vez que a resposta não foi esclarecedora ou não foi de encontro, aquilo que é prevê que deveria ser a resposta, por favor, coloque-a novamente, seria seguramente aqui a nossa Vereadora Ana Machado a responder melhor do que eu, eu francamente, não consigo responder melhor do que isto, Coloque a questão por escrito e ser-lhe-á respondido, naturalmente, com a maior brevidade possível. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado, senhor Vice-Presidente. Tem a palavra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

Helena Baião do GM do Bloco de Esquerda. -----

A Deputada **Helena Baião (BE)** tomou a palavra e disse: O Bloco de Esquerda ocorreu-lhe elaborar um conjunto de questões sobre as quais gostaria que o senhor Vice-Presidente da Câmara em representação do senhor Presidente da Câmara, pudesse responder de forma objetiva e sucinta. Na área urbanística e em Quarteira especificamente, a única freguesia com crescimento demográfico, além dos 10%, após 10 anos de mandato, qual o projeto feito de raiz e sublinho feito de raiz, que o Executivo Socialista, deixa aos cidadãos que o elegeram de uma forma que o identifique futuramente, e se possa dizer, esta obra foi feita no tempo do Doutor Vítor Aleixo, como se diz ainda hoje do Edifício do Tribunal ou do Hospital de Loulé. Refiro-me concretamente e devido à freguesia em que estamos, ao Mercado de Quarteira, ao Centro Cultural de Loulé, também em Quarteira. Parque de estacionamento e zonas verdes, no atual local do Mercado dos Agricultores, edifício dedicado a estacionamento vertical, ciclovia na Avenida Infante Sagres, e quando falamos do Centro Cultural de Loulé, a sua importância era a de dar uma personalidade diferente a Quarteira, uma vez que ela precisa muito de um equipamento cultural. É uma freguesia que já o merece há muito tempo e que vive paredes meias com Vilamoura, onde se realizam quase todos os eventos, mas no privado. Portanto, queremos saber porque é que o Executivo com orçamentos acumulados superiores a um bilião de euros, não conseguiu realizar nenhuma destas obras em Quarteira e deixar neste concelho e nesta freguesia, em particular, uma obra marcante e identitária. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada, tem a palavra o Senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado pelas suas questões, senhora Deputada Maria Helena Baião. Há, de facto, muitas obras que serão realizadas em Quarteira a breve trecho, como sabe, o antigo Casino de Quarteira, só não está a empreitada neste momento, uma vez que o concurso público veio deserto de propostas e que está a ser lançado novamente. Aliás, mesmo hoje nesta Assembleia Municipal, um dos temas que iremos debater será a Modificação do Orçamento do município, de maneira a aumentar o valor dessa empreitada absolutamente relevante na Rua Vasco da Gama, aqui em Quarteira e será uma das obras que será concluível, mediante o procedimento de contratação pública, no prazo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

do Mandato até 2025. Existe, como sabe, em curso o concurso público internacional conforme o senhor Vereador Abilio Sousa, disse, do Mercado Municipal de Quarteira com um investimento total de 25 milhões de euros, será o maior investimento municipal de sempre, a ser realizado aqui na freguesia de Quarteira. E esse concurso, neste momento, está a terminar a sua primeira fase, é uma fase de prévia qualificação no dia 13 de novembro, conforme creio ter já referido. Investimentos estruturantes, que é que falou também sobre Parque de Estacionamento? Já agora posso-lhe falar, porque, por vezes, nós, olhe o Presidente Vítor Aleixo na última Assembleia, dizia que é uma das lacunas, talvez que nós temos como executivo e eu subscrevo, é a falta de comunicarmos melhor aquilo que efetivamente fazemos. Então vou dar só umas pequenas notas sobre estacionamento, que, entretanto, foi durante o mandato, ou durante a gestão do Presidente Vítor Aleixo, realizados só aqui em Quarteira. Estacionamento do Passeio das Dunas, são 194 lugares de estacionamento, aqui muito perto gratuitos que foram feitos já no período de gestão autárquica do Presidente Vítor Aleixo. O Parque Autárquico de Quarteira, aqui por trás. 78 lugares de estacionamento, feitos também durante a sua gestão. No total, estas 2 intervenções, são 272 são lugares de estacionamento. Foi adquirido recentemente um terreno em Quarteira antiga, no Beco do Farol, precisamente para fazer um estacionamento dentro daquilo que é a malha urbana mais densa na cidade e mais na Quarteira antiga, são mais 50 lugares de estacionamento que serão colocados aí. Acabei por dizer, o Mercado Municipal de Quarteira que está em concurso público, já tinha referido, são 367 lugares de estacionamento adicionais. A Rua da Mónica, que foi recentemente reabilitada também vários lugares de estacionamento. Aqui o Vereador Abilio, também falou sobre Vilamoura, o estacionamento Melvin Jones, também outro estacionamento criado. Se formos a escarpelizar a quantidade de estacionamento criado, há efetivamente obra relevante para a comunidade de Quarteira, neste caso, em particular e se formos falar de outras localidades, como Loulé, poderia continuar também a falar de centenas de lugares de estacionamento. No que diz respeito a equipamento cultural, julgo eu, que estará a perguntar pelo Centro de Educação e Cultura de Quarteira, é um projeto que, neste momento, está a ser realizado, está, julgo eu que está na parte das especialidades de engenharia, e o que lhe posso dizer, é que é uma ambição do Presidente e deste Executivo, poder deixar esse projeto finalizado e na altura própria, poder trazer a esta Assembleia para decidirmos sobre o investimento desse equipamento, que será a primeira Escola Pública de Dança, a sul de Lisboa e com várias valências importantíssimas para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

concelho, de Loulé a para a comunidade de Quarteira. É o que me apraz dizer-lhe daquelas questões que foram colocadas e do que eu consigo esclarecer neste preciso momento. Não sei se algum dos colegas quer adicional alguma informação? Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Tem a palavra o senhor Deputado João Carlos Santos do GM do Partido Social Democrata. -----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Relativamente aqui a 2 questões a serem colocadas ao Executivo, realmente, quando estamos aqui em Quarteira a receber uma Assembleia Municipal Descentralizada, imediatamente além de uma série de obras que já foram aqui, ou de projetos que deveriam sofrer requalificação, o importante realmente, e nós olharmos para a entrada principal com a qual muitos de nós chegamos cá, a Rua 25 de Abril. A Rua 25 de Abril, é importante quando se pensa nesta terra, as coisas acontecem de 20 em 20 anos. Pensa-se uma coisa, depois após 20 anos é que ela acontece! A Rua 25 de Abril, é notório, no tempo do PSD já teve projeto. Os senhores entraram para a Câmara, 10 anos depois, não há projeto, e quais é que são os avanços relativos à Rua 25 de Abril? É que as pessoas estão cansadas, todos os dias é ruturas, todos os dias é aquele pânico em certas horas de ponta, em que as pessoas querem passar e não conseguem passar com os carros. E realmente esta é uma obra prioritária e gostaria que os senhores pudessem dizer realmente, quais é que são os avanços nesta matéria, no que toca à Rua 25 de Abril? Outra questão aqui, relacionada com a ciclovia. Houve uma Assembleia em que questionei o senhor Presidente da Câmara, relativamente à ciclovia da Avenida Mota Pinto e Sá Carneiro, em que realmente foi categórico, a ciclovia é naquela tipologia e naquele local, e agora ouvi o senhor Vereador Carlos Carmo, há pouco a dizer que a ciclovia está a ser estudada para um formato diferente, então quer dizer que, finalmente acudiram a solicitação do PSD e voltaram atrás, estão a ponderar em alterar a ciclovia? Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. A senhora Deputada Bárbara Correia do PSD, está inscrita, mas salvaguardando a alternância entre os partidos, vou dar a palavra à Deputada Helena Baião do Bloco de Esquerda. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A Deputada **Helena Baião (BE)** disse: Eu venho só fazer uma nota muito breve, eu disse... -----

O **Presidente da AML** interrompeu: Peço desculpa, eu não dei a palavra ao senhor Vice-Presidente, para responder, peço desculpa Helena. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. Passa a palavra ao senhor Vereador Abílio Sousa? Tem a palavra o senhor Vereador Abílio Sousa. -----

O **Vereador Abílio Sousa** tomou a palavra e disse: Em relação à Rua 25 de Abril, aquilo que posso dizer e o conhecimento que tenho, é que, na altura em que a Câmara era gerida pelo PSD, foi feito um projeto que na altura levou a que os manifestantes, os populares daquela zona se manifestassem contra aquele dito projeto, como é óbvio, nós não iríamos dar seguimento a um projeto que não ia ao encontro do anseio da população e nomeadamente os habitantes daquela rua. Mas posso garantir, que no próximo ano já existe aqui uma articulação com a Junta de Freguesia, que iremos iniciar um projeto de requalificação daquela rua com a intervenção e colaboração de todos os habitantes, para que seja um projeto participativo e de alguma forma que maior satisfaça o número de pessoas que lá residem. E é tudo! -----

O **Presidente da AML** disse: Tem a palavra o senhor Vereador Carlos Carmo. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Só para esclarecer o senhor Deputado João Carlos Santos, acho que não disse nada diferente em relação àquilo que foi afirmado pelo Senhor Presidente, vai ser aquele local, não há dúvidas nenhuma, o que estamos a verificar, são as melhores condições para garantir dois pressupostos que eu referi e vou voltar a repetir. Garantir que haja uma melhor e mais fácil circulação automóvel, porque foi um dos constrangimentos que foi encontrado, mas garantir aquilo que é a segurança de peões, garantir aquilo que é um dos objetivos que é reduzir a velocidade e garantir, acima de tudo a segurança dos ciclistas na ciclovia. E isso não é recuar é reconsiderar para garantir que estes pressupostos sejam garantidos. Portanto e eu reafirmo aquilo que disse há pouco! -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado senhor Vereador. Tem a palavra a senhora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

deputada Helena Baião do Bloco de Esquerda. -----

A Deputada **Helena Baião (BE)** tomou a palavra e disse: Muito obrigada, senhor Presidente. Eu só queria deixar uma nota muito breve, quando eu falei, eu disse, obras de raiz e sublinhei obras de raiz e o senhor Vice-Presidente, responde-me com o Casino de Quarteira, que é uma reabilitação, não é uma obra de raiz. E quanto ao estacionamento, também disse, edifício vertical e não existe nenhum edifício vertical de estacionamento. Muito obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado, senhora Deputada, tem a palavra o Senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Eu creio que o Casino, sendo uma obra de reabilitação é praticamente um edifício completamente novo, mas já agora, ainda bem que me deu a oportunidade, se calhar de ser mais explícito sobre questões de raiz, Escola Dom Dinis, escola absolutamente nova, construída e, de facto, pode ver que foi inaugurada pelo Presidente Vítor Aleixo. A Base de Apoio Logístico à entrada de Quarteira, também uma obra do Presidente Vítor Aleixo. A Avenida do Atlântico, à entrada de Quarteira, a confusão que era o acesso aquela unidade de distribuição alimentar que está ali à entrada de Quarteira. A Avenida Papa Francisco, também uma intervenção durante o decurso da gestão autárquica do Presidente Vitor Aleixo. E já agora, uma enorme obra que se chama transferência de competências. temos a Junta de Freguesia de Quarteira que em 2013 tinha um orçamento na ordem dos 800 mil euros ano, para intervir junto da comunidade que representa e hoje tem orçamentos na ordem dos 5 a 6 milhões, ano, que permite um trabalho de proximidade, que permite obra, porque obra não é só cimento, tijolo, edifícios, há muita obra que é de proximidade, de apoio às famílias, de responder às necessidades e isso, efetivamente, com a transferência de competências, as Juntas também estão na linha da frente nesse tipo de trabalho e acho que era importante também dizê-lo, é obra, sim senhor, também do Presidente Vitor Aleixo. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Senhor Vice-Presidente, tem a palavra agora sim, a senhora Deputada Bárbara Correia do Partido Social Democrata. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A Deputada **Bárbara Correia (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigada, senhor Presidente. Na passada Assembleia Municipal referimos as condições indignas e vergonhosas do Pavilhão Dr. Carlos Gravata e que já foi hoje aqui falado e bem pelo Senhor Hélio Carmo, e tal como na sessão passada, também hoje ficámos com dúvidas quanto àquilo que está efetivamente a ser feito. O senhor Vereador Carlos Carmo, respondeu que estão a fazer tudo o que é preciso o mais brevemente possível, o que é isso em concreto? As épocas desportivas vão passando e os Clubes e os atletas continuam a aguardar ansiosamente por respostas, enquanto tomam banhos de água fria e respiram o bolor do Pavilhão. O que é que está efetivamente a ser feito relativamente à água fria e ao excesso de humidade? Verificámos que já foram colocados outros contentores, que supostamente serão para balneários e, portanto, questionamos quando é que está previsto o seu funcionamento? Queremos timings e se os concursos estão desertos, que justificações é que dão para esse mau resultado? são os orçamentos que são demasiado baixos, o que é que se passa? O senhor Vereador, referiu ainda que colocaram um piso novo e que estão todos muito contentes, será verdade? É que nós recebemos queixas de atletas, que nos informaram que o piso novo que colocaram foi sobre o piso velho e que, por isso, continuam a sentir os desníveis, por isso não senhor Vereador, não parece que estão a cumprir o objetivo. Este Executivo entre as várias promessas, prometeu a construção do novo Pavilhão em Quarteira, que a nossa opinião é absolutamente necessário e fala-se, dizem não na construção do novo Pavilhão, mas sim na construção de um Pavilhão amovível na antiga pista de BMX e apesar de não considerarmos que essa seja a solução que Quarteira merece, questionamos se esse Pavilhão irá ter balneários com água quente e se irá ter bancadas para os pais e familiares poderem assistir. Também na passada Assembleia, o senhor Presidente, transmitiu uma mensagem e aqui um outro ponto, de total desapoio ao Portugal Masters, tendo até revelado no seu discurso contradições sobre os montantes dos apoios que tinham sido pedidos ao município. Inicialmente referiu que era 1 milhão e posteriormente refere que talvez não tenha sido bem esse valor, o que desde já perguntamos e pedimos que nos esclareçam qual foi efetivamente o montante pedido? A informação que temos é que foram pedidos meio milhão de euros de apoio municipal e gostaríamos de concretizar com factos, porquê que a nossa bancada porquê esta insistência em provar a gravidade da retirada deste evento de tamanha importância no nosso concelho e qual é que seria a contrapartida da participação de meio milhão de euros por parte deste Executivo, que corresponde notem, a 0,2% do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

orçamento anual da Câmara Municipal de Loulé. Em primeiro lugar e de extrema importância, o que foi absolutamente ignorado por este Executivo, o apoio dos nossos atletas portugueses, golfistas que com este invente que pertence à categoria Deep World Tour, onde são muito poucos os atletas portugueses que lá conseguem chegar e que, com a realização do evento em Portugal, permite que os mesmos possam participar através de convites nacionais e ter visibilidade a nível internacional. Em segundo lugar, em termos de potencial de comunicação, marketing do Portugal Masters no nosso concelho. É um evento que conta com cerca de 24 mil espetadores, transmissão em 130 países e 12 milhões de publicações nas redes sociais. Em terceiro lugar, o impacto económico do golfe na nossa região, não esquecendo que Loulé tem um 1/3 dos 40 Campos de Golfe do Algarve. 1 milhão e 400 voltas de golfe, são gastos 300 milhões pelos golfistas do Algarve, o que para o nosso concelho representa cerca de 125 milhões. 60 milhões em receita fiscal, 150 milhões de valor bruto acrescentado, 16,800 postos de trabalho em toda a região do Algarve, e falo de postos diretos, indiretos e induzidos, se quiserem saber o nome de postos diretos, também vos digo, são 6 mil postos de trabalho. O Algarve tem sido distinguido ao longo dos anos com prémios devido ao golfe, como o Best Golf Destination, World Golf Destination e o IPING Golf Destination. Loulé é reconhecido como um dos mais prestigiados destinos de golfe do mundo, o golfe tem um peso económico e social que não pode nem deve ser descurado por quem gere este território. Os vereadores do PSD, apresentaram recentemente uma Proposta que foi aprovada por unanimidade, para a criação de uma infraestrutura denominada Academia do Golfe, que permite a prática de golfe e o seu incremento junto de toda a população, jovens e menos jovens. Perante estes factos e os retornos financeiros inerentes à prática desportiva do golfe, esta Bancada faz a seguinte pergunta; Este Executivo continua a acreditar que tomou a melhor decisão ao não ter apoiado a realização do Portugal Masters? Independentemente da resposta deste Executivo, há um ponto que queremos deixar assente, com o PSD, o Portugal Masters jamais teria saído do concelho de Loulé. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente ou a quem entender atribui-la. Senhor Vereador Carlos Carmo, tem a palavra. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Presidente. Sob pena de me repetir e é o que vou fazer, eu, há pouco, acho que fui bastante esclarecedor relativamente àquilo que estamos a fazer no Pavilhão Carlos Gravata, mas, de forma mais pausada e sendo até mais pormenorizado, vou tentar esclarecer ainda melhor aquilo que eu, há pouco já esclareci. Relativamente ao piso, quem ouve falar a senhora Deputada, parece que nós colocámos para lá em cima, um piso qualquer que nada tem a ver nem com as modalidades, nem com, digamos, em termos técnicos, com aquilo que se deve fazer. Estamos a falar de empresas especializadas, estamos a falar de pisos que são utilizados em competições oficiais pelas Federações, nomeadamente Federação de Futsal, Federação de Andebol, entre outras, que muitas vezes até quando veem jogar aos nossos Pavilhões, seja em Loulé seja noutra sítio, é aquela tipologia de pisos que são colocados em cima dos pisos dos Pavilhões. E a opção que nós encontramos rápida, expedita e para garantir a boa qualidade, pelo menos do piso do Pavilhão Carlos Gravata e de outros, foi contratualizar 3 pisos móveis, são pisos que quando o Pavilhão entrar em obras são retirados, são guardados e são reintroduzidos nos pavilhões e posso-lhe dizer, se quiser ir visitar um Pavilhão no Algarve, que o Pavilhão Pedro Mourinha em Portimão, tem um piso exatamente igual a este, e dizem os dirigentes dos Clubes de Quarteira que jogam Futsal, que em comparação, este até é melhor do que está nesse Pavilhão, por exemplo, e nós falamos com os Dirigentes, portanto, é essa a nossa base de comparação. Depois, relativamente e voltando às questões do Pavilhão, que eu há pouco já referi, assumimos o problema de maior relevância no Pavilhão é a questão do saneamento, que não tem qualquer capacidade de intervenção com um lifting, tem que ser estrutural e é isso que está a ser feito pelo Departamento de Obras, a preparar e a ultimar uma intervenção nesse sentido. Para a ultrapassarmos imediatamente essa questão, eu há pouco disse que estavam a ser colocados, acabei de receber umas fotografias, que foram colocados já contentores de forma provisória, enquanto não chegam aqueles que vão ser lançado o concurso público, portanto alugámos para garantir de forma imediata a resolução do problema, alugámos contentores, que já estão a ser instalados para garantir que os atletas e os alunos que utilizam aquele Pavilhão, tenham as condições mínimas para a prática do desporto. E volto a dizer aquilo que reafirmei há pouco ao cidadão Hélio Carmo, obviamente que não queríamos que a situação chegasse à situação que chegou, mas estamos a fazer tudo para ultrapassar da melhor forma e o melhor que sabemos. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado, senhor Vereador. Tem a palavra o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Só para acrescentar aqui, mais algumas informações. No que diz respeito ao Portugal Masters, o Presidente da Câmara, disse que iria esclarecer em momento oportuno. Agora o que eu gostaria aqui de partilhar, é que estamos este evento teve no município e no Algarve, durante 16 Edições, durante todas as edições antes da pandemia, os municípios todos do Algarve, injetavam zero euros neste evento, injetavam no apoio logístico, apoiavam naquilo que é a limpeza, a manutenção de espaços, tudo na promoção. Há sempre um grande investimento que não é só de depositar dinheiro na conta de quem vem gerir eventos, apenas na pandemia, pela primeira vez, foi solicitado pela organização que houvesse um apoio financeiro e foi concedido. N último ano de realização Portugal Masters aqui no município, que foi o ano passado, houve participação dos 16 municípios do Algarve, para que ele se mantivesse, e o valor do prize money, uma vez que temos alguns países Emiratos Árabes Unidos, etc., que pagam prémios na ordem dos 5 milhões de euros, a organização, procurou majorar o valor do prize money, para quase o dobro. O valor que estava a ser apalavrado para este ano, segundo informações do Turismo de Portugal, ia na ordem dos 3 milhões de euros. Meus caros, ninguém põe em causa a importância do golfe, como estruturante para contraciclo para questões da sazonalidade, para a importância na região do Algarve e, em particular no concelho de Loulé, sempre apoiamos e sempre apoiaremos todas iniciativas de desenvolvimento do desporto daquilo que é qualidade de vida dos nossos concidadãos e dos eventos, de facto marcantes, impactantes para a comunidade. Existe é um limite, a partir do qual, não é negociável estender aquilo que é a capacidade do erário público e quem promove estes eventos, tem que entender que há um momento para se refletir daquilo que é a realidade do país e daquilo que é a possibilidade de investir em determinados eventos. E esta é, creio eu, mais alguma informação que eu neste momento tenho na disponibilidade sobre o evento, ele não é, que fique claro que não é de decisão exclusiva do município de Loulé. O que eu fiquei a entender aqui, é que o PSD está a afirmar categoricamente que foi o município de Loulé que declinou que houvesse um evento, que é de cariz nacional, de impacto regional e nacional e que há vários intervenientes no processo. E já agora só terminando, não, não foi o senhor Vereador se a sua bancada quiser falar, falará, o senhor Vereador, tem a oportunidade para falar nas Reuniões de Câmara. Só dizer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

aqui mais uma pequena nota, o PSD criticou o investimento na chegada da Volta a Portugal aqui no concelho, no valor de 85 mil euros, criticou dizendo que não faria sentido esse investimento. 1 milhão e 85 mil euros, tem aqui é uma disparidade significativa. Efetivamente, já agora gostávamos de perceber, qual é a bitola, qual é a importância de tratarmos de investimentos no desporto de formas completamente distintas em termos de valor monetário, também. Muito obrigado, senhor Presidente.

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Está inscrito o senhor Deputado João Ferreira, mas atendendo à alternância, vou dar a palavra à senhora Deputada Sandra Ribeiro do CHEGA. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, muito boa noite, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e a quem nos assiste lá em casa. A Bancada do CHEGA, subscreve na íntegra a última intervenção da Deputada Bárbara, sobre esta questão do Portugal Masters, porque não conseguimos realmente e falámos sobre isto na última Assembleia, nós não conseguimos compreender, o porquê, o motivo de não se ter realizado, não terem aprovado a realização deste evento este ano. De qualquer das formas e aproveitando a intervenção do senhor Vice-Presidente, não explicou, qual o valor, ou seja, em que valor é que ficámos na negociação e que não foi aceite, bem como gostaríamos também de saber, qual foi o valor do financiamento anterior. Portanto, como houve um financiamento no ano anterior, qual foi esse valor do financiamento e qual o valor que não foi aprovado este ano. Depois, gostaríamos também de saber, na medida em que o município de Loulé, não é o único município a acordar a participação do Portugal Masters, gostaríamos de saber se não há essa possibilidade de sozinho, se não tem autonomia para o fazer e gostaria de saber, se não tem autonomia o porquê? qual o motivo? Atendendo à mais valia que é este evento, para o nosso município. Depois, gostaria também de lembrar que, na penúltima Assembleia, o senhor Vereador Carlos Carmo, ficou de fazer o levantamento, de qual o motivo pelos problemas que ocorreram durante o Verão e que ainda pontualmente ocorrem, na recolha de resíduos por parte da ALGAR. Portanto, gostaria de saber se o senhor Vereador já tem esses elementos para nos fornecer. E gostava também de perguntar, na sequência da última Assembleia, anteontem, o senhor Presidente, abordou a questão do sistema do alerta de tsunamis e eu não vi, mas já me chegaram imagens de placas sinaléticas colocadas aqui em Quarteira do sistema de Alerta Tsunami. Ora bem, o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Presidente disse anteontem que o sistema ainda não estava implementado, nem sabia qual o valor. A minha pergunta é então como é que nós já temos placas na via pública? Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Rapidamente até porque depois vamos ficar sem tempo no Executivo para responder a mais questões. O Presidente disse-o de uma forma inequívoca que iria prestar esclarecimentos adicionais sobre o Masters, sobre valores etc. No que diz respeito à Câmara, se era a única entidade promotora, eu pergunto-lhe se faz sentido, por exemplo, o Moto GP, que é também de impacto regional e nacional, ser apenas o município de Portimão, a ter que pagar por um evento desta natureza e deste impacto. São eventos, que impactam a economia local de uma forma regional. E isso significa, que os municípios são solidários nos investimentos que são estruturantes para a sua região. Sobre o Alerta Tsunami, se o senhor Presidente permitir, passaria a palavra ao senhor Vereador Carlos Carmo. Muito obrigado. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra disse: Obrigado, senhor Presidente. Começo pela questão relativamente aos resíduos, não tenho dados concretos, mas quero-lhe dizer que, remetemos todas as preocupações para a ALGAR, porque a ALGAR, numa primeira fase é a entidade que tem essa competência de recolha de seletivos, que foi aquilo que estava em cima da mesa, era a recolha aliás, a ausência ou défice de recolha de seletivos, mas também remetemos essa preocupação para a Inframoura, porque também tem competências nessa matéria. Mas quero-lhe dizer, que os problemas que existem, nomeadamente sobre a recolha de seletivos em Vilamoura, em Quarteira, em Loulé, no concelho de Loulé, é um problema infelizmente do Algarve, devido ao péssimo serviço que essa empresa presta, daquilo que é a sua concessão e obrigação para a recolha desse segmento, e nesse sentido, eu também já disse nesta Assembleia e volto a repetir, é por isso que Loulé, é um dos municípios que já decidiu, está a trabalhar já nesse sentido para que a partir do próximo ano, não será logo em janeiro, infelizmente, mas que passaremos a ser nós, município a fazer a recolha desse de trífuxo, papel, cartão, plástico, metal e vidro, no concelho de Loulé, além da recolha que já é da nossa competência, da esfera da Câmara Municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Loulé porque também na área das Empresas Municipais, elas têm competência nessa matéria. Depois sobre a questão do sistema, para que não haja nenhuma confusão, um sistema de Aviso e Alertas tem duas componentes, e daí a confusão e na altura, eu não tinha esses dados e até pedi aqui aos serviços e já me chegaram depois da Assembleia, mas eu aqui tenho os dados concretos e posso dar essa informação para que não haja dúvidas! De facto, sim, já está a ser instalado a primeira fase daquilo que é um Sistema de Avisos e Alertas de Tsunamis, a primeira fase de uma primeira fase, digamos assim, porque nós dividimos a nossa costa entre a Freguesia de Quarteira e a Freguesia de Almancil e optámos por começar pela zona mais vulnerável e aquela que teria mais impacto em caso de uma situação real na população que é a freguesia de Quarteira. Portanto, a primeira fase deste sistema será para abranger a freguesia de Quarteira e nessa primeira fase, a implementação desse sistema divide-se em dois momentos. Primeiro, a instalação da sinalética que está a ser instalada, neste momento, iremos dar nota pública da mesma muito em breve. Essa sinalética, posso-vos dizer que custou perto de 39 mil euros, para que não haja também essa pergunta, quanto é que custou? também foi feita e dou essa informação, e está a ser neste momento preparado o lançamento de um concurso público para a segunda fase, ou segundo momento desse sistema, que são a colocação de torres com, digamos, colunas que essas sim fazem os avisos e os alertas sonoros em caso de uma situação que em primeira mão será para tsunamis, para sismos e tsunamis, mas para qualquer outra situação, imagine-se que há uma tempestade, como agora tivemos recentemente e se quisermos avisar a população, por qualquer situação em concreto, esse sistema também pode ser utilizado. O concurso público vai ser lançado por sensivelmente 340 mil euros para esse sistema. Portanto, são na Freguesia de Quarteira, são 6 sirenes, portanto, são 6 torres com essas sirenes que vão ser instaladas e estamos já a trabalhar com uma consultoria do Instituto Superior Técnico, que é quem nos está a dar a acessoria nesta matéria, com o Professor Carlos Oliveira, para já implementar a segunda fase na Freguesia de Almancil. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Vereador. Eu gostaria de saber se o Partido Socialista, cede tempo ao Executivo, e quanto? -----

O Deputado Abel Matinhos (PS) disse: Quanto necessita? 3 minutos? cedemos 3 minutos, senhor Presidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Recordo mais uma vez que o tempo que o Partido Socialista dispõe, é aquele que lá está, menos 2 minutos. Tem a palavra o senhor Deputado João Ferreira, do Partido Social Democrata. -----

O Deputado **João Ferreira (PSD)** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, cumprimento o Senhor Presidente e todos os presentes e lá em casa na pessoa do senhor Presidente. A Bancada do PSD, convém pôr aqui um ponto de situação, porque já não é a primeira vez, que o Executivo desta Câmara, aqui na Assembleia, reitera sempre na retórica de remeter os problemas que a bancada do PSD coloca aqui na Assembleia, dizendo que é do tempo do PSD, não se fez, como se deu aqui outra vez, esta situação de se falar no projeto da Rua 25 de Abril, não se avançou, porque entretanto a população não quis. Vamos lá ver uma coisa, só para recordar, estão no meio do terceiro mandato, estamos a falar de 10 anos, precisam de tantos anos para continuar a falar do PSD? Disse. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. O Partido Social Democrata, também esgotou o seu tempo, se pretenderem pedir tempo a alguma das bancadas 2,5, Obrigado Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Eu creio que não foi nenhuma questão colocada, foi apenas uma consideração, portanto, posso dizer sobre a Rua 25 de Abril, é que há uma verba cabimentada para um novo projeto, que será desenvolvido durante o próximo ano. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Tem a palavra a senhora Deputada Helena Baião. -----

A Deputada **Helena Baião (BE)** tomou a palavra e disse: Eu só queria pedir, se era possível o senhor Vice-Presidente, dar mais alguns elementos sobre a questão da habitação, tendo em conta que, em 26 de abril de 2021, na presença do Engenheiro Pedro Nuno Santos e da Doutora Marina Gonçalves, Secretária de Estado portanto, o Ministro e a Secretária de Estado da Habitação, o município de Loulé, afirmou que tinha celebrado um Protocolo de colaboração com o IHRU com vista à implementação do Programa Primeiro Direito. Desde então, têm sido dados passos importantes, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

a concretização do objetivo de até 2030, apoiar 1400 agregados familiares no acesso à habitação. Ora, nós ouvimos falar de 5, ouvimos falar de 48, ouvimos de falar de 61 e já estamos a um terço do tempo, e, portanto, como é que pretendem chegar aos 1400 agregados? Muito obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Boa noite, muito obrigado pela sua questão, senhora Deputada Helena Baião. É oportuno, até porque posso voltar a reiterar algo que disse na última Assembleia Municipal, vamos ter uma Assembleia Municipal Temática sobre Habitação, no próximo dia 24, será na freguesia de Salir, eu comecei por dizer isso, no início desta Assembleia e aí seguramente serão prestados mais esclarecimentos. As 1400 soluções, são de várias tipologias que será de de aquisição de habitação dispersa, será de reabilitação urbana, será de construção por iniciativa pública, será das consultas que estamos a fazer ao mercado agora atualmente, para fogos construídos em construção ou por construir tudo isso concorre para as 1400 soluções. Sobre em que ponto estamos, hoje a curto prazo e dentro do prazo de 2030, creio que nada melhor do que ter tempo para esclarecer numa Sessão Temática que teremos, e já agora a todos aqueles que aqui estão presentes se puderem seguir, aconselho vivamente, porque é um tema importantíssimo, há trabalho feito, há muito trabalho ainda por fazer, humildemente temos que o reconhecer, o tema da Habitação é preponderante, porque, efetivamente Portugal, não é só o concelho de Loulé, não é só a região do Algarve, Portugal tem apenas 2% de oferta pública de habitação e temos todos que rapidamente resolver essa questão. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Tem a palavra o senhor Deputado Miguel Coelho, do Partido Social Democrata. -----

O Deputado **Miguel Coelho (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite, senhor Presidente, obrigado. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e os que nos assistem lá em casa. Só queria completar aqui a intervenção da minha colega de bancada, Deputada Bárbara Correia, no que diz respeito ao Portugal Masters, duas perguntas muito concretas que, pelo que vejo, não vão ser respondidas hoje, mas que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

ficarão em agenda. A questão fundamental é, qual foi o valor final pelo qual a Câmara Municipal, não apoiou a realização deste evento? Começou num milhão, qual foi o valor final? Mas podemos fazer um juízo de valor, para nós, termos se foi uma decisão correta ou não pela Câmara. Em todas as vertentes, em todas as argumentações que podemos aqui falar, foi uma decisão incorreta. As vossas responsabilidades terão que ser assumidas, porque é um evento que vendia a marca Vilamoura. Era um evento que ajudava os empresários, os hoteleiros da região. O senhor Presidente na última Assembleia Municipal, referiu que falou com um ou dois empresários, mas dois empresários é que vão decidir se vão realizar ou não este evento? Eu questiono, por exemplo, foi falado ao questionado à Associação de Empresários de Quarteira e Vilamoura, sobre a importância deste evento? Isto é um evento que em receitas diretas e indiretas que combate a sazonalidade. Então, nós andamos aqui todo o ano a tentar combater a sazonalidade, a questão da época baixa, em que o golfe é um evento, o Portugal Masters e o desporto em si, é um evento que faz com que a economia local na época baixa esteja mais forte, e nós agora deixamos e entenda-se que o evento foi para a Andaluzia, que aproveitam sempre os nossos deslizos. Tirando essa questão, irá ser respondida? Queria só duas ou três considerações muito breves. Tivemos o Debate sobre o Estado do Município, queria questionar muito diretamente em que ponto de situação é que está visto que também estamos na freguesia de Quarteira, o saneamento básico na EN 125, que afeta a minha freguesia de Boliqueime e de Quarteira. Eu relembro que no último mandato, já falávamos que estavam a identificar os proprietários, a questão que eu coloco é continuamos ainda no processo de identificação das pessoas para que a obra avance? Isto já no último mandato. Segunda questão, e para valorizar um bocadinho também aqui as questões das Moções de Atualidade e Urgência, que ainda hoje o PS apresentou e muito bem, foi aprovada uma Moção que apresentaram, penso que a 17 de março de 2003, à data foi apresentada uma Moção pela bancada do PS, na questão urgente que se impunha, da requalificação da EN 270. Na altura, nós revoltados e muito bem, porque achamos que foi um oportunismo político na altura, por causa das 2 mortes, nós não aprovamos, mas visto que foi aprovada a vossa Moção de Atualidade e Urgência, o que é que foi feito até hoje pelo município, na sequência dessa Moção que foi aprovada? -----

O **Presidente da AML** disse: Tentem obter mais tempo das outras bancadas, porque já excederam em 30 segundos o tempo. Senhor Vice-Presidente, tem a palavra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Senhor Deputado Miguel Coelho, o valor não apoiado pelo município de Loulé, não é a questão essencial aqui, porque há mais entidades, como Turismo de Portugal, Região de Turismo do Algarve e todos municípios do Algarve participarem para esse evento e não se chegou sequer a um valor em que todas as entidades pudessem-se comprometer, uma vez que houve uma majoração para o dobro do valor do investimento público solicitado pela organização do evento e foi isso que eu lhe disse, portanto não tem a ver com o município de Loulé, exclusivamente. Falou aí, fez um comentário que eu importa-me agora também, uma vez que é para ficar em Ata e para esclarecer, o Presidente não disse que, falou com um ou dois empresários, isso é totalmente falso. O Presidente disse que falou com empresários, da mesma maneira que a sua bancada disse, que falaram com empresários e estamos aqui no campo das sensibilidades. Mas eu queria que ficasse claro, senhor Deputado, não é verdade aquilo que acabou de dizer e podem ver, porque está filmado, não foi um ou dois empresários com os quais o Presidente da Câmara disse que tinha falado. Quanto à questão do Estado do Município, vou passar aqui ao meu colega, se o senhor Presidente permitir, Senhor Vereador Abilio Sousa. -----

O **Presidente da AML** disse: Tem a palavra o senhor Vereador Abilio Sousa. chamo a atenção para o tempo. -----

O **Vereador Abilio Sousa** disse: Um minuto? Responder em relação à EN 125, ao saneamento, dizer que o projeto se encontra finalizado há bastante tempo, como todos sabem, está cabimentado, não é por falta nem de valor nem de projeto, são 450 parcelas, não é fácil chegar ao encontro de todas as pessoas, não existe cadastro no município de Loulé, a proteção de dados não nos deixa chegar mais longe e se não existir a participação pública de quem são os proprietários torna-se difícil, e não é desculpa nem argumentação nenhuma para nós, é das obras que nós gostaríamos mesmo de fazer até ao final do mandato, porque é uma obra que nos está aqui atravessada no sapato. Em relação aqui à EN 270, já foi dito mais que uma vez que o domínio não é desta Câmara, é do IP e tem feito com que as Moções e as reclamações cheguem ao IP, enquanto não for o domínio não passar para a Câmara Municipal de Loulé, nós não podemos fazer nada naquela via. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vereador. Senhora Deputada,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ana Poeta do PAN tem a palavra. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Obrigada, antes de mais, gostaria de esclarecer que a minha intervenção não é a defender o golfe, mas também tenho uma dúvida relativamente, a como é que é feito o critério ou como é que se contabiliza o que é que é benéfico para o município ou não, porque estamos a falar de um evento que já deram uma série de valores e que consideraram que não trazia retorno para o município, mas, no entanto, há umas semanas atrás, há uns meses atrás, tivemos uma discussão, não noutra sala, mas nesta sala, em que o município queria tirar a uma escola, 2 metros de recreio para beneficiar um único empresário. Portanto, se formos pesar o benefício daquele proprietário por este, não consigo perceber quais são os critérios para considerarem o que é que é benéfico para o município, ou não, o que é que tem retorno e o que é que não tem retorno. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhora Deputada, Senhor Vice-Presidente, tem a palavra. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** disse: Eu creio que não houve nenhuma questão, mas só apenas esclarecer o município ou o Executivo Municipal, em momento nenhum, disse que o Portugal Masters, não traz retorno para a economia, não traz retorno para o município, não foi em momento nenhum e que fique claro! Em nenhuma resposta que foi dada pelo Executivo Municipal, ou pelo Presidente ou por qualquer um de nós, reiteramos que este evento, que não era absolutamente relevante na dinamização da economia local, geração de emprego, naquilo que é o combate à sazonalidade e de uma das atividades que desenvolve. Aliás, nós temos, foi dito mais Campos de Golfe do que qualquer outro concelho do Algarve. Em momento nenhum, houve o desvalorizar dessas questões. Aqui foi meramente uma questão financeira do total do valor do Prize Money ter duplicado de um ano para o outro e haver vários intervenientes no processo a tomar a decisão que não só o município de Loulé, e creio que isso ficou claro, Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. O Executivo, neste momento, está sem tempo, vou dar a palavra à senhora Deputada Sandra Ribeiro, do CHEGA. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Nós temos tempo e se calhar ainda sobra para o município responder. Senhor Vereador Carlos Carmo, nunca em tempo algum, eu questionei sobre os resíduos seletivos, nunca! Falei sempre em lixo doméstico e se quiser eu preparo-lhe um portfólio de fotografias deste ano, relativamente ao lixo doméstico. Acumulavam-se toneladas de lixo em Vilamoura e Quarteira, pelo mau serviço da ALGAR e aquilo que nós queríamos perceber era o porquê! Depois, senhor Vice-Presidente, vamos lá ver uma coisa, eu estive eu precisei de 3 Sessões de Assembleia, para este Executivo me responder, porque é que não existia Polícia Municipal em Loulé? Eu se tiver que estar 5, 6, 10 sessões, para me responder qual o valor, use uma mensagem telefónica, e-mail, pombo-correio, bola de cristal, o que quiser. Os Deputados aqui presentes, as Bancadas, querem saber duas questões relativas a valores. Primeiro, qual foi o valor que estava a ser discutido para este evento de Portugal Masters este ano, que não foi aceite e qual o valor da última participação? Foram estas questões que eu lhe coloquei. Depois, está gravado, está em vídeo, o senhor Presidente Vítor Aleixo, anteontem, disse que falou com alguns hoteleiros da região, alguns 1, 2, 10 falou com alguns e até podemos pôr o vídeo e ver, alguns hoteleiros da região. De acordo com as respostas, não trazia um retorno significativo para que se acedesse à realização do evento. Sejam os honestos, vocês só ficam mal com esta situação, é que, em vez de se tentar o Executivo deveria assumir, estivemos mal! Mas não, continuam com este enredo e não vale a pena. Deviam sim, ter questionado ter colocado as questões aos empresários, se havia este senão, havia este handicap aqui na negociação, questionem a quem de direito, porque não é senhor Vice-Presidente, não é por falta de verba é por falta de vontade e tem que haver um motivo para essa falta de vontade e é esse motivo da falta de vontade, que nós e os munícipes, querem saber qual é, é tão simples quanto isto. E se eu tiver que vir aqui todas as Assembleias perguntar até ser respondido, vou perguntar até que seja respondido, que é para isso que nós cá estamos! Depois, respondendo à questão da prova de Motociclo que falou, que também tem interferência nos outros concelhos. Uma coisa completamente diferente, porque como o senhor disse agora e bem, o concelho de Loulé é o concelho com mais Campos de Golfe do Algarve, portanto, só por si só isto justifica o interesse. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Senhor Vice-Presidente, eu percebi que daria o resto do seu tempo ao Executivo para responder é isso? Também não deixou muito. Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Vice-Presidente, digo-lhe a si a mesma coisa que já disse a alguns Deputados, quando eu entender que o tom, senhor Vice-Presidente, estou a falar consigo, quando eu entender que o tom dos Deputados não é o adequado, eu intervenho. Tem a palavra para responder, não precisamos de pôr o tempo do CHEGA. Esta Assembleia já por várias vezes, acordou que não queremos que as perguntas dos Deputados, fiquem sem resposta por falta de tempo. Peço-lhe é que seja sucinto na resposta, à senhora Deputada Sandra Ribeiro do CHEGA. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Eu só quero voltar a reiterar e com uma voz um pouco mais pausado e se calhar, menos exaltada, porque acho que conseguimos comunicar perfeitamente, num tom acessível a todos, até porque, enfim, há-de haver aí pessoas que se calhar o aparelho teve que ser desligado momentaneamente, mas o Portugal Masters, não é um evento gerido pelo Município de Loulé, exclusivamente, existem diversas entidades que tiveram na organização e no investimento deste evento. Sobre as questões, eu disse-o na primeira intervenção, imediatamente quando foi colocada a questão sobre os valores que o Presidente da Câmara, assumiu na última Assembleia, que são prestados os esclarecimentos na altura devida. Portanto, meus caros, os valores históricos, quer dos investimentos feitos, por exemplo, na pandemia, quer do investimento feito no ano 2022, quer do investimento que estava a ser solicitado para 2023, ser-vos-á facultado quando tivermos acesso a essa informação. Eu agora, neste momento, não tenho aqui suficiente para lhe responder de uma forma explícita. Obrigado. Não sei se o senhor Vereador, quer responder alguma coisa sobre os lixos? Não, já está. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Tem a palavra a senhora Deputada Isilda Guerreiro do CDS. -----

A Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigada, senhor Presidente. Cumprimento em si, todos os presentes e os que assistem lá em casa por economia de tempo. De facto, esta questão do Portugal Masters, tem mais que se lhe diga, estamos aqui a fazer duas perguntas tão simples, há 2 dias e ainda não temos uma resposta. Eu quando me ponho a comparar o evento Portugal Masters numa mão e a Noite Branca noutra, fico um bocadinho baralhada. Como é que se consegue gastar dinheiro numa Noite Branca, que dá para um pequeno nicho, de que ajuda meia dúzia de empresários, e sabemos nós que o valor deve andar para por aí, havemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

de saber, que essa informação há-de cá chegar, se não vamos aqui estar todas as Bancadas a fazer as mesmas perguntas, porque associo-me ao CHEGA, associo-me ao PSD, a quem quiser saber, eu quero saber! O povo em casa quer saber! E quando penso, quanto é que gastou numa Noite Branca, para uma noite e quanto é que se deixou de gastar para um evento que tinha esta envergadura. Sim, as outras Câmaras desistiram, mas Loulé, não tinha o direito de desistir, tinha o dever e a obrigação de levar à frente um projeto destes que diz respeito a toda esta comunidade. Passando à frente, o SEF, sabemos que foi extinto, as autarquias, saiu uma notícia no TSF, que as autarquias deixaram de emitir certificados de residência a cidadãos da União Europeia que vivem em Portugal, que não têm canal direta em contacto com a recém-criada Agência. A minha pergunta é se a Câmara Municipal, de Loulé, se revê neste problema, se está com este mesmo problema, ou esta notícia, não engloba todas as Câmaras Municipais? Outra questão que gostaria aqui dizer, já que estamos em Quarteira, eu revejo-me quando chego a Quarteira pela EN 396, acho que afunila desde o Aquashow até à entrada de cá, a entrada, muito bonita, mas podia ter mais 1 via, há algum projeto pensado para essa entrada de Quarteira, ser reabilitada de forma a tornar a chegada a esta cidade mais digna? E por fim, chegou-me um pedido de alguns residentes, na estrada EM 521-1 que é a estrada de Loulé para Almancil, a conhecida Estrada Maluca, que é o termo, há quem não a conheça por esse termo, mas eu conheço desde pequenina. Há uma série de pontos, onde têm espelhos que são muito pouco visíveis, a visibilidade é muito reduzida, era de pensar, colocar algumas lombas, para reduzir a velocidade que os carros se deslocam naquela zona. O sol bate no espelho e torna ali aquela, uma das entradas logo a seguir do CREO, quem vai do lado de Vale Formoso, provoca bastantes acidentes do que me foi dado a conhecer e o resto da própria via, é toda muito sinuosa. Muito obrigada, finalizei a minha intervenção. -----

O Presidente da AML disse: Senhora Deputada, conclua, apanhou-me distraído e excedeu trinta segundos. Muito obrigado senhora Deputada. Senhor Vice-Presidente, sendo sucinto, dá a palavra ao senhor Vereador Abilio Sousa, sendo sucinto na resposta, uma vez que já não têm tempo, limite-se telegraficamente, se faz favor a responder. -----

O Vereador Abilio Sousa tomou a palavra e disse: Obrigado em relação às vias que não são da competência deste município, há quatro, EN 2, EN 125, depois é o acesso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

da 270 à Via do Infante e o acesso da 396 à Via do Infante, esses acessos que falou, estão numa concessão com o RAL e são da IP. Nós temos feito, aliás, temos um projeto já concluído até à Rotunda da Vila Sol, no entanto, como o domínio não passou por este município, não podemos executar o dito projeto. Em relação aos espelhos e lombas nós normalmente, nestas situações, quando nos chegam e são localizadas, vai um técnico ao local e faz, se nos enviarem com mais precisão, os técnicos deslocam-se e realmente reparam ou alteram o que tiveram que alterar. Obrigado. ---

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Vereador Carlos Carmo. -----

O Vereador Carlos Carmo tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Rapidamente o que julgo perceber da questão da senhora Deputada Isilda Guerreiro, o que eu acho que estava a referir-se, eram competências que estavam na esfera do SEF e que, aliás, estava e foi criada uma Agência que é a AI, uma agência para a emigração, penso que é assim que se denomina, que muito recentemente até foi inaugurado o seu primeiro ponto em Faro, e o que vai acontecer, é que competências que estavam na esfera do SEF, relativamente a Certificados de Residência para Migrantes que estão a residir no nosso país, vai passar esse serviço a ser feito também pelos municípios, exemplo se bem se recordam no âmbito do Brexit, houve vários municípios, Loulé foi um deles, foi um dos pioneiros. Em Quarteira, também existe no espaço do cidadão, existem uns Quiosques onde podem ser emitidos o título de residência para os cidadãos britânicos, quando deixaram de pertencer à União Europeia. E esta Agência, quer agora reutilizar esses mesmos Quiosques para fazer a emissão de títulos de residência, para as outras nacionalidades para acelerar aquilo que estava sim em lista de espera e ouvi uma notícia que eram mais de 600 mil pedidos que estavam em espera. Portanto, e isso vai passar a ter também o compromisso e a colaboração dos municípios. Não ouvi nada, nem tenho nenhuma informação de títulos que deixaram de ser emitidos pelo SEF. Portanto, é a informação que eu tenho, mas iremos dentro dos serviços e também das Juntas de Freguesia, nomeadamente em Quarteira, que tem serviço, perceber se houve alguma quebra, mas não tenho nenhuma informação nesse sentido. Já agora, senhor Presidente, dois segundos, resíduos, lixos urbanos, domésticos é a mesma coisa. Podemos falar depois sobre isso lá fora. E já agora um preciosismo Carlos Carmo, Carlos do Carmo não sou eu! -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Senhora Deputada Sandra Ribeiro, tem 14 segundos, se puder usar 7 e deixar 7 ao Executivo, eu agradecia. Eu chamo-vos a atenção para a hora, nós ainda não entrámos no Período da Ordem do Dia e está na hora quase de acabarmos a Assembleia. Tem a palavra. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. De uma forma rápida, mas mais calma e tranquila senhor Vice-Presidente, eu nunca falto ao respeito a ninguém, mas também não admito que me faltem a mim! É só isto que eu tenho para lhe dizer. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada, penso que não foi feita nenhuma pergunta. Daquilo que conhecemos do senhor Vice-Presidente, também não falta ao respeito a ninguém. Portanto está o assunto resolvido. Damos por concluído o Período Antes da Ordem do Dia e antes de entrarmos no Período da Ordem do Dia, com os acertos informáticos do início da nossa Assembleia, passou à Mesa uma situação que, tem estado adiada por impossibilidade física do senhor Deputado Helder Faísca, em assinar, que é a sua Tomada de Posse. Assim solicito ao senhor Deputado que se dirija à Mesa, para efetuar a Tomada de Posse. -----

O Deputado **Helder Faísca (PSD)** disse: "Declaro por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas". -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. E agora sim, uma salva de palmas para o novo Deputado. E assim sendo, iremos iniciar o Período da Ordem do Dia. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

3- Período da Ordem do Dia;

a) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1943-2023 [GAP] - 1- Revogação da Proposta n.º 1891-2023 [GAP]; 2-Submeter à Aprovação da Assembleia Municipal a Proposta de Reconhecimento de Situação de Emergência Climática no município de Loulé; para deliberação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** disse: Fazendo um breve historial para poupar algum tempo, a Proposta inicial do Executivo, falava em Declaração do Estado de Emergência Climática. Após discussão do assunto, foi reconsiderado e veio esta Proposta, para Reconhecimento da situação de Emergência Climática no município de Loulé. Tem a palavra senhor Vereador Carlos Carmo. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. esta Proposta, apesar dos senhores Deputados, estarem na posse do documento que baseia e que norteia, digamos, esta Proposta do Executivo Municipal, para os munícipes que estão aqui a assistir e para quem assiste lá em casa, importa perceber que documento é este e qual foi o objetivo e porque é que o município de Loulé tomou esta decisão? Primeiramente dizer que, o Parlamento Europeu já em 2019, declarou Emergência Climática, considerando as situações das alterações climáticas, que temos vindo a assistir ao longo mais efusivamente nos últimos anos e que muito recentemente tivemos esses impactos. No âmbito dessa Declaração, eu vou citar aqui alguns pontos, porque é importante para se perceber o contexto. Em certa altura nesta Declaração do Parlamento Europeu, é referido que várias instituições nacionais e administrações locais em diversos países e cientistas, declararam que o nosso planeta enfrenta uma Emergência Climática. Na própria Declaração em si, há um dos pressupostos que diz assim: "Declara neste caso, o Parlamento Europeu declara uma Emergência Climática e Ambiental e insta a Comissão Europeia, os Estados Membros e todos os intervenientes a nível mundial, a tomarem urgentemente as medidas concretas, necessárias, para combater e conter esta ameaça antes que seja tarde demais e declare o seu próprio compromisso nesse sentido." Voltando ao contexto nacional, dizer que houve um conjunto de passos a nível nacional e mais recentemente, em dezembro de 2021, foi publicada a Lei de Bases do Clima, que estabelece um conjunto de metas nacionais ao abrigo daquilo que são as metas internacionais, nomeadamente até 2050, atingirmos a neutralidade carbónica. Daí, nós termos decidido propor ao Executivo Municipal, do qual foi aprovado este reconhecimento, como o senhor Presidente da Assembleia disse e bem, houve uma reconfiguração daquilo que foi, digamos, o título desta Proposta Reconhecimento da situação de Emergência no Município tendo em base, como eu já disse, a Lei de Bases do Clima. Considerando também o primeiro Plano Municipal de Ação Climática, que está publicado no nosso país, que é o de Loulé, publicado em fevereiro de 2022, dois meses depois de sair a Lei de Bases, que obriga os municípios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

em 24 meses de publicarem os seus Planos Municipais de Ação Climática. Referir também que a própria OCDE em 2023 nos seus Relatórios Ambientais, pública nesse mesmo Relatório, uma referência ao exemplo do município de Loulé, como município que em termos de política de Ação Climática, está na linha da frente e é reconhecido não só em Portugal, mas também na Europa. Dizer também, que, se bem se recordam há 4 dias atrás, tivemos uma tempestade com o nome de Domingos, há 5 dias atrás, tivemos uma tempestade com o nome de Searan, há 15 dias atrás, tivemos uma tempestade que atingiu fortemente o nosso concelho, que foi a tempestade Bernard. No espaço de 5 dias, temos grandes eventos extremos de precipitação, de ventos que são anormais e que são o resultado daquilo que são as alterações climáticas que o nosso planeta está a ser atingido. Existem metas que têm que ser cumpridas, uma delas com algumas dúvidas que possa ser cumprida ainda, ó o limitar o aquecimento global a 1,5 grau evitar com isso, entre outras coisas, a perda de biodiversidade e mais recentemente, este último Verão, ultrapassámos historicamente temperaturas muito altas e os maiores períodos de ondas de calor que alguma vez assolaram o nosso país e muitos países da Europa. E nesse sentido, o município entendeu, ser preponderante, para cumprir aquilo que são os nossos desígnios e a nossa matriz em termos de política de Ação Climática, declarar essa situação de Emergência Climática, com um conjunto de objetivos. Objetivos esses, que prende-se primeiro acelerar aquilo que são as medidas que estão definidas no nosso Plano Municipal da Ação Climática, no Plano Municipal de Contingência para períodos de Seca e no Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática. Tentar atingir mais rapidamente a neutralidade carbónica no município de Loulé, em relação àquilo que está definido como as metas do nosso país. Muito importante, envolver a população naquilo que são os processos de transição energética e de eficiência hídrica para tentarmos atenuar aquilo que são os impactos das alterações climáticas, Implementar políticas que impulsionem os modos partilhados e suaves de mobilidade, massificar até 2030 a eletrificação da frota municipal de automóveis, reforçar aquilo que são as medidas já em curso de eficiência hídrica, naquilo que são os seus edifícios, ao nível da Câmara Municipal, sejam eles das mais diversas ordens. Reconfigurar e já estamos a fazê-lo, muitos dos espaços verdes que estavam implantados, digamos, com um conceito que já está ultrapassado, com extensas áreas de relvados, onde não existe qualquer fruição de pessoas e que têm um consumo enorme de água, portanto, estamos a fazer. Cumprir aquilo que é também, uma agenda que o município tem vindo a trabalhar, uma Agenda Local de Sustentabilidade e de Biodiversidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

Contribuir com o digamos, com as suas áreas classificadas e o aumento para aquilo que são as metas que o nosso país e a Europa têm que cumprir. até 2030, de classificar até 30% do seu território com o Estatuto de Proteção, como bem sabe e estamos a finalizar, muito brevemente virá à Assembleia a Proposta final de Classificação da Reserva Natural Local, e como foi dito na última Assembleia, julgo eu foi anunciado que estamos já a trabalhar numa outra área, no interior do nosso concelho, na Nave do Barão, para também atribuir-lhe o Estatuto de Proteção, a esse território. E por último, criar espaço e mecanismos de informação e sensibilização da população, porque é fundamental todos termos a consciência. E vou terminar com uma citação do nosso Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, que diz assim, (...o nosso clima está a implodir mais depressa do que conseguimos aguentar, com fenómenos meteorológicos extremos a atingir todos os cantos do planeta,) O António Guterres, o nosso Secretário-Geral das Nações Unidas, tem sido o pilar e o comandante daquilo que é o trabalho de alertar todos, para efetivamente que estamos em Emergência Climática e que é preciso agir muito mais rápido do que aquilo que estamos a fazer. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vereador. Estão abertas inscrições para os senhores Deputados e Deputadas, que pretendam fazer uso da palavra. João Ferreira, do PSD, tem a palavra. Se permutam, senhor Deputado. João Carlos Santos, PSD tem a palavra. As inscrições foram ao contrário, dou por ordem de inscrição, depois é que entra a alternância, se alguém se inscrever. Tem a palavra João Carlos Santos. -----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)** tomou a palavra e disse; Muito obrigado, senhor Presidente. Relativamente a este ponto, realmente, confunde aqui um pouco aqui esta Bancada, porque temos que olhar aqui também ao historial daquilo que tem sido feito, Não se coloca aqui em causa, como é que hei-de dizer, os conteúdos que foram criados, o trabalho realizado realmente para ter toda uma série de planos e mecanismos nesse sentido, orientações, mas realmente, às vezes parece que temos que parar um pouco, fazer um enquadramento e perceber realmente que, se calhar, certas opções que são aqui avançadas, têm mais um carácter de alarme às pessoas do que realmente outra coisa. Porque é assim, temos que olhar para o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas. vereação, tanto como Deputados do PSD, está aprovado. O Plano Municipal de Ação Climática, o Plano Municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Contingência para o Período de Seca, o Plano Local de Ação Integrada. Somando todo este conhecimento que foi criado, inclusive até pelos bons funcionários da Câmara Municipal de Loulé que se debruçam nesta área, já estamos em cerca de 1500 páginas. Quer dizer, existe um conhecimento adquirido numa determinada lógica, motivado efetivamente por um reconhecimento de uma situação que nos afeta a todos. E agora, vem novamente mais uma vez aqui, mais um documento que realmente centraliza-se naquilo que são as orientações mundiais, não se percebe bem. Neste momento, este Executivo, deveria de colocar em prática aquilo que está patente nestas 1500 páginas, por exemplo, um dos grandes combates que deveria estar a ter lugar, que era o combate às perdas na rede, na distribuição de água que essa também, é uma grande luta, que tem que ser levada a cabo, e depois o Executivo fica magoado ou fica ofendido, quando esta Bancada diz, mais ação, mais ação! Meus amigos, peço desculpa, caros senhores, é importante, ponderarmos realmente o que é que estamos a querer fazer com estas questões do clima? Os senhores têm aqui opções, diagnósticos, metas, dá para tudo, agora têm é que fazer! Daqui a mais um mês ou dois, temos mais outro documento relacionado com a Ação Climática para aprovação! Vamos sim, dar corda aos sapatos, e vamos lá tratar destas questões, naquelas que são diretamente da responsabilidade do município, que estão aprovadas, porque os senhores têm livre trânsito para fazer à vontade. Agora cada vez mais, outros documentos. Fica este reparo, que realmente, quando as coisas já são em demasia, isto já começa a ser algo mais do que realmente uma política responsável e começa a roçar uma política de populismo, com dominação, populismo climático. Sejamos concretos, incisivos, há trabalho a fazer, acho que basta de documentos, o que é que estas 1500 páginas já não contemplam, dentro daquilo que está a ser apresentada agora? E realmente é este o repto que nós vos deixamos! Menos conversa, mais trabalho! Só assim é que a gente consegue ajudar o planeta. Tenho dito. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Vereador Carlos Carmo, tem a palavra. -----

O Vereador Carlos Carmo tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Aquilo que eu vou dizer, que vou iniciar a minha intervenção, não tem nenhum sentido irónico, e é mesmo sentido. Muito obrigado pela oportunidade que o Deputado João Carlos Santos, me vai dar, para eu usar alguns minutos e perdoem-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

me, para elencar tudo aquilo que nós estamos a fazer nessa matéria, porque aquilo que denota é o total desconhecimento, através da intervenção que fez e para tentar confundir as pessoas que estão a assistir não só aqui, mas em casa, com discursos de retórica para confundir. Se leu o documento, tenho dúvidas que tenha lido, neste momento tenho dúvidas que tenha lido, se leu o documento, o documento, em certa altura diz, "com esta Declaração, a Câmara Municipal de Loulé, assume, entre outros, os seguintes compromissos; e muitos destes compromissos, fazem parte dos documentos que o senhor diz. E que fez e eu concordo consigo, com o excelente trabalho dos técnicos da Câmara Municipal de Loulé e de muitas Universidades que têm estado ao nosso lado. Acho estranho que o senhor não concorde e não avalize permita-me dizer-lhe desta forma, aquilo que é o reconhecimento que diversas instâncias nacionais e internacionais, nomeadamente a própria Comissão Europeia, com o trabalho que a Câmara Municipal de Loulé, está a fazer. E como o senhor quer ação, eu vou-lhe dar ação. eu ouvi-o muito atentamente e peço que faça o mesmo. 2020, perdas reais 30,4%, 2021 perdas reais, 28,3%, 2022 perdas reais, 25.7%, se isto não é trabalho, diga-me o que é que é. No último ano no Algarve, graças às medidas que os senhores desvalorizaram, com o Plano Municipal de Contingência para Períodos de Seca, a entidade gestora Câmara Municipal de Loulé. eu repito, a entidade gestora Câmara Municipal de Loulé, foi a quarta entidade gestora no Algarve, que mais eficiente foi na gestão da água. Eu repito, para que não haja dúvidas, a Câmara Municipal de Loulé, foi a quarta entidade gestora de água no Algarve e não estou a falar das Infrs, as Infrs ficaram atrás da Câmara Municipal de Loulé. Se juntássemos o universo do município de Loulé, neste momento, nós estávamos na classificação de Bom naquilo que a ERSAR classifica, o uso eficiente da água. Se isto não é ação como o senhor diz, diga-me o que é que é! E agora permita-me a juntar às 1500, que eu elenque em 9 páginas, o que é que nós estamos a fazer em termos de eficiência hídrica, por exemplo, e podia falar em outras coisas. Criações de zonas de medição e controlo, mais de meio milhão de euros em trabalho que está a ser feito. Estudo de otimização hidráulica do concelho, porque muitas vezes, quando se fala eu vou meter-me aqui um pouco na área do meu colega Abílio, e ele não me vai levar a mal, mas quando se fala em perdas na rede, o mais fácil é ir lá e fazer uma intervenção de substituição, mas muitas vezes basta uma regulação daquilo que é a pressão na rede para diminuir aquilo que são as ruturas e diminuir aquilo que são as perdas na rede e pedia, e é por isso, que estamos a fazer mais um estudo para que, não venha dizer que estamos a adicionar mais páginas em cima do que é que estamos a fazer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Estamos a reabilitar muita rede, como temos vindo a referir em vários lados. software para plataformas de monitorização de vários sistemas que nós estamos a implementar não só nas zonas de medição e controlo, mas também nos depósitos de abastecimento de água e estou a saltar algumas coisas, para não ser bastante exaustivo. Renovação do parque de contadores, nós estamos a colocar todos os contadores por telemetria, para sermos ainda mais exigentes e eficientes. E exigentes porquê? Porque todos sabem, que muitos contadores quando não trabalham corretamente, existe aquilo que é um uso abusivo da água pelos consumidores e Isso nós estamos a fazer aqui também. E esses grandes consumidores, com contadores com telemetria, como eu estava a dizer. O cadastro que não havia, havia zero de cadastro de rede, zero! E nós estamos a fazê-lo e em certos locais, já a terminar! Espaços Verdes, estamos a reconfigurar como eu há pouco disse, só no âmbito do Plano de Contingência para Períodos de Seca, vamos reconfigurar 26 espaços verdes no concelho de Loulé, além daquilo que as Juntas de Freguesia estão a fazer. Estamos a utilizar, não era feito a água das Bicas Velhas e a água para quem conhece da Goncinha, da rotunda do Barrocal para fazer rega em espaços públicos. Fechámos muitos dos sistemas de abastecimento de água de rega, no concelho de Loulé, nomeadamente na cidade de Loulé, para fazer a rega com esta água. Isto se não é trabalho, diga-me o que é que é? Estamos a fazer, que também não havia, nada de redutores de caudal em edifícios, instalações, nomeadamente em instalações desportivas. Cada redutor de caudal, para quem sabe, permite uma redução de 50% naquilo que é o consumo de água com a mesma torneira, bastando instalar esses dispositivos. Estamos com uma campanha como nunca tinha sido feito no nosso concelho, a alertar para a problemática da água. Muitos até dizem que o slogan é abusivo "feche a torneira," mas efetivamente, se chover este ano, aquilo que choveu no ano passado, garantidamente, vamos ter que fechar obrigatoriamente a torneira em certos momentos, para reutilização. Na última Assembleia, a senhora Deputada Bárbara, questionou o senhor Presidente e o senhor Presidente penso que respondeu, mas eu aqui reafirmo, estamos a trabalhar com as Águas do Algarve, para sermos os pioneiros na utilização de APR's de grande dimensão no nosso concelho, na Quinta do Lago e em Vilamoura. E além disso, já está em funcionamento, por exemplo, no Pavilhão, nos balneários, do Pavilhão da Escola Padre Cabanita, o primeiro sistema, algo bastante simples de reaproveitamento das águas cinzentas, de um Pavilhão que tem bastante utilização, por alunos e por atletas, para rega de espaços comuns da escola. Se isto não é trabalho, então diga-me o que é trabalho? Estamos a finalizar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

um projeto, que já foi testado em muitos municípios, pela ideia que surgiu aqui no nosso município de reutilização de água das piscinas, para lavagem e para rega de espaços comuns, e podia-lhe dar aqui outros exemplos. Portanto, senhor Deputado, isto não é mais um documento, isto é um compromisso sério e peço que releven aquilo que é a vossa intenção. É um compromisso sério, para alertar todos, que não estamos a viver momentos normais. Não é só por causa da guerra, em termos daquilo que são os impactos das alterações climáticas, não desvalorizem a última grande tempestade matou 14 pessoas em França. Porquê? Porque o homem no sentido lato nos últimos anos, não se portou bem, e ou nós cuidamos do nosso planeta ou então os nossos filhos e os nossos netos, muito dificilmente terão a qualidade de vida que nós tivemos nos últimos anos. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vereador. Eu permitam-me, antes de passar a palavra e apesar de ser o Deputado João Ferreira que está inscrito, pela alternância, darei a palavra à Deputada Helena Baião. Eu gostaria, até por uma questão de correção, de tentar recentrar um bocado esta situação. Eu percebo que, de parte a parte as pessoas queiram pegar em bases político-partidárias nestas questões, uns para salientar o que não tem sido feito, ou o que não tem sido feito devidamente, outros para salientar aquilo que tem sido feito. Gostaria também de relembrar e recentrando a discussão, que estas questões climáticas, têm sido objeto de decisões unânimes nesta Assembleia e que eu saiba, nunca ninguém aqui questionou as medidas necessárias de termos políticas sérias e assumidas, no âmbito do combate às alterações climáticas. Eu espero que o aquecimento não do clima, não do planeta, mas o aquecimento da discussão não leve nem dum lado nem do outro, as pessoas a descentrarem-se daquilo que efetivamente é essencial para o nosso município e para as pessoas que vivem e trabalham no nosso município. E o que é essencial para o nosso município, é que o Executivo faça o melhor que pode nesta matéria, e que os Deputados façam o melhor que está ao seu alcance nesta matéria, para que o trabalho do Executivo seja analisado de forma crítica e seja complementado com novas questões. E aquilo que me parece é que foi feita uma interpretação daquilo que foi dito pelo líder de bancada do PSD, como se nada tivesse sido feito, como se fosse só planos e eu penso que a intervenção não foi essa a leitura que fiz, e como sabem, não me estou a debruçar aqui por questões político-partidárias, como de adversário aqui a aprofundar este matéria, entrando em questões político-partidárias, que é coisas que eu evito fazer, como sabem. Apenas para que isso não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

descentre daquilo que é fundamental nesta questão, e aquilo que o PSD fez em já mais que uma ocasião nesta Assembleia, foi elogiar o trabalho de preparação, de planeamento, de planos, e com os quais o voto do Partido Social Democrata, como das outras bancadas tem sido de unanimidade, penso que em todas elas, pelo menos desde que esta Assembleia está em funções. Isto para recentrar o quê? Este documento, sendo verdade que repete muitas coisas que já estão nos outros, porque também a partir de certa altura, trata-se de, é difícil numa matéria como esta, estar a arranjar coisas novas para serem introduzidas, porque, como já foi dito e enaltecer aqui também o trabalho dos técnicos nesta matéria, se há uma coisa que esta Proposta traz de novo, penso eu é que no seguimento daquilo que é dito também pelo PSD e que já foi dito por outras bancadas, nomeadamente na Conferência de Representantes, há um conjunto de compromissos concretos do Executivo nesta matéria, para além daquilo que genericamente está nos Planos, esta Proposta tem compromissos concretos, muitos deles mesuráveis e assumidos exatamente como compromisso. Já falamos em sede da Conferência de Representantes, que esta matéria das Alterações Climáticas, pela interferência que unanimemente é reconhecida por todos, na vida das pessoas, justificará, eventualmente a criação de uma Comissão Especializada no âmbito da Assembleia, no âmbito da problemática da água e das alterações climáticas. Isto tudo para dizer, que o que esta Proposta, do meu ponto de vista como cidadão e como Deputado, que também sou, traz de mais positivo é exatamente, no fundo, fazer aquilo que PSD também aconselhou, é precisamos de coisas concretas e esta é uma boa Proposta do Executivo, apresentando coisas concretas que os Deputados poderão na Assembleia acompanhar, se estão a ser feitas, se não estão a ser feitas. Portanto, desculpem esta minha intervenção mais, entrando na esfera político-partidária, mas todos nós somos políticos, a polis é a cidade, a política é a vida da cidade e isto tem tudo a ver com a vida de todos nós, portanto, e aquilo que me está a custar é no calor da discussão, no fervor político-partidário de defender posições e de combater posições que a gente se descentre daquilo que é central, que é a eficácia do combate às alterações climáticas no nosso município. E desculpando-me, passarei a palavra à Helena Baião, Deputada do Bloco de Esquerda. -----

A Deputada **Helena Baião (BE)** tomou a palavra e disse: O Bloco de Esquerda tem um slogan que também foi reconhecido nacional e internacionalmente, que é "Não há planeta B", portanto não há dúvidas nenhuma para nós, em relação a este dossier



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

ou outros relacionados com as Alterações Climáticas, que sempre foram uma preocupação do Bloco de Esquerda. De qualquer maneira, eu queria só perguntar, se efetivamente é crítico nesta Proposta, o facto de liberar fundos específicos, para fazer face a determinados problemas causados, nomeadamente pelas recentes tempestades. -----

O Presidente da AML disse: Obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Vereador Carlos Carmo. -----

O Vereador Carlos Carmo tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Antes de responder, se me permitir, eu não queria que entendessem o meu tom mais efusivo e caloroso na defesa de algo que acredito piamente, como tenha sido ostensivo, nem digamos, outra consideração que não só aquela, que é o calor de defender algo que acredito conceptualmente e no trabalho que estamos a fazer, mas eu interpretei a intervenção do senhor Deputado, como o questionamento de muito papel e pouco trabalho, e foi daí a justificação de eu ter feito a intervenção que fiz, com o teor que fiz. E senhor Presidente, foi essa a minha interpretação e essa a minha, digamos, a minha linha de pensamento. Sobre a pergunta da senhora Deputada Helena Baião, pelo que eu percebi, está a questionar, se existe ou se está previsto algum Fundo em termos daquilo que é o Orçamento Municipal, para responder a este tipo de intempéries. Ora no Orçamento Municipal, existe algo que tem o nome, penso eu, de Fundo de Emergência para a Ação Climática, acho que é qualquer coisa assim. Há um pressuposto, é que esse Fundo só pode ser acionado, só pode, ou melhor, só pode ser indexado em termos orçamentais para despesas executadas pelo município nos seus próprios danos. Imagine-se uma árvore que cai e que tem que ser reposta e que tem impacto na via pública, só na via pública, não em terceiros. Na despesa que vamos acionar para repor essa, digamos, essa árvore e o espaço público pode ser indexada essa despesa ao Fundo. Nós aí temos uma noção, depois indexando não só ao Fundo, mas também ao evento em concreto, neste caso, o "Bernard", eu posso-vos dizer, está fechado, eu hoje não consegui ir ao email, mas tenho já o Relatório Final e posso-vos dizer que, só no concelho de Loulé teve impacto de mais de 60 mil euros diretos, o impacto daquela tempestade, no nosso concelho. Caíram mais de 150 árvores, grande parte delas árvores sadias, que nos leva a questionar a razão porque é que isso aconteceu? Houve mais de 160 árvores que caíram, e mais de dois terços eram árvores sadias, perfeitamente sadias,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

portanto, até estamos a ponderar perceber com técnicos mais especializados até com a própria Universidade, perceber as razões, se isso tem a ver com um grande período até de seca e depois grandes momentos intensos e circunscritos de chuva, Mas é proposta digamos, no âmbito da AMAL, isso foi público, portanto pode-se dar nota disso também, o município, no âmbito daquilo que é a Taxa Turística, foi um dos municípios que no âmbito da AMAL, propôs a criação de um Fundo Intermunicipal, onde o município iria contribuir com uma percentagem para a criação desse Fundo, para fazer face precisamente, a eventos extremos que pudessem ocorrer. Não houve unanimidade, mas também não precisa de haver, porque isso não é uma decisão colegial no âmbito da AMAL, é uma concertação, mas o município, em momento próprio, irá anunciar aquilo que será, digamos, a sua vontade nessa matéria. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vereador. Tem a palavra o senhor Deputado João Ferreira, do Partido Social Democrata. -----

O Deputado **João Ferreira (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Eu quando fiz a inscrição, tinha aqui uma intervenção um bocadinho maior, mas depois da intervenção do senhor Presidente da Mesa, até fica mais pequena, porque concordo na totalidade. A única coisa que queria aqui acrescentar ao senhor Vereador Carlos Carmo, é que, de facto, o PSD foi sempre a favor das medidas. O que nós sentimos aqui, é que existe retórica, populismo e alarmismo. Só para lembrarmos também aqui alguns números, independentemente de estarmos de acordo, independentemente de haver a preocupação e não estarmos a minorizar a preocupação. Portugal a nível do mundo, significa 0,1% e Loulé, a nível nacional significa 0,07%, a ver se também vemos isso. Depois em relação às percas ai do ERSAR, é que devemos ter números diferentes, eu tenho aqui uns dados de 30% de perdas, se os outros concelhos estão piores, bom, então aí é que é alarmismo. Portanto, aqui acho que estamos todos de acordo. Às vezes, por momentos ficamos a pensar que era o Estado de Emergência, não Climático, mas Político no concelho de Loulé. Mas penso que aqui a questão, não nos estamos a opor, estamos é "vamos embora, estamos juntos", agora continuar a falar nisto com um aspeto de alarmismo, vai mudar isto tudo, não é verdade que os números não dizem isso! Disse! -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Vereador Carlos Carmo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Agradeço a intervenção do senhor Deputado João Ferreira. Só uma questão, provavelmente são questões conceptuais daquilo que são as perdas e água não faturada, aí se falarmos em água, não faturada, sim, estamos a falar nessa ordem e aí também posso-lhe dizer, 2020, 35,2%, 2021, 33,4% e 2022, 33%. Portanto para que percebam, há o conceito da água não faturada e dentro desse conceito é que temos as perdas reais e as perdas aparentes, mas, como se percebe pelos números que são os números da ERSAR, não há outros números, são aqueles que são da ERSAR, portanto, os dados são estes. Não se trata de alarmismo, senhor Deputado, eu percebo a sua questão, mas não é alarmismo, é consciencialização é sensibilização, para que as pessoas possam fazer algo e eu termino com aquilo que está no nosso slogan da nossa campanha, das questões da água, "Cada gota conta". seja 0,0%, 0,01% seja 1%, cada gota conta! Cada ação individual, conta para darmos o nosso contributo, seja singelo, mas se cada um de nós fizer a nossa parte, já temos aqui uma boa percentagem de ação. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vereador. Tem a palavra a senhora Deputada Ana Poeta do PAN. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Obrigada. Eu acho que não está aqui ninguém, nem a minimizar o trabalho, nem a não dar o reconhecimento nem à situação em si nada disso, muito pelo contrário. Acho que o que praticamente todas as bancadas estão a dizer, é que já temos efetivamente muitos Planos, muitos instrumentos, muitas ferramentas e se calhar, o mais fácil era ou juntar também já juntamos, mas focar em coisas mais concretas, dizer coisas efetivamente que sejam concretas. Eu tenho uma questão para depois poder fazer outra. Este documento é efetivamente um compromisso concreto, isto é vinculativo? -----

O **Presidente da AML** disse: Senhor Vice-Presidente, ou senhor Vereador, pode responder diretamente, porque depois teremos outra pergunta a seguir. -----

O **Vereador Carlos Carmo** disse: Eu vou só ler o que está: "Com esta sua Declaração, a Câmara Municipal de Loulé, assume entre outros, os seguintes compromissos..." Está escrito, portanto, acho que não é preciso mais outras perguntas nem outras respostas, está escrito! -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** disse: Pode continuar senhora Deputada. fez uma pergunta, que precisava de resposta para depois continuar, portanto a pergunta está respondida. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Sendo assim, a minha leitura do documento é diferente, porque eu li o documento e tenho mais questões. A primeira, é como é que o Executivo pretende envolver a população no processo de transição energética de forma ativa e inclusiva, providenciando acesso à informação, por exemplo, consultas públicas de âmbito municipal não são divulgadas. Não me responda por favor, estão no site! Pergunta número dois, relativamente às fontes de financiamento necessárias para que as pessoas possam aumentar a literacia energética, ajustar os seus hábitos de consumo, adaptar as habitações, aqueles que têm, efetivamente, tornando-as mais eficientes do ponto de vista térmico e a massificação da adoção de soluções para a produção de energia fotovoltaica de forma comunitária e descentralizada. Eu gostava de saber como é que isto está previsto, e quantas famílias do município é que hoje estão em pobreza energética? Para o cumprimento das metas definidas na Agenda Local de Sustentabilidade, florestas, biodiversidade e desenvolvimento rural do concelho de Loulé, 2020-2025, como é que pretendem cumprir estas metas? É que a grande maioria dos proprietários está envelhecido e a grande parte das propriedades são de pequena e média dimensão. Como é que pretendem fomentar uma economia local progressivamente mais circular e com circuitos de distribuição curtos que promova o aumento da produção local de alimentos? Questiono, por exemplo, se os Cabazes de Natal ou se as Cantinas Escolares, estão ou vão ser abastecidas por produtores locais, não revendedores locais, produtores locais. Referem ainda, que não vão deixar ninguém para trás, portanto, eu pergunto que mecanismos de informação e sensibilização é que estão previstos para as pessoas mais idosas, iletrados, analfabetos, isolados, ou por exemplo, as comunidades ciganas? Até à data, temos sido incapazes, por exemplo, de reutilizar a água das ETARES, água da chuva, não cuidamos das ribeiras, continuamos a patrocinar caçadores que enviam chumbo para o solo. Continuamos a festejar, lançando para o céu, fósforo e enxofre e surpresa das surpresas, porque quem leu o documento, vê que o documento não são só coisas passadas, tem duas novidades. Uma já foi falada que tem a ver com o ABC e o mosquito e fala de uma dessanilizadora, que nunca apareceu em lado nenhum, que não tem o estudo de impacto ambiental e que não tem nada. E a minha primeira pergunta foi efetivamente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

se era um compromisso? Portanto, eu gostava de saber como é que nós vamos votar e nos vamos estar a comprometer com uma coisa que não tem um estudo e que caiu de para-quedas e que não está em nenhum destes documentos, que estão a ser lançados desde pelo menos 2016. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra senhor Vereador Carlos Carmo. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Sob pena, que houve aí uma das questões que eu não precisei, como falou um pouco rápido. Portanto, o que eu não responder, depois pergunte-me e se tiver tempo ou então de outra forma. Mais uma vez, eu vou dizer aquilo que disse ao senhor Deputado João Carlos Santos, que é agradecer-lhe a oportunidade que nos está a dar, para falarmos sobre aquilo que fazemos, porque, como o senhor Vice-Presidente, há pouco referiu, nós temos um grande défice, é que comunicamos muito mal, ou comunicamos mal. Portanto, está-nos a dar a oportunidade para que fique gravado, fique em vídeo para que possamos utilizar de forma correta e para comunicar com os cidadãos para mostrar o que nós estamos a fazer, ou o que nós vamos fazer. Muito em breve, está a ser ultimado, vamos abrir o primeiro Balcão Municipal de Energia, e esse Balcão Municipal de Energia que estará situado em Loulé, no Espaço Cidadão, terá essa função. Já foi feita formação aos técnicos que hoje estão no Espaço Cidadão em Loulé, através da AREAL através da AREAL - Agência Regional de Energia do Algarve que, como sabem, está a instalar-se neste momento, na cidade de Loulé e esses técnicos, que estão no Espaço Cidadão, irão abordar todas as pessoas que irão a esse espaço, sensibilizando-as numa primeira fase para o seguinte, saber ler a sua fatura da energia, se está a pagar muito ou se está a pagar pouco. Portanto, temos isso, vai garantir a primeira fase deste compromisso, garantir que as pessoas saibam interpretar a sua fatura energética e poder alterar o seu fornecedor, para se tornar mais eficiente, consumir o mesmo e pagando menos e consumir de fontes renováveis, que também é algo que nós hoje vemos nas faturas e temos que garantir que, de facto, essa energia é efetivamente fornecida por fontes renováveis. Depois através da AREAL e através dos programas que o Estado, o Governo, lança de apoio para a implementação de painéis fotovoltaicos, para a implementação de medidas de alteração das janelas e das portas para criarmos mais conforto térmico e sermos mais eficientes energeticamente, a AREAL, irá colaborar com os cidadãos para que possam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

instruir esses processos de candidatura que são e até para as pessoas mais instruídas, são muito complicados de instruir. Portanto, e nós já temos isso acordado e protocolado com a AREAL, não tenho números de pobreza energética, mas garanto-lhe, que se que fizéssemos o levantamento hoje, iríamos ficar infelizmente, surpreendidos com o impacto, que também é um impacto da transição para sermos mais resilientes ao clima, tem também este impacto e isso também é nossa função de ajudarmos diretamente ou indiretamente, as pessoas. Quando se coloca aqui a dessalinização, o município não vai criar uma central própria, se é isso que estava a pensar, não. O que estamos aqui a pôr, é que, iremos ter uma fonte de fornecimento de água alternativa ou adicional no Algarve, que é a central dessalinizadora, que está neste momento em consulta pública, portanto, iniciou a consulta pública, portanto, qualquer cidadão ou entidade pode-se pronunciar e estamos a colocar aqui como seremos positivamente afetados com essa fonte alternativa de água, portanto, não é nenhuma central nova. Portanto, e se houve mais alguma pergunta, eu não fixei, portanto, Os circuitos curtos, estamos também, através da Agenda de Sustentabilidade e Biodiversidade estamos a montar, eu isso ainda não vou falar muito, porque ainda está numa fase, onde pode correr ainda algum tempo, mas vamos garantir através de uma promoção de utilização de terras, de terrenos no nosso município, numa primeira fase, terrenos que o município possa adquirir para promover ali, digamos, a utilização comunitária através de um Regulamento e com essa utilização comunitária desses terrenos, o resultado poder ser fornecido, por exemplo, para as cantinas, mas hoje esse processo, também já existe através da própria Associação In Loco, tem projetos, onde garante dentro do possível, eu estou-lhe logo a responder, dentro do possível, circuitos mais curtos de fornecimento que não aqueles das grandes distribuidoras. Já demos esse passo e sabe perfeitamente que isso hoje acontece. Portanto, há muitos desses compromissos que nós já estamos a trabalhar afincadamente em várias vertentes. Há uma situação que eu vos peço, isto não é mais um documento, é um documento que sintetiza, sistematiza e que assume compromissos, não é mais um para adicionar aos outros. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vereador. Pois percebe-se, esta é outra matéria que só por si merecia também mais uma Assembleia Temática. Eu recorde-vos, que temos matérias para deliberar e se não se opusessem, eu passaria a palavra, João Carlos Santos, está-se a inscrever? Peço brevidade. João Carlos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

obrigado. Tem a palavra. -----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Simplesmente para dar aqui esta pequena consideração, ao senhor Vereador Carlos Carmo, pois realmente se o Executivo comunica mal, pois entendo que, se calhar, agora estamos a ter aqui acesso a alguma informação em primeira mão e se, de facto, se assim o é, eu agradeço-lhe, porque há aqui coisas que eu realmente não tinha conhecimento e de forma fácil, não conseguir ter acesso. No entanto, só para rematar, esta Bancada é somente contra a retórica utilizada, o senhor Vereador chama compromisso, nós chamamos recompromisso e nada contra as medidas, simplesmente é pela retórica utilizada, porque é assim, porque somos a favor das medidas, mas nada a favor deste alarmismo. Pronto! -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Assim sendo e não havendo inscrições, iremos passar à votação da Proposta da Câmara Municipal 1943 Revogação da Proposta 1891 e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Proposta de Reconhecimento da situação de Emergência Climática no município de Loulé. -----

A Proposta foi colocada á votação e foi **aprovada por maioria** com 22 votos a favor (19 PS, 1 BE, 1 CDU, 1 PAN) e 11 abstenções (8 PSD, 2 CHEGA, 1 CDS). -----
Deputado João Carlos Santos, tem a palavra. -----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)** disse: Senhor Presidente, posteriormente faremos chegar uma Declaração de Voto à Mesa. -----

Passou-se aos pontos seguintes: -----

b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2135-2023 [DAF] - 3.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 3.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 3.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais; para deliberação;

c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2147-2023 [DAF] - Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais; para deliberação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. alínea b) da nossa Ordem de Trabalhos e a alínea c) estão ambas relacionadas, como já é tradição em Assembleias anteriores, trata-se das Alterações Modificativas da Despesa do Plano de Atividades e do Plano Plurianual e dos Compromissos Plurianuais, a alínea c), portanto, a proposta é o Senhor Vice-Presidente, usará da palavra para fazer a apresentação das duas alíneas em simultâneo e nós procedemos depois a discussão em simultâneo e a votação será em separado. Alguém discorda da metodologia? Tem a palavra, senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. A 3ª Alteração Modificativo ao Orçamento do município, esta alteração não prevê um aumento do orçamento municipal, as modificativas ou é por alteração do valor do orçamento ou é por inscrição de novas rubricas, que é o caso. Há 2 novas rubricas a serem inscritas e a alteração da dotação financeira é de 5 rubricas. Com base nestas Alterações Modificativo, o Plano Plurianual de Investimentos também é alterado e neste momento é a exposição que tinha preparado, se tiverem alguma questão, por favor, estou aqui à vontade para esclarecer-me sobre ela. Obrigado. ----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Estão abertas as inscrições para os senhores Deputados que pretendam usar da palavra. ----- Não havendo inscrições, passaríamos à votação da alínea b) da nossa Ordem de Trabalhos, 3ª Alteração Orçamental Modificativo da Despesa, 3ª Alteração Modificativo ao Plano Plurianual de Investimentos e 3ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais. -----

A Proposta foi colocada à votação e foi **aprovada por maioria**, com 20 votos a favor (PS) e 14 abstenções (8 PSD, 2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN). -----

Passamos à votação da alínea c) da nossa Ordem de Trabalhos, **Proposta da Câmara Municipal 2147-2023 - Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais**. -----

A Proposta foi colocada à votação e foi **aprovada por maioria**, com 28 votos a favor (20 PS, 8 PSD) e 6 abstenções (2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Passou-se ao ponto seguinte: -----

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2181-2023 [DACP] - Autorização do Concurso Público para a Contratação da Concessão de Exploração de um espaço destinado à instalação e funcionamento de um estabelecimento de restauração e bebidas no Pavilhão Multiusos de Almancil; para deliberação;

O **Presidente da AML** disse: Tem a palavra o senhor Vice-Presidente, David Pimentel. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** disse: Muito obrigado. Senhor Presidente. Aqui é o lançamento de um concurso para a Concessão e Exploração do espaço de restauração e bebidas no futuro Pavilhão Multiusos de Almancil, creio que a informação interna é explícita, os documentos que acompanham em anexo também são explícitos, mas se tiverem alguma questão, também estou disponível para esclarecer. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Estão abertas as inscrições, aos senhores Deputados que pretendem esclarecimentos sobre a Proposta Senhora Deputada Helena Baião do BE, tem a palavra. -----

A Deputada **Helena Baião (BE)** tomou a palavra e disse: Nós pensamos que, em relação a esta exploração, gostaríamos que nos fossem clarificadas, se for possível duas questões, qual é o custo da concessão e quando é que tem de ser entregue? --

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** disse: O valor da concessão, é um valor base de Proposta, são 27 mil euros para 3 anos, portanto, é o equivalente a 750,00€ por mês. A duração são 3 anos, o contrato inicial e prorrogável por dois prazos, dois períodos de 1 ano, portanto o prazo máximo de 5 anos. Importa referir que é um equipamento, está totalmente equipado e é chave na mão, portanto, basicamente é iniciar a aquisição de bens e ter colaboradores e começar a trabalhar num espaço de investimento, 100% municipal. Obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Não havendo inscrições, considera-se que os senhores Deputados e as senhoras Deputados estão esclarecidos sobre a mesma, pelo que passaremos à votação. -----

A Proposta foi colocada à votação e foi **aprovada por unanimidade**. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2319-2023 [GAP] - Nomeação da “Comissão Concelhia para as Comemorações do 25 de Abril e seu Presidente”; para deliberação;

O **Presidente da AML** disse: Passamos à alínea e) da Ordem de Trabalhos, Proposta da Câmara Municipal 2319-2023 [GAP] Nomeação da Comissão Concelhia para as Comemorações do 25 de Abril e seu Presidente para deliberação. -----

Sobre esta Proposta e antes de passar a palavra, ao Senhor Vice-Presidente, quero apenas referir que, tratando-se das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, o Presidente Vítor Aleixo, propôs-me que a referida Proposta, fosse feita e assinada conjuntamente pelos 2 Presidentes. Uma vez que se trata de uma data de referência para todos e que todos os contributos sobre esta matéria, tinham sido já objeto de discussão em sede de Conferência de Representantes desta Assembleia, nomeadamente a envolvência das escolas, das Juntas de Freguesia, das Associações e dos próprios partidos políticos com representação na Assembleia Municipal, uma vez que todas estas matérias foram incorporadas na Proposta, e, uma vez que o trabalho feito pela Comissão Concelhia da Comemoração dos 40 anos do 25 de Abril, presidida pelo jornalista Carlos Albino, foi um trabalho a todos os níveis assinalável, respondi favoravelmente, tendo participado na elaboração da presente proposta e, como tal assinando-a. Não será uma situação muito típica, uma proposta do Executivo ser assinada também pelo Presidente da Assembleia, mas atendendo ao consenso que a data nos merece entendi-o fazê-lo. Tem a palavra, senhor Vice-Presidente. ----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. A Proposta é da Comissão da Concelhia para a Comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, como podem ver na proposta, está elencado um conjunto de pessoas que farão parte desta Comissão e é extremamente representativa da nossa comunidade. Eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

julgo que, se houver alguma questão, estarei cá para esclarecer melhor da minha capacidade, mas a informação que acompanha julgo que é perfeitamente explícita. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado, senhor Vice-Presidente, Senhores Deputados, está aberta as inscrições para quem pretender usar da palavra. Senhor Deputado, João Ferreira, PSD tem a palavra. -----

O Deputado **João Ferreira (PSD)** disse: Obrigado, senhor Presidente. Podíamos acrescentar aqui, era uma recomendação da Bancada do PSD, visto que, por uma questão de economia de esforços, a mesma Comissão que for depois aproveitar-se para o ano seguinte, para as celebrações do dia 25 de novembro, porque já que o 25 de Abril representa a liberdade, o 25 de novembro representa a Democracia, e não estarmos numa situação de tipo União Soviética. Disse! -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado senhor Deputado. Como sou um dos subscritores, aproveito para lhe dizer que, quando se tratar do cinquentenário do 25 de novembro, poderemos discutir a questão. Para já não estamos a falar do cinquentenário do 25 de Abril e é por aqui que vamos ficar nesta fase. Muito obrigado, Senhora Deputada, Sandra Castro do Partido CHEGA, tem a palavra. -----

A Deputada **Sandra Castro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite, senhor Presidente. Aproveito para cumprimentar nesta hora já tardia, mas cumprimento todos os que estão aqui presentes e também quem nos assiste lá em casa. Em relação a esta votação, o Partido CHEGA vai votar, abstendo-se, porque, tal como foi dito também pelo colega de Bancada, nós também achamos que só faz sentido comemorar o 25 de Abril, quando também se comemorar o 25 de novembro. Não há ainda cinquentenário de 25 de novembro, mas podemos começar por fazer a comemoração do dia e daqui a 50 anos, talvez já haja! Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Não há deputados inscritos? Ah, peço imensa desculpa, como já disseram, esta distância é muito grande, nós não estamos habituados. António Martins do PS, tem a palavra. -----

O Deputado **António Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte)** tomou a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

palavra e disse: Mais uma vez, boa noite. sem querer fugir ao tema, porque o nosso Presidente já disse e muito bem que a questão que está aqui em cima da mesa, é o cinquentenário do 25 de Abril, mas relativamente a alguns comentários que foram feitos aqui, então só deveríamos comemorar o primeiro de dezembro de 1840, quando comemorássemos o 13 de fevereiro de 1668, que foi quando se completou o processo de independência realmente de Portugal e, no entanto, nós só comemoramos o 1º de dezembro. Não estou a perceber muito bem porquê, vamos lá comemorar também o 13 de fevereiro de 1668. Está bem? Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Senhora Deputada, se pretender usar da palavra, eu peço-lhe para se inscrever, se faz favor. Tem a palavra a senhora Deputada Sandra Castro do CHEGA. -----

A Deputada **Sandra Castro (CHEGA)** disse: Era só para fazer um aparte e dizer que já agora respeitem as opiniões dos outros. -----

O **Presidente da AML** disse: É o que temos feito nesta Assembleia senhora Deputada. Eu aproveito, peço imensa desculpa, porque isto está fora da Ordem de Trabalhos, mas a Mesa como cometeu um lapso na contabilização dos votos na alínea a) e o Partido Social Democrata, 2 dos seus Deputados, nomeadamente os Presidente de Junta de Freguesia, conforme é já hábito e tradição, votaram favoravelmente estas matérias, tanto mais que participam na discussão e elaboração, foi distração minha, e o resultado final da alínea a), vou corrigi-lo agora, foram a alínea a) é Reconhecimento da Situação de Emergência Climática então a justificação não tem a ver com isso. -----

Alínea a) - Revogação da Proposta 1891-2023 e a Aprovação da Proposta de Reconhecimento da Situação de Emergência Climática. Contrariamente à votação anunciada, teve a favor 19 votos do PS, 2 do PSD, 1 do BE, 1 da CDU, 1 PAN, no total de 24. As abstenções foram 6 do PSD, 2 CHEGA, 1 do CDS, no total de 9. -----
Está feita a correção. Vamos continuar nas inscrições para a Proposta relativa à Comissão das Comemorações do cinquentenário do 25 de Abril. Não há inscritos, pelo que estamos em condições de passar à votação da mesma. -----

A Proposta foi colocada à votação e foi **aprovada por maioria**, com 32 votos a favor, (20 PS, 8 PSD, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN) e 2 abstenções (CHEGA). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** disse: Helena Baião, tem a palavra. -----

A Deputada **Helena Baião (BE)** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, nós queríamos fazer uma Declaração de Voto Oral, para constar na Ata. "Para o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, estão a começar muito tarde. A aproximação às escolas e a dinamização das atividades através delas, é o caminho certo, mas tem de ser bem feito e planeado, não é numa intervenção esporádica que se vai conseguir que os alunos conheçam e assumam os valores de abril, porque se lhes perguntarmos quais são, com alguma sorte, conseguiremos que respondam Liberdade. O Bloco de Esquerda, veria com muita assertividade, a presença do Presidente da Assembleia Municipal nesta Comissão". -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigada, senhora Deputada. vamos passar à alínea f) da nossa Ordem de Trabalhos, apenas para conhecimento, a Proposta da Câmara Municipal 1959-2023 Acordo de Parceria entre o Geoparque M'Gun Marrocos e aspirantes a Geoparque Algarvensis Portugal. -----
Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1959-2023 [DMAPMA] - Acordo de Parceria entre GEOPARQUE M'GOUN MARROCOS E ASPIRANTE GEOPARQUE ALGARVENSIS PORTUGAL; para conhecimento;

O **Vice-Presidente, David Pimentel** disse: Muito obrigado senhor Presidente. É para conhecimento da Assembleia, este Acordo de Parceria, é uma das etapas para o Geoparque Algarvensis em Portugal, é esta parceria feita com um Geoparque existente, creio eu, que é o primeiro Geoparque este mundial, este M'GUN de Marrocos e este Acordo de Parceria, depois tem aqui sim os itens de qual é de como é que é estabelecida a parceria, se houver alguma dúvida disponível para esclarecer. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado senhor Vice-Presidente. Estão abertas as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

inscrições para os senhores Deputados que pretendam fazer uso dela. Não havendo, Não está a pedir a palavra senhora Deputada? Não. Não havendo inscrições. -----

A Assembleia tomou conhecimento da Proposta. -----

Agradecendo a todos que tornaram possível a realização e difusão da nossa Assembleia de hoje, aos cidadãos que nos acompanharam presencialmente e pelas redes sociais, ao Executivo e aos Deputados e Deputadas desta Assembleia e uma vez mais, à Junta de Freguesia de Quarteira, que nos apoiou nesta sessão descentralizada, damos por concluída a nossa Sessão Extraordinária de hoje, e uma vez mais, a todas e a todos. Muito obrigado. -----

O **Presidente da Assembleia** deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata cujos documentos anexos passam a fazer parte integrante, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO

A 2ª SECRETÁRIA EM SUBSTITUIÇÃO

Handwritten signature and initials in blue ink.



Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Loulé

RELATÓRIO ANUAL DA CPCJ 2022



Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Loulé
Rua Nossa Sra. de Fátima, Terminal Rodoviário, R/C, Dt.º 8100-259 Loulé
Tel. 289 400 776 Telex. 967 575 884



Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Loulé

"As comissões de protecção elaboram anualmente um relatório de atividades, com identificação da situação e dos problemas existentes na respetiva área de intervenção territorial em matéria de promoção dos direitos e protecção das crianças e jovens em perigo, incluindo dados estatísticos e informações que permitam conhecer a natureza dos casos apreciados e as medidas aplicadas e avaliar as dificuldades e a eficácia da intervenção." – Artigo 32º da LPCJP.

O presente Relatório Anual da CPCJ é o primeiro que ocorre desde que assumi a presidência e por isso mereceu, da minha parte, um olhar mais atento e minucioso que conduziu a uma reflexão diferente daquela que tive, em anos anteriores, em que era apenas elemento da Comissão Alargada.

Com efeito, nesta condição, éramos confrontados com uma série de dados estatísticos que descreviam realidades preocupantes, mas para as quais olhávamos, por assim dizer, "de fora".

Neste momento e após quase um ano de exercício da presidência, faço uma leitura bastante mais próxima e informada das situações que os números pretendem retratar.

Não irei deter-me a analisar todos os quadros que constituem o Relatório saído da aplicação informática de que nos servimos (e que segue em anexo), mas procurarei deter-me naqueles que, do meu ponto de vista, nos apontam os problemas sobre os quais devemos fazer incidir a nossa atenção no sentido de identificarmos campos de intervenção prioritários e fazermos o levantamento de necessidades em termos de recursos para tentar minorar as situações mais problemáticas.



Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Loulé
Rua Nossa Sra. de Fátima, Terminal Rodoviário, R/C, Dt.º 8100-259 Loulé
Tel. 289 400 776 Telex. 967 575 884



Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Loulé

E porque **"Para educar uma criança é preciso toda uma aldeia"** (provérbio africano), todos devem conhecer estes dados para uma ação concertada que vise políticas promotoras dos direitos das crianças, que previnam os riscos e que as protejam do perigo.

A CPCJ de Loulé é das que, no Algarve, tem maior número de casos.

O número de processos ativos no final ano de 2022 foi de **349**, sendo que o volume processual global (VPG) foi, durante o ano, de **722**.

Passemos, agora, a analisar alguns dos dados mais significativos, do meu ponto de vista:

- **Faixa etária** (reportamo-nos às divisórias propostas no Relatório da plataforma da Comissão Nacional)

A faixa etária com maior número de casos é a dos **15-17 anos**: 170; seguida da dos **11-14 anos**: 148.

Estas idades correspondem, como se sabe, à adolescência e em termos escolares, na generalidade, ao 2.º e 3.º ciclos e secundário.

Chamamos ainda a atenção para o facto de termos 50 jovens que foram acompanhados depois dos 18 anos, o que significa que tendo processo na Comissão, requereram a continuidade da medida protetiva para além da maioridade atingida.



Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Loulé
Rua Nossa Sra. de Fátima, Terminal Rodoviário, R/C, Dt.º 8100-259 Loulé
Tel. 289 400 776 Telex. 967 575 884

Handwritten signature and initials



Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Loulé

- **Nacionalidade**

Apesar das múltiplas nacionalidades existentes no concelho, a maioria dos processos são referentes a crianças portuguesas, seguida de crianças de famílias brasileiras, o que não levanta grande questão, uma vez que se trata da maior comunidade migrante.

- **Problemáticas**

A **violência doméstica** é, sem sombra de dúvida, o motivo mais presente nas sinalizações que recebemos e perpassa todos os níveis etários.

Os **comportamentos assumidos pelas crianças ou jovens** que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento, sem que os pais se oponham de forma adequada ocupam o segundo lugar das problemáticas sinalizadas e estão muito ligados à adolescência.

A **exposição a comportamentos** que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (de que destacaremos o alcoolismo e o consumo de estupefacientes por parte dos familiares), é a terceira causa mais apontada nos processos que temos em mãos.

A **negligência** nas suas diversas dimensões (a nível de cuidados básicos, da educação e da saúde) é a quarta razão das sinalizações que nos são feitas.

- **Entidades sinalizadoras**

A **GNR** e as **escolas** são as entidades que mais sinalizam.

Em terceiro lugar surgem as **sinalizações anónimas**.





Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Loulé

- **Freguesias com maior número de sinalizações**

Quarteira ocupa o primeiro lugar no número de sinalizações, com mais de um terço dos processos ativos.

Segue-se lhe **S. Clemente** e depois **Almancil**.

- **Medidas de Promoção e Protecção**

É importante referir que a maioria das medidas de promoção e protecção são aplicadas junto dos pais ou de outros familiares, o que releva a importância que é dada à família.

Em acolhimento residencial tivemos em 2022, dezassete crianças, o que representa menos de 10% das medidas aplicadas (183).

Que reflexões surgiram face a estes dados que quisemos destacar?

- Um enorme problema para cuja solução a CPCJ não tem meios, nem competência para o fazer, mas de que lhe sofre a nefasta influência, existe na nossa sociedade: **a violência doméstica**. O que fazer?
- A **adolescência** aparece como uma fase particularmente problemática, não só pelas especificidades que lhe são inerentes, como também pelo facto de existirem poucas respostas protetivas para esses jovens. Saídos do primeiro ciclo de escolaridade, onde em escolas mais pequenas, um/a professor/a os



Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Loulé
Rua Nossa Sra. de Fátima, Terminal Rodoviário, R/C, Dt.º 8100-259 Loulé
Tel. 289 400 776 Telex. 967 575 884



Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Loulé

acompanhava de perto, mergulham em escolas de maior dimensão, com vários professores que, por vezes, ao fim de vários meses, nem os reconhecem pelo nome, com horários diversificados que lhes deixam tempos livres em que não sabem o que fazer, ou onde ficar, são fatores facilitadores de experiências indesejáveis e de comportamentos desviantes. Como proteger estes jovens?

- Neste contexto de violência doméstica e comportamentos desviantes é fácil compreender que seja a GNR e as escolas, as entidades que mais sinalizações fazem.
- A indicação da nacionalidade das crianças sinalizadas permite concluir que não é a condição de migrante que é geradora de situações de perigo, mas mais provavelmente, características de disfuncionalidade familiar que origina diversas formas de negligência. Como desenvolver competências parentais nestes agregados?

Quem colabora no nosso trabalho?

Todas as entidades que integram a Comissão Alargada são aliadas do nosso trabalho – Câmara Municipal, Segurança Social, Saúde, IEFP, Ministério da Educação, GNR, representantes das IPSS, das Associações de Pais, Associações Juvenis e Desportivas e dão resposta a algumas das nossas necessidades. No entanto, há respostas que, por vezes, só encontramos em projetos de duração limitada, o que cria lacunas inultrapassáveis no nosso trabalho, quando terminam.



Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Loulé
Rua Nossa Sra. de Fátima, Terminal Rodoviário, R/C, Dt.º 8100-259 Loulé
Tel. 289 400 776 Telex. 967 575 884



Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Loulé

Estão neste caso os projetos Prole, da Fundação António Aleixo, Akredita+, da Associação Akredita em ti, Mudaki, da Associação Doina (estes dois últimos do âmbito do Programa Escolhas) e ainda o projeto Espaço K, parceria da Câmara Municipal de Loulé com a Casa da Primeira Infância.

Estes projetos desenvolvem atividades que dão resposta a necessidades tanto das crianças e jovens como das famílias, em termos do desenvolvimento de competências, pessoais, sociais e parentais.

Quais as necessidades mais prementes?

Para obviar a irregularidade dos apoios que a intermitência dos projetos ocasiona, uma resposta relevante para o nosso trabalho, seria a criação no concelho de Loulé de uma resposta patrocinada pela Segurança Social designada pela abreviatura **CAFAP** – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental.

A carência que se faz sentir a nível da região do Algarve no que se refere à **saúde mental**, naturalmente também é sentida a nível do concelho e confrontamo-nos, por vezes, com a necessidade de encaminhar para Lisboa, situações que necessitam de intervenção a nível da pedopsiquiatria.

A falta de **um espaço polivalente onde os adolescentes** que não estão integrados em nenhuma atividade formal de ocupação de tempos livres, pudessem estar quando não estão na escola e onde pudessem conversar ou realizar atividades pontuais com a orientação de adultos, técnicos dessa resposta, é outra necessidade com que, permanentemente nos confrontamos.



Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Loulé
Rua Nossa Sra. de Fátima, Terminal Rodoviário, R/C, Dt.º 8100-259 Loulé
Tel. 289 400 776 Telex. 967 575 884



Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Loulé

Nota final:

Naturalmente que, ao salientarmos estes dados, não queremos remeter os restantes para um plano irrelevante. Todos os dados do Relatório Informático nos merecem reflexão e influenciam ajustes que vamos fazendo ao modo como trabalhamos, no sentido de responder o mais adequadamente às situações.

Estes que aqui apontamos são para nós mais preocupantes porque a sua resolução ou minimização nos ultrapassa, fazendo, de novo, surgir o provérbio africano que citamos no início:

"Para educar uma criança é preciso toda uma aldeia!"

E lançamos os seguintes desafios:

- Por que não relançar, a nível da Rede Social de Loulé, o desafio às instituições deste âmbito para candidatura a um CAFAP?
- Poderá o Município ter alguma intervenção na contratação de um pedopsiquiatra que dê resposta aos problemas das crianças do Concelho?
- Será viável a criação do que poderíamos chamar "Casa da Juventude", por parte da Autarquia?

Serão medidas, eventualmente, ambiciosas mas poderiam ser forma de minimizar alguns dos problemas que enfrentam as crianças, jovens e famílias com que lidamos.



05-05-2023



Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Loulé
Rua Nossa Sra. de Fátima, Terminal Rodoviário, R/C, Dt.º 8100-259 Loulé
Tel. 289 400 776 Telex. 967 575 884

Constituição da CPCJ de Loulé

Composição da Comissão

Cargo	Nome	Entidade Representada	Valência Técnica	Horas CA. (Mensal)	Horas CR. (Semanal)
	Teresa Raquel Azevedo Lopes Coelho Silva	a) Município	Outra. Qual?		35
	Cátia Alexandra Nogueira Dinis	b) Segurança Social	Psicologia		28
	António Pedro Vivas Margalho da Luz	c) Educação	Pedagogia		35
	Sandra Carla Galego de Matos Agostinho de Freitas	d) Saúde	Saúde		8
	Elsa Tomé Alves Elói	e) Ipss/Ong - Actividades de Carácter não Residencial	Psicologia		8
	Paula Maria Romão Santos	f) Emprego e Formação Profissional	Psicologia	8	
Presidente	Maria Helena Miranda Figueiredo Silva Gomes	g) Ipss/Ong - Actividades de Carácter Residencial	Pedagogia		35
	Fernando Manuel Martins Romão Pereira	i) Associações Desportivas, Culturais ou Recreativas	Outra. Qual?	5	
	Teresa Isabel Guerreiro Valente	j) Associações de Jovens ou IPDJ	Psicologia	8	
	Daniel de Moura Pedro Ferreira	k) Forças de Segurança - GNR	Outra. Qual?	5	
	Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira	l) Cidadãos Eleitores Designados Pela Assembleia Municipal	Saúde	8	
	Carina da Costa Nobre Amélio	l) Cidadãos Eleitores Designados Pela Assembleia Municipal	Outra. Qual?	8	
	Elisabete Maria Rodrigues Fortunato	l) Cidadãos Eleitores Designados Pela Assembleia Municipal	Serviço Social	8	
	Maria Isabel Carreira Casaca	l) Cidadãos Eleitores Designados Pela Assembleia Municipal	Pedagogia	8	
	José Joaquim Esteves Telga	m) Elementos Cooptados	Outra. Qual?		12
	Júlia Maria Joaquim Cardoso	m) Elementos Cooptados	Direito	8	
	Cláudia Sofia Plácido Gonçalves	m) Elementos Cooptados	Sociologia		35
Secretário	Carina Marques Oliveira	m) Elementos Cooptados	Psicologia		35

**CPCJ**

LOULÉ

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

23-01-2023

Caracterização Processual em 2022

Processos Abertos (comunicações)		Processos Instruídos (deliberação)	
Transitados do ano 2021	338	Transitados do ano 2021	330
Novos	309	Novos no ano (IN)	309
Por transferência (AP)	8		
Reabertos	73	Deliberação de reabertura	73
Transferência por alteração da Competência territorial (EA)		5	
Total Entradas		733	
Total de Processos com instrução		717	
PP Aguardam deliberação		10	
Cessação da Intervenção			
Arquivamento liminar ou Remessa		11	
Transferência por alteração da Competência territorial (EA)		4	
Cessação após AP		369	
Total processos em que cessou a intervenção		384	
VPG do ano		722	
Total Processos Activos		349	



2023/01/23

CPCJ DE LOULÉ

Processos por Gestor de Processo

Gestor de Processo	Designado		
	Sim	Não	Processos
António Pedro Vivas Margalho da Luz	31	0	31
Carina Marques Oliveira	36	0	36
Cátia Alexandra Nogueira Dinis	32	0	32
Cláudia Sofia Plácido Gonçalves	30	0	30
Daniela Martins Gonçalves	31	1	32
Daniela Sofia Ribeiros Martins	27	0	27
Fátima Carolina Barros da Costa	35	0	35
José Joaquim Esteves Teiga	22	0	22
Paula Maria Mealha Mendonça Romão Lapa e Borges	37	0	37
Teresa Raquel Azevedo Lopes Coelho Silva	43	0	43

23-01-2023

CPCJ DE LOULÉ

Crianças/Jovens Acompanhados por Escalão Etário /Problemática Diagnosticada/Sexo em 2022

Escalão Etário	Problemática Diagnosticada	Sexo	Problemática Diagnosticada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
0-2	ECPCBEDC: Consumo de álcool	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	2	0	0	2
		Total	2	0	0	2
	ECPCBEDC: Consumo de estupefacientes	Masculino	0	1	0	1
		Feminino	2	0	0	2
		Total	2	1	0	3
	ECPCBEDC: Violência Doméstica	Masculino	6	6	0	12
		Feminino	6	3	1	10
		Total	12	9	1	22
	NEG: Ao nível da saúde	Masculino	1	1	0	2
		Feminino	0	1	0	1
		Total	1	2	0	3
	NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	Masculino	5	2	0	7
		Feminino	1	2	0	3
		Total	6	4	0	10

Escalão Etário	Problemática Diagnosticada	Sexo	Problemática Diagnosticada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
3-5	ECPCBEDC: Consumo de álcool	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	2	0	0	2
		Total	2	0	0	2
	ECPCBEDC: Violência Doméstica	Masculino	6	1	0	7
		Feminino	5	4	0	9
		Total	11	5	0	16
	NEG: Ao nível da saúde	Masculino	2	0	0	2
		Feminino	1	0	0	1
		Total	3	0	0	3
	NEG: Ao nível Educativo	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
	NEG: Ao nível psico-afectivo	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
	NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	Masculino	5	2	0	7
		Feminino	0	2	0	2
		Total	5	4	0	9
	NEG: Negligência Grave	Masculino	0	1	0	1
		Feminino	2	0	0	2
		Total	2	1	0	3

Escalão Etário	Problemática Diagnosticada	Sexo	Problemática Diagnosticada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
6-8	CJACABED: Comportamentos graves anti-socials ou/e de ind	Masculino	0	1	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	0	1	0	1
	ECPCBEDC: Consumo de álcool	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	3	0	0	3
		Total	3	0	0	3
	ECPCBEDC: Consumo de estupefacientes	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	1	0	0	1
		Total	2	0	0	2
	ECPCBEDC: Violência Doméstica	Masculino	12	5	1	18
		Feminino	5	2	1	8
		Total	17	7	2	26
	MTPIA: Privação de relações afectivas e de contacto sociais	Masculino	0	1	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	0	1	0	1
	NEG: Ao nível da saúde	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	1	0	0	1
	NEG: Ao nível psico-afectivo	Masculino	3	0	0	3
		Feminino	0	0	0	0
		Total	3	0	0	3
	NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1

Escalão Etário	Problemática Diagnosticada	Sexo	Problemática Diagnosticada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
6-8	NEG: Negligência Grave	Masculino	0	1	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	0	1	0	1
	SPDE: Absentismo Escolar	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1

Escalão Etário	Problemática Diagnosticada	Sexo	Problemática Diagnosticada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
9-10	AS: Violação ou outro acto sexual	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	2	0	0	2
		Total	2	0	0	2
	CJACABED: Outros comportamentos	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	2	0	0	2
		Total	3	0	0	3
	ECPCBEDC: Consumo de álcool	Masculino	4	0	0	4
		Feminino	0	0	0	0
		Total	4	0	0	4
	ECPCBEDC: Violência Doméstica	Masculino	9	0	0	9
		Feminino	2	2	0	4
		Total	11	2	0	13
	NEG: Ao nível Educativo	Masculino	2	0	0	2
		Feminino	1	0	0	1
		Total	3	0	0	3
	NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	Masculino	0	1	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	0	1	0	1
	NEG: Negligência Grave	Masculino	2	0	0	2
		Feminino	0	0	0	0
		Total	2	0	0	2
	SPDE: Absentismo Escolar	Masculino	2	0	0	2
		Feminino	0	0	0	0
		Total	2	0	0	2

Escalão Etário	Problemática Diagnosticada	Sexo	Problemática Diagnosticada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
11-14						
	AS: Violação ou outro acto sexual	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
	CJACABED: Comportamentos graves anti-sociais ou/e de ind	Masculino	0	1	1	2
		Feminino	1	2	1	4
		Total	1	3	2	6
	CJACABED: Consumo de Bebidas Alcoólicas	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
	CJACABED: Outros comportamentos	Masculino	8	1	1	10
		Feminino	6	1	1	8
		Total	14	2	2	18
	ECPCBEDC: Consumo de álcool	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	4	0	0	4
		Total	5	0	0	5
	ECPCBEDC: Violência Doméstica	Masculino	5	3	0	8
		Feminino	6	3	1	10
		Total	11	6	1	18
	MT: Ofensa física em contexto de violência doméstica	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
	MT: Ofensa física por castigo corporal	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	1	2	0	3
		Total	2	2	0	4

Escalão Etário	Problemática Diagnosticada	Sexo	Problemática Diagnosticada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
11-14						
		Masculino	0	0	0	0
	MTPIA: Castigos não corporais que afectem o bem-estar a Int	Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
		Masculino	1	0	0	1
	NEG: Ao nível Educativo	Feminino	1	0	0	1
		Total	2	0	0	2
		Masculino	1	0	0	1
	NEG: Ao nível psico-afectivo	Feminino	0	0	0	0
		Total	1	0	0	1
		Masculino	2	0	0	2
	NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	Feminino	1	0	0	1
		Total	3	0	0	3
		Masculino	0	0	0	0
	NEG: Negligência Grave	Feminino	2	0	0	2
		Total	2	0	0	2
		Masculino	0	0	0	0
	SPDE: Abandono Escolar	Feminino	0	0	1	1
		Total	0	0	1	1
		Masculino	1	0	1	2
	SPDE: Absentismo Escolar	Feminino	1	0	0	1
		Total	2	0	1	3
		Masculino	1	0	0	1
	SPDE: Insucesso Escolar	Feminino	3	0	0	3
		Total	4	0	0	4

Escalão Etário	Problemática Diagnosticada	Sexo	Problemática Diagnosticada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
15-17	AS: Alciamento sexual	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	1	0	1
		Total	0	1	0	1
	AS: Violação ou outro acto sexual	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
	CAESP: Ausência temporária de suporte familiar ou outro	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	2	0	0	2
		Total	2	0	0	2
	CDTR (Está aos cuidados de terceiros em simultâneo com o	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	2	0	0	2
		Total	2	0	0	2
	CJACABED: Comportamentos graves anti-sociais ou/e de ind	Masculino	8	2	0	10
		Feminino	6	0	0	6
		Total	14	2	0	16
	CJACABED: Consumo de Estupefacientes	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	1	0	1
		Total	0	1	0	1
	CJACABED: Outros comportamentos	Masculino	4	0	0	4
		Feminino	19	0	1	20
		Total	23	0	1	24
	ECPCBEDC: Consumo de álcool	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	4	0	0	4
		Total	5	0	0	5

Escalão Etário	Problemática Diagnosticada	Sexo	Problemática Diagnosticada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
15-17						
	ECPCBEDC: Violência Doméstica	Masculino	4	0	3	7
		Feminino	5	3	0	8
		Total	9	3	3	15
	MTPIA: Depreciação/Humilhação	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
	MTPIA: Exercício Abusivo de Autoridade	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	2	0	0	2
		Total	2	0	0	2
	NEG: Ao nível Educativo	Masculino	2	0	0	2
		Feminino	0	0	0	0
		Total	2	0	0	2
	NEG: Ao nível psico-afectivo	Masculino	2	0	0	2
		Feminino	0	1	0	1
		Total	2	1	0	3
	NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	Masculino	2	0	0	2
		Feminino	1	0	0	1
		Total	3	0	0	3
	SPDE: Abandono Escolar	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	4	0	0	4
		Total	4	0	0	4
	SPDE: Absentismo Escolar	Masculino	11	1	1	13
		Feminino	5	0	1	6
		Total	16	1	2	19

Escalão Etário	Problemática Diagnosticada	Sexo	Problemática Diagnosticada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
15-17	SPDE: Insucesso Escolar	Masculino	3	0	0	3
		Feminino	4	0	0	4
		Total	7	0	0	7

Escalão Etário	Problemática Diagnosticada	Sexo	Problemática Diagnosticada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
18-21						
	CAESP: Ausência permanente de suporte familiar ou outro	Masculino	2	0	0	2
		Feminino	0	0	0	0
		Total	2	0	0	2
	CJACABED (A Criança/Jovem assume comportamentos que	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	2	0	0	2
		Total	2	0	0	2
	CJACABED: Outros comportamentos	Masculino	6	0	0	6
		Feminino	4	0	0	4
		Total	10	0	0	10
	ECPCBEDC: Violência Doméstica	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	3	0	0	3
		Total	4	0	0	4
	MT (Mau Trato Físico)	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	1	0	0	1
	MT: Ofensa física em contexto de violência doméstica	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
	NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	1	0	0	1
		Total	2	0	0	2
	SPDE: Absentismo Escolar	Masculino	5	0	0	5
		Feminino	4	1	0	5
		Total	9	1	0	10

Escalão Etário	Problemática Diagnosticada	Sexo	Problemática Diagnosticada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
18-21						
	SPDE: Insucesso Escolar	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	2	0	0	2
		Total	2	0	0	2
Número de Processos			280	62	16	358
Total Processos (%)			78,2	17,3	4,5	100,0

**CPCJ**

CPCJ DE LOULÉ

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

23-01-2023

Crianças/Jovens Acompanhadas por Nacionalidade em 2022

País	Nº Processos				Global
	Transitados	Novos	Reabertos	Transferidos(EA)	
ALEMANHA	1	0	0	0	1
BRASIL	31	19	4	0	54
CABO VERDE	3	5	0	0	8
COLÔMBIA	0	1	0	0	1
DESCONHECIDA	25	108	0	0	133
EGIPTO	1	0	0	0	1
ESPAÑA	0	1	0	0	1
FILIPINAS	1	0	0	0	1
FRANÇA	3	0	0	0	3
IRLANDA	0	4	1	0	5
ITÁLIA	2	0	0	0	2
MOLDOVA (REPÚBLICA DE)	5	2	0	0	7
PAÍSES BAIXOS	2	0	0	0	2
PORTUGAL	240	153	68	5	466
REINO UNIDO	0	5	0	0	5

País	Nº Processos			Transferidos(EA)	Global
	Transitados	Novos	Reabertos		
ROMÉNIA	6	0	0	0	6
SUÉCIA	0	1	0	0	1
TURQUIA	0	1	0	0	1
UCRÂNIA	7	5	0	0	12
VENEZUELA	3	2	0	0	5
Total Crianças	330	307	73	5	715
Total de Processos	330	309	73	5	717

23-01-2023

CPCJ DE LOULÉ

Problemática Sinalizada por Escalão Etário / Sexo dos Processos de 2022

Escalão Etário	Tipo Situação Perigo	Sexo	Problemática Sinalizada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
0-2	ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam co	Masculino	5	2	0	7
		Feminino	0	0	0	0
		Total	5	2	0	7
	ECPCBEDC: Consumo de álcool	Masculino	0	2	0	2
		Feminino	0	0	0	0
		Total	0	2	0	2
	ECPCBEDC: Consumo de estupefacientes	Masculino	0	1	0	1
		Feminino	2	0	0	2
		Total	2	1	0	3
	ECPCBEDC: Violência Doméstica	Masculino	6	19	0	25
		Feminino	6	12	2	20
		Total	12	31	2	45
	MT: Ofensa física	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	1	0	0	1
	MTPIA: Hostilização e ameaças	Masculino	0	1	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	0	1	0	1

Escala Etário	Tipo Situação Perigo	Sexo	Problemática Sinallizada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
NEG (Negligência)		Masculino	1	0	0	1
		Feminino	0	2	0	2
		Total	1	2	0	3
NEG: Ao nível da saúde		Masculino	2	2	1	5
		Feminino	1	2	0	3
		Total	3	4	1	8
NEG: Face a comportamentos da criança/jovem		Masculino	0	1	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	0	1	0	1
NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar		Masculino	0	2	0	2
		Feminino	1	2	0	3
		Total	1	4	0	5
NEG: Negligência Grave		Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	1	0	2
		Total	1	1	0	2
AS: Importunação sexual pela linguagem ou pela prática per		Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	0	1	1
		Total	0	0	1	1
ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam co		Masculino	0	2	2	4
		Feminino	4	1	2	7
		Total	4	3	4	11
ECPCBEDC: Consumo de álcool		Masculino	0	1	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	0	1	0	1

Escala Etário	Tipo Situação Perigo	Sexo	Problemática Sinalizada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
3-5	ECPCBEDC: Consumo de estupefacientes	Masculino	0	2	0	2
		Feminino	2	0	1	3
		Total	2	2	1	5
	ECPCBEDC: Prostituição	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
	ECPCBEDC: Violência Doméstica	Masculino	6	15	1	22
		Feminino	12	20	4	36
		Total	18	35	5	58
	NEG (Negligência)	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	1	1	2
		Total	0	1	1	2
	NEG: Ao nível da saúde	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
	NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	Masculino	1	3	0	4
		Feminino	1	2	0	3
		Total	2	5	0	7
	NEG: Negligência Grave	Masculino	0	1	0	1
		Feminino	0	1	0	1
		Total	0	2	0	2
	AS: Importunação sexual pela linguagem ou pela prática per	Masculino	0	1	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	0	1	0	1

Escalão Etário	Tipo Situação Perigo	Sexo	Problemática Sinalizada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
CJACABED: Comportamentos graves anti-sociais ou/e de in		Masculino	0	1	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	0	1	0	1
CJACABED: Outros comportamentos		Masculino	0	3	0	3
		Feminino	0	0	0	0
		Total	0	3	0	3
ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam co		Masculino	2	0	0	2
		Feminino	1	3	1	5
		Total	3	3	1	7
ECPCBEDC: Consumo de álcool		Masculino	0	0	2	2
		Feminino	2	1	0	3
		Total	2	1	2	5
ECPCBEDC: Consumo de estupefacientes		Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
ECPCBEDC: Prostituição		Masculino	1	0	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	1	0	0	1
ECPCBEDC: Violência Doméstica		Masculino	10	20	5	35
		Feminino	6	11	3	20
		Total	16	31	8	55
MT (Mau Trato Físico)		Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1

Escala Etário	Tipo Situação Perigo	Sexo	Problemática Sinalizada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
6-8	MT: Ofensa física	Masculino	1	0	1	2
		Feminino	0	0	0	0
		Total	1	0	1	2
	MT: Ofensa física por castigo corporal	Masculino	0	0	1	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	0	0	1	1
	MTPIA (Mau Trato psicológico ou indiferença afectiva)	Masculino	0	1	0	1
		Feminino	0	0	1	1
		Total	0	1	1	2
	MTPIA: Hostilização e ameaças	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	1	0	1
		Total	0	1	0	1
	NEG (Negligência)	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	1	0	0	1
	NEG: Ao nível da saúde	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	1	0	0	1
		Total	2	0	0	2
	NEG: Ao nível Educativo	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	1	0	1
		Total	0	1	0	1
	NEG: Face a comportamentos da criança/jovem	Masculino	0	2	0	2
		Feminino	0	0	0	0
		Total	0	2	0	2

Escalão Etário	Tipo Situação Perigo	Sexo	Problemática Sinalizada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
	NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	Masculino	4	3	0	7
		Feminino	2	1	0	3
		Total	6	4	0	10
	NEG: Negligência Grave	Masculino	0	1	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	0	1	0	1
	SPDE: Abandono Escolar	Masculino	1	1	0	2
		Feminino	1	0	0	1
		Total	2	1	0	3
	AS: Importunação sexual pela linguagem ou pela prática per	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
	CJACABED: Comportamentos graves anti-sociais ou/e de in	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	1	0	0	1
	CJACABED: Outros comportamentos	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	2	1	0	3
		Total	2	1	0	3
	ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam co	Masculino	1	2	1	4
		Feminino	0	2	0	2
		Total	1	4	1	6
	ECPCBEDC: Consumo de álcool	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	1	0	0	1

Escalão Etário	Tipo Situação Perigo	Sexo	Problemática Sinalizada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
9-10	ECPCBEDC: Violência Doméstica	Masculino	13	5	0	18
		Feminino	5	8	1	14
		Total	18	13	1	32
	MT: Ofensa física	Masculino	0	2	0	2
		Feminino	0	0	0	0
		Total	0	2	0	2
	MT: Ofensa física por castigo corporal	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	1	0	1
		Total	0	1	0	1
	NEG: Ao nível Educativo	Masculino	3	0	0	3
		Feminino	1	1	0	2
		Total	4	1	0	5
	NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	Masculino	2	3	0	5
		Feminino	1	0	1	2
		Total	3	3	1	7
	SPDE: Abandono Escolar	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
	AS (Abuso Sexual)	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	1	0	1
		Total	0	1	0	1
	AS: Importunação sexual pela linguagem ou pela prática per	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	1	2
		Total	1	0	1	2

Escala Etário	Tipo Situação Perigo	Sexo	Problemática Sinalizada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
CJACABED: Bullying		Masculino	3	1	0	4
		Feminino	1	2	1	4
		Total	4	3	1	8
CJACABED: Comportamentos graves anti-sociais ou/e de in		Masculino	0	5	0	5
		Feminino	0	0	0	0
		Total	0	5	0	5
CJACABED: Consumo de Bebidas Alcoólicas		Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	1	0	1
		Total	0	1	0	1
CJACABED: Consumo de Estupefacientes		Masculino	1	0	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	1	0	0	1
CJACABED: Outros comportamentos		Masculino	1	3	1	5
		Feminino	4	3	2	9
		Total	5	6	3	14
ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam co		Masculino	1	2	1	4
		Feminino	5	1	0	6
		Total	6	3	1	10
ECPCBEDC: Consumo de álcool		Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	1	0	1
		Total	0	1	0	1
ECPCBEDC: Consumo de estupefacientes		Masculino	0	0	0	0
		Feminino	2	0	0	2
		Total	2	0	0	2

Escala Etário	Tipo Situação Perigo	Sexo	Problemática Sinalizada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
11-14	ECPCBEDC: Violência Doméstica	Masculino	9	12	2	23
		Feminino	9	15	1	25
		Total	18	27	3	48
	MT (Mau Trato Físico)	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	3	0	0	3
		Total	3	0	0	3
	MT: Ofensa física	Masculino	3	3	2	8
		Feminino	1	0	0	1
		Total	4	3	2	9
	MT: Ofensa física em contexto de violência doméstica	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	0	1	1
		Total	0	0	1	1
	MT: Ofensa física por castigo corporal	Masculino	3	0	0	3
		Feminino	0	1	0	1
		Total	3	1	0	4
	MTPIA: Exercício Abusivo de Autoridade	Masculino	1	1	0	2
		Feminino	1	0	0	1
		Total	2	1	0	3
	MTPIA: Hostilização e ameaças	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	0	1	1
		Total	0	0	1	1
	NEG (Negligência)	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	3	0	0	3
		Total	4	0	0	4

Escalão Etário	Tipo Situação Perigo	Sexo	Problemática Sinalizada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
NEG: Ao nível Educativo		Masculino	3	2	1	6
		Feminino	2	1	1	4
		Total	5	3	2	10
NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar		Masculino	1	2	0	3
		Feminino	2	1	0	3
		Total	3	3	0	6
NEG: Negligência Grave		Masculino	1	0	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	1	0	0	1
SPDE: Abandono Escolar		Masculino	1	0	2	3
		Feminino	0	1	2	3
		Total	1	1	4	6
SPDE: Absentismo Escolar		Masculino	0	3	2	5
		Feminino	4	3	0	7
		Total	4	6	2	12
AS (Abuso Sexual)		Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
AS: Importunação sexual pela linguagem ou pela prática per		Masculino	1	0	0	1
		Feminino	3	0	0	3
		Total	4	0	0	4
AS: Violação ou outro acto sexual		Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	1	0	1
		Total	0	1	0	1

Escalão Etário	Tipo Situação Perigo	Sexo	Problemática Sinalizada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
CJACABED (A Criança/Jovem assume comportamentos qu		Masculino	1	0	1	2
		Feminino	0	0	0	0
		Total	1	0	1	2
CJACABED: Bullying		Masculino	1	2	0	3
		Feminino	2	0	1	3
		Total	3	2	1	6
CJACABED: Comportamentos graves anti-sociais ou/e de in		Masculino	1	2	0	3
		Feminino	0	0	0	0
		Total	1	2	0	3
CJACABED: Consumo de Bebidas Alcoólicas		Masculino	0	1	0	1
		Feminino	2	3	0	5
		Total	2	4	0	6
CJACABED: Consumo de Estupefacientes		Masculino	1	1	0	2
		Feminino	1	0	0	1
		Total	2	1	0	3
CJACABED: Outros comportamentos		Masculino	10	2	1	13
		Feminino	6	9	2	17
		Total	16	11	3	30
ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam co		Masculino	1	0	1	2
		Feminino	3	1	0	4
		Total	4	1	1	6
ECPCBEDC: Consumo de álcool		Masculino	2	0	0	2
		Feminino	0	0	0	0
		Total	2	0	0	2

Escala Etário	Tipo Situação Perigo	Sexo	Problemática Sinalizada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
15-17	ECPCBEDC: Violência Doméstica	Masculino	10	10	4	24
		Feminino	11	11	1	23
		Total	21	21	5	47
	MT: Ofensa física	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	3	1	0	4
		Total	4	1	0	5
	MT: Ofensa física em contexto de violência doméstica	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	1	0	0	1
	MT: Ofensa física por castigo corporal	Masculino	1	0	1	2
		Feminino	0	0	0	0
		Total	1	0	1	2
	MTPIA (Mau Trato psicológico ou indiferença afectiva)	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
	MTPIA: Depreciação/Humilhação	Masculino	0	1	0	1
		Feminino	1	1	0	2
		Total	1	2	0	3
	MTPIA: Hostilização e ameaças	Masculino	2	2	0	4
		Feminino	1	2	0	3
		Total	3	4	0	7
	NEG (Negligência)	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	1	1	2
		Total	0	1	1	2

Escala Etário	Tipo Situação Perigo	Sexo	Problemática Sinalizada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
NEG: Ao nível Educativo		Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar		Masculino	1	0	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	1	0	0	1
NEG: Negligência Grave		Masculino	1	0	0	1
		Feminino	1	0	0	1
		Total	2	0	0	2
SPDE: Abandono Escolar		Masculino	3	3	1	7
		Feminino	4	1	0	5
		Total	7	4	1	12
SPDE: Absentismo Escolar		Masculino	6	4	4	14
		Feminino	9	5	0	14
		Total	15	9	4	28
AS: Aliciamento sexual		Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
AS: Importunação sexual pela linguagem ou pela prática per		Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
CJACABED (A Criança/Jovem assume comportamentos qu		Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1

Escalão Etário	Tipo Situação Perigo	Sexo	Problemática Sinalizada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
18-21	CJACABED: Bullying	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
	CJACABED: Comportamentos graves anti-sociais ou/e de in	Masculino	2	0	0	2
		Feminino	0	0	0	0
		Total	2	0	0	2
	CJACABED: Outros comportamentos	Masculino	5	0	0	5
		Feminino	4	1	1	6
		Total	9	1	1	11
	ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam co	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	1	0	1
		Total	0	1	0	1
	ECPCBEDC: Violência Doméstica	Masculino	3	0	1	4
		Feminino	3	1	0	4
		Total	6	1	1	8
	MT (Mau Trato Físico)	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	1	0	0	1
	MT: Ofensa física	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
	MT: Ofensa física por castigo corporal	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1

Escalão Etário	Tipo Situação Perigo	Sexo	Problemática Sinalizada			Global
			Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
---	MTPIA: Depreciação/Humilhação	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	1	0	0	1
		Total	1	0	0	1
	MTPIA: Hostilização e ameaças	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	1	0	0	1
		Total	2	0	0	2
	OUTR (Outras situações de perigo)	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	1	0	0	1
	SPDE: Abandono Escolar	Masculino	4	0	0	4
		Feminino	2	0	0	2
		Total	6	0	0	6
	SPDE: Absentismo Escolar	Masculino	6	1	0	7
		Feminino	2	1	0	3
		Total	8	2	0	10
	SPDE: Insucesso Escolar	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	0	0	0	0
		Total	1	0	0	1
[NÃO APLICÁVEIS]	Masculino	12	9	0	21	
	Feminino	7	10	1	18	
	Total	19	19	1	39	
Número de Processos			345	327	74	746
Total Processos (%)			46,2	43,8	9,9	100,0



23-01-2023

CPCJ DE LOULÉ**Entidades Sinalizadoras em Processos de 2022**

Entidade que sinalizou/participou a situação	Nº Processos			Global
	Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
Autarquia	0	1	0	1
Autoridade Policial	1	169	35	205
Comissão de Protecção de Crianças e Jovens	0	17	3	20
Estabelecimentos de Ensino	0	38	17	55
Estabelecimentos de Saúde	0	7	4	11
Familiares	0	3	1	4
IPSS	0	1	0	1
Mãe	0	8	3	11
Ministério Público	0	25	1	26
Pai	0	5	3	8
Projectos	0	2	0	2
Projectos Comunitários	0	2	0	2
Sem Informação	0	33	6	39
Vizinhos e Particulares	0	5	1	6
Total Processos	1	316	74	391



23-01-2023

CPCJ DE LOULÉ

Modalidade de Contacto em Processos de 2022

Modalidade de Contacto	Nº Processos			Global
	Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
E-mail	1	245	53	299
Escrito	0	40	9	49
Presencial	0	20	5	25
Telefónico	0	11	7	18
Total Processos	1	316	74	391



23-01-2023

CPCJ DE LOULÉ**Crianças dos 0 aos 5 anos Acompanhadas por apoio Pré-Escolar em 2022**

Apoio Pré-Escolar	Nº Processos			Global
	Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
Outro. Qual?	1	4	0	5
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar - Rede Pública	3	4	4	11
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar - Ipss	1	3	0	4
Escola - Rede Pública	0	1	0	1
Em casa com os pais	5	0	0	5
Em casa com o pai	0	1	0	1
Em casa com família alargada	4	6	0	10
Em casa com a mãe	23	15	0	38
Creche - Rede Pública	2	5	1	8
Creche - Lucrativo	2	1	1	4
Creche - Ipss	4	6	1	11
Ama Privada	3	12	1	16
Ama em Creche Familiar	1	0	0	1
[NÃO CARACTERIZADOS]	7	47	7	61
Total Processos	56	105	15	176

23-01-2023

CPCJ DE LOULÉ

Crianças Acompanhadas dos 6 aos 21 anos por escolaridade em 2022

Escalão Etário	Grau Escolaridade	Nº Processos			Global
		Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
6-8					
	Ensino Pré-Escolar	11	2	0	13
	1º Ciclo do Ensino Básico Completo	0	1	0	1
	1º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	9	20	5	34
	2º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	0	1	0	1
	3º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	1	0	0	1
	Total	21	24	5	50
9-10					
	1º Ciclo do Ensino Básico Completo	3	1	0	4
	1º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	24	10	1	35
	2º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	1	1	0	2
	3º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	0	0	1	1
	Total	28	12	2	42
11-14					
	Ensino Pré-Escolar	1	0	0	1
	1º Ciclo do Ensino Básico Completo	4	1	0	5
	1º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	10	0	0	10
	2º Ciclo do Ensino Básico Completo	3	5	1	9
	2º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	24	15	7	46
	3º Ciclo do Ensino Básico Completo	0	0	1	1
	3º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	21	19	6	46
	Total	63	40	15	118
15-17					
	Curso Profissional Nível 2	2	0	2	4

Handwritten signature and initials in blue ink.

Escalão Etário	Grau Escolaridade	Nº Processos			Global
		Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
15-17					
	Ensino Secundário Completo	1	0	0	1
	Ensino Secundário Incompleto	9	12	2	23
	1º Ciclo do Ensino Básico Completo	3	0	0	3
	1º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	3	0	1	4
	2º Ciclo do Ensino Básico Completo	2	4	1	7
	2º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	10	1	0	11
	3º Ciclo do Ensino Básico Completo	6	6	1	13
	3º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	58	15	6	79
	Total	94	38	13	145
18-21					
	Curso Profissional Nível 2	2	0	0	2
	Ensino Secundário Incompleto	12	1	0	13
	2º Ciclo do Ensino Básico Completo	1	0	0	1
	2º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	4	1	0	5
	3º Ciclo do Ensino Básico Completo	1	2	0	3
	3º Ciclo do Ensino Básico Incompleto	15	0	0	15
	Total	35	4	0	39
	[NÃO CARACTERIZADOS]	39	100	23	162
	Total	39	100	23	162
Total Processos		280	218	58	556



23-01-2023

CPCJ DE LOULÉ

Crianças Acompanhadas por Modalidade Ensino em 2022

Tipo de Ensino	Nº Processos			Global
	Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
Outra. Qual ?	3	2	1	6
Regime educativo especial	14	3	1	18
Regular	184	92	28	304
Técnico-profissional na escola	22	9	4	35
	57	112	24	193
Total Processos	280	218	58	556

Crianças/Jovens Acompanhadas por Escalão Etário /Sexo/Situação de Deficiência em 2022

Escalão Etário	Sexo	Transitados	Novos	Reabertos	Transferidos(EA)	Total	C/ Deficiência
0-2	Masculino	15	27	1	1	44	0
	Feminino	9	18	2	1	30	0
	Total	24	45	3	2	74	0
3-5	Masculino	9	24	3	0	36	0
	Feminino	15	26	9	1	51	0
	Total	24	50	12	1	87	0
6-8	Masculino	21	32	9	0	62	0
	Feminino	15	17	5	0	37	0
	Total	36	49	14	0	99	0
9-10	Masculino	21	11	1	0	33	1
	Feminino	11	13	1	0	25	0
	Total	32	24	2	0	58	1

Escalão Etário	Sexo	Transitados	Novos	Reabertos	Transferidos(EA)	Total	C/ Deficiência
11-14	Masculino	29	33	11	0	73	1
	Feminino	35	28	11	1	75	0
	Total	64	61	22	1	148	1
15-17	Masculino	45	26	13	0	84	0
	Feminino	49	31	5	1	86	0
	Total	94	57	18	1	170	0
18-21	Masculino	23	1	1	0	25	0
	Feminino	20	4	1	0	25	0
	Total	43	5	2	0	50	0
>21	Masculino	1	0	0	0	1	0
	Feminino	0	0	0	0	0	0
	Total	1	0	0	0	1	0
Sem info idade	Masculino	0	8	0	0	8	0
	Feminino	1	8	0	0	9	0
	Total	1	16	0	0	17	0
Total Crianças/Jovens	Masculino	164	162	39	1	366	2
	Feminino	155	145	34	4	338	0
	Total	319	307	73	5	704	2
Total de Processos		330	309	73	5	717	2

**CPCJ**

CPCJ DE LOULÉ

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

23-01-2023

Medidas de Promoção e Proteção no Ano 2022**Medidas Cautelares Executadas no Ano 2022 por Escalão Etário /Sexo da Criança ou Jovem**

Escalão Etário	Tipo Medida	Sexo	Medida			Global
			Transitado	Instaurado	Reaberto	
15-17						
Acolhimento Residencial		Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	1	0	1
		Total	0	1	0	1
Total de medidas			0	1	0	1
Número de Crianças			330	309	73	717
Número de Processos			330	309	73	717

Medidas de Promoção e Proteção Aplicadas no Ano 2022 por Escalão Etário /Sexo da Criança ou Jovem

Escalão Etário	Tipo Medida	Sexo	Medida				Global
			Transitado	Instaurado	Reaberto	Transf. EA	

0-2

Apoio Junto de Outro Familiar	Masculino	1	1	0	1	3
	Feminino	0	0	0	0	0
	Total	1	1	0	1	2
Apoio Junto dos Pais	Masculino	3	6	0	0	9
	Feminino	0	2	1	1	4
	Total	3	8	1	1	12

3-5

Acolhimento Residencial	Masculino	1	0	0	0	1
	Feminino	1	0	0	0	1
	Total	2	0	0	0	2
Apoio Junto de Outro Familiar	Masculino	0	0	0	0	0
	Feminino	0	1	0	0	1
	Total	0	1	0	0	1
Apoio Junto dos Pais	Masculino	2	1	0	0	3
	Feminino	1	1	0	1	3
	Total	3	2	0	1	5

6-8

Acolhimento Residencial	Masculino	0	0	0	0	0
	Feminino	1	0	0	0	1
	Total	1	0	0	0	1
Apoio Junto dos Pais	Masculino	2	3	1	0	6
	Feminino	1	1	1	0	3
	Total	3	4	2	0	9

9-10

Acolhimento Residencial	Masculino	0	1	0	0	1
	Feminino	0	0	0	0	0
	Total	0	1	0	0	1
Apoio Junto de Outro Familiar	Masculino	0	0	0	0	0
	Feminino	1	0	0	0	1
	Total	1	0	0	0	1
Apoio Junto dos Pais	Masculino	6	0	0	0	6
	Feminino	1	2	0	0	3
	Total	7	2	0	0	9

11-14

Acolhimento Residencial	Masculino	1	0	0	0	1
	Feminino	1	1	0	0	2
	Total	2	1	0	0	3
Apoio Junto de Outro Familiar	Masculino	0	0	0	0	0
	Feminino	1	0	0	0	1
	Total	1	0	0	0	1
Apoio Junto dos Pais	Masculino	5	3	3	0	11
	Feminino	5	2	4	1	12
	Total	10	5	7	1	22

15-17

Acolhimento Familiar	Masculino	0	0	0	0	0
	Feminino	1	0	0	0	1
	Total	1	0	0	0	1
Acolhimento Residencial	Masculino	1	0	0	0	1
	Feminino	2	0	0	0	2
	Total	3	0	0	0	3
Apoio Junto de Outro Familiar	Masculino	0	0	0	0	0
	Feminino	1	0	0	0	1
	Total	1	0	0	0	1
Apoio Junto dos Pais	Masculino	10	1	3	0	14
	Feminino	11	4	1	0	16
	Total	21	5	4	0	30
Apoio para Autonomia de Vida	Masculino	0	0	0	0	0
	Feminino	1	0	0	0	1
	Total	1	0	0	0	1

18-21

Apoio Junto dos Pais	Masculino	1	0	0	0	1
	Feminino	3	1	0	0	4
	Total	4	1	0	0	5
Confiança a Pessoa Idónea	Masculino	0	0	0	0	0
	Feminino	1	0	0	0	1
	Total	1	0	0	0	1
Total de Medidas		66	31	14	4	111
Número de Crianças		330	309	73	5	717
Número de Processos		330	309	73	5	717

Medidas de Promoção e Proteção em Execução no Ano 2022 por Escalão Etário /Sexo da Criança ou Jovem

Escalão Etário	Tipo Medida	Sexo	Medida				Global
			Transitado	Instaurado	Reaberto	Transf. EA	
0-2							
Apoio Junto de Outro Familiar		Masculino	1	1	0	1	3
		Feminino	0	0	0	0	0
		Total	1	1	0	1	3
Apoio Junto dos Pais		Masculino	3	3	0	0	6
		Feminino	0	2	1	1	4
		Total	3	5	1	1	10

3-5

Acolhimento Residencial	Masculino	0	0	0	0	0
	Feminino	1	0	0	0	1
	Total	1	0	0	0	1
Apoio Junto de Outro Familiar	Masculino	0	0	0	0	0
	Feminino	0	1	0	0	1
	Total	0	1	0	0	1
Apoio Junto dos Pais	Masculino	2	1	0	0	3
	Feminino	1	0	0	1	2
	Total	3	1	0	1	5

6-8

Apoio Junto dos Pais	Masculino	2	2	1	0	5
	Feminino	0	0	0	0	0
	Total	2	2	1	0	5

9-10

Acolhimento Residencial	Masculino	0	1	0	0	1
	Feminino	0	0	0	0	0
	Total	0	1	0	0	1
Apoio Junto de Outro Familiar	Masculino	0	0	0	0	0
	Feminino	1	0	0	0	1
	Total	1	0	0	0	1
Apoio Junto dos Pais	Masculino	5	0	0	0	5
	Feminino	0	2	0	0	2
	Total	5	2	0	0	7

11-14

Acolhimento Residencial	Masculino	1	0	0	0	1
	Feminino	1	1	0	0	2
	Total	2	1	0	0	3
Apoio Junto de Outro Familiar	Masculino	0	0	0	0	0
	Feminino	1	0	0	0	1
	Total	1	0	0	0	1
Apoio Junto dos Pais	Masculino	3	2	2	0	7
	Feminino	5	2	4	1	12
	Total	8	4	6	1	19

15-17

Acolhimento Residencial	Masculino	0	0	0	0	0
	Feminino	2	0	0	0	2
	Total	2	0	0	0	2
Apoio Junto de Outro Familiar	Masculino	0	0	0	0	0
	Feminino	1	0	0	0	1
	Total	1	0	0	0	1
Apoio Junto dos Pais	Masculino	9	1	2	0	12
	Feminino	8	2	1	0	11
	Total	17	3	3	0	23
Apoio para Autonomia de Vida	Masculino	0	0	0	0	0
	Feminino	1	0	0	0	1
	Total	1	0	0	0	1

18-21

Apoio Junto dos Pais	Masculino	1	0	0	0	1
	Feminino	3	1	0	0	4
	Total	4	1	0	0	5
Confiança a Pessoa Idónea	Masculino	0	0	0	0	0
	Feminino	1	0	0	0	1
	Total	1	0	0	0	1
Total de Medidas		53	22	11	4	90

Número de Crianças	330	309	73	5	717
--------------------	-----	-----	----	---	-----

Número de Processos	330	309	73	5	717
---------------------	-----	-----	----	---	-----





2023/01/23

CPCJ DE LOULÉ

Procedimentos de Urgência Accionados no Ano 2022

Situação de Urgência	N.º Processos
Actual - para a vida	1
Total	1

23-01-2023

CPCJ DE LOULÉ

Processos Arquivados/Cessados Liminares por Motivo em 2022

Motivo Arquivamento	Motivo Arquivamento			Global
	Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
A Criança/Jovem passou a residir fora do território nacional	0	2	0	2
Não existência de legitimidade para a intervenção no âmbito do Artigo 3.º	0	1	0	1
Remessa a MP - Solicitação do MP nas situações previstas no artº 11, nº 2 (sob proposta da CPCJ)	0	2	0	2
Número Processos	0	5	0	5

Processos Arquivados/Cessados por Motivo de 2022

Motivo Arquivamento	Motivo Arquivamento			Global
	Processo Transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	
A Criança/Jovem passou a residir fora do território nacional	7	4	0	11
A Situação de Perigo já não Subsiste	90	42	8	140
A Situação de Perigo não se Confirma	14	4	0	18
Cessaçao da medida - A Criança/Jovem passou a residir fora do território nacional	1	0	0	1
Cessaçao da medida - A situação de Perigo já não subsiste	23	3	0	26
Cessaçao da medida - Decorreu o prazo de duração ou prorrogação da medida e a situação de perigo já não subsiste	21	0	0	21
Cessaçao da medida - O jovem atingiu a maioridade ou completou 21/25 anos	8	1	0	9
O jovem atingiu a maioridade e não solicitou a continuação da intervenção	13	1	1	15
Remessa a MP - Aplicação de Procedimento de Urgência	0	0	1	1
Remessa a MP - Ausência de Acordo de Promoção e Proteção (Medida Cautelar)	1	2	1	4
Remessa a MP - Ausência de Acordo	7	4	0	11

de Promoção e Protecção				
Remessa a MP - Decorreu o prazo de duração ou prorrogação da medida e a situação de perigo ainda subsiste	3	0	0	3
Remessa a MP - Indisponibilidade de Meios para Aplicar/Executar a Medida	0	2	0	2
Remessa a MP - Indisponibilidade de Meios para Aplicar/Executar (Medida Cautelar)	0	4	0	4
Remessa a MP - Indisponibilidade de Meios para proceder à avaliação diagnóstica - artº 68, a)	0	1	0	1
Remessa a MP - Não Cumprimento Reiterado do Acordo de Promoção e Protecção	15	0	1	16
Remessa a MP - Não prestação de consentimento	10	30	4	44
Remessa a MP - Não prestação de consentimento (Progenitor anteriormente ausente) - artº 9, nº 8	0	2	0	2
Remessa a MP - Oposição da Criança/Jovem	2	0	0	2
Remessa a MP - Retirada de Consentimento para Intervenção	14	5	5	24
Remessa a MP - Solicitação do MP nas situações previstas no artº 11, nº 2 (oficiosamente)	3	0	0	3
Remessa a MP - Solicitação do MP nas situações previstas no artº 11, nº 2 (sob proposta da CPCJ)	0	6	0	6
Remessa a Tribunal - Apensação a Processo Judicial nos termos do artº 81	3	2	0	5
Número Processos	235	113	21	369
Total de processos Arquivados:				374

CPCJ DE LOULÉ

Processos Activos por Fase Processual e Problemática Sinalizada

Problemática	Análise Preliminar	Avaliação Diagnóstica	Deliberação e Contratualização	Execução e Acompanhamento	Activos
CJACABED: Consumo de Bebidas Alcoólicas	0	2	0	3	5
SPDE: Absentismo Escolar	0	7	1	10	18
CJACABED (A Criança/Jovem assume comportamentos que afecta o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada)	0	1	0	1	2
MT (Mau Trato Físico)	0	0	0	5	5
MT: Ofensa física	0	3	1	2	6
CJACABED: Bullying	0	4	1	1	6
CJACABED: Comportamentos graves anti-sociais ou/e de indisciplina	0	4	0	2	6
MTPIA: Hostilização e ameaças	0	3	0	0	3
NEG: Ao nível Educativo	0	2	1	4	7
ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança)	3	12	0	8	23
SPDE: Abandono Escolar	0	5	0	4	9
MTPIA (Mau Trato psicológico ou indiferença afectiva)	0	1	0	0	1
MT: Ofensa física por castigo corporal	0	5	0	1	6
AS: Aliciamento sexual	1	0	0	1	2
MT: Ofensa física em contexto de violência doméstica	0	1	0	2	3
ECPCBEDC: Consumo de estupefacientes	0	1	0	0	1
ECPCBEDC: Consumo de álcool	0	0	0	4	4

Problemática	Análise Preliminar	Avaliação Diagnóstica	Deliberação e Contratualização	Execução e Acompanhamento	Activos
AS: Importunação sexual pela linguagem ou pela prática perante a criança de actos de carácter exibicionista ou constrangimento a contacto	0	1	1	1	3
NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	0	17	0	5	22
CJACABED: Outros comportamentos	0	16	4	12	32
NEG: Face a comportamentos da criança/jovem	0	2	0	0	2
AS (Abuso Sexual)	1	0	0	0	1
MTPIA: Depreciação/Humilhação	0	0	0	1	1
MTPIA: Exercício Abusivo de Autoridade	0	1	0	1	2
OUTR (Outras situações de perigo)	0	0	0	1	1
ECPCBEDC: Violência Doméstica	5	112	15	27	159
NEG (Negligência)	0	2	2	4	8
NEG: Ao nível da saúde	0	1	1	3	5
CJACABED: Consumo de Estupefacientes	0	1	0	1	2
NEG: Negligência Grave	0	0	3	2	5
Número de Processos	10	204	30	106	350
Total Processos (%)	2,9	58,3	8,6	30,3	100,0

Crianças/Jovens Acompanhadas por Escalão Etário /Sexo/Situação de Deficiência em 2022

Escalão Etário	Sexo	Transitados	Novos	Reabertos	Transferidos(EA)	Total	C/ Deficiência
0-2	Masculino	15	27	1	1	44	0
	Feminino	9	18	2	1	30	0
	Total	24	45	3	2	74	0
3-5	Masculino	9	24	3	0	36	0
	Feminino	15	26	9	1	51	0
	Total	24	50	12	1	87	0
6-8	Masculino	21	32	9	0	62	0
	Feminino	15	17	5	0	37	0
	Total	36	49	14	0	99	0
9-10	Masculino	21	11	1	0	33	1
	Feminino	11	13	1	0	25	0
	Total	32	24	2	0	58	1

Escalão Etário	Sexo	Transitados	Novos	Reabertos	Transferidos(EA)	Total	C/ Deficiência
11-14	Masculino	29	33	11	0	73	1
	Feminino	35	28	11	1	75	0
	Total	64	61	22	1	148	1
15-17	Masculino	45	26	13	0	84	0
	Feminino	49	31	5	1	86	0
	Total	94	57	18	1	170	0
18-21	Masculino	23	1	1	0	25	0
	Feminino	20	4	1	0	25	0
	Total	43	5	2	0	50	0
>21	Masculino	1	0	0	0	1	0
	Feminino	0	0	0	0	0	0
	Total	1	0	0	0	1	0
Sem info idade	Masculino	0	8	0	0	8	0
	Feminino	1	8	0	0	9	0
	Total	1	16	0	0	17	0
Total Crianças/Jovens	Masculino	164	162	39	1	366	2
	Feminino	155	145	34	4	338	0
	Total	319	307	73	5	704	2
Total de Processos		330	309	73	5	717	2

Atividades
CPCJ de Loulé

2023/01/23

Ano: 2022

Alinea artº 18	Nome	Data de Inicio	Data de Fim	Destinatários	Participantes



Reuniões
CPCJ de Loulé

2023/01/23

Ano: 2022

Data de Reunião	Modalidade	Ordinária
2022/12/21	Restrita	Sim
2022/12/20	Restrita	Não
2022/12/20	Restrita	Não
2022/12/15	Restrita	Não
2022/12/14	Restrita	Sim
2022/12/07	Restrita	Sim
2022/12/05	Restrita	Não
2022/11/30	Restrita	Sim
2022/11/24	Alargada	Sim
2022/11/24	Restrita	Não
2022/11/23	Restrita	Sim
2022/11/16	Restrita	Sim
2022/11/09	Restrita	Sim
2022/11/02	Restrita	Sim
2022/10/27	Alargada	Sim
2022/10/26	Restrita	Sim
2022/10/24	Restrita	Não
2022/10/19	Restrita	Sim
2022/10/12	Restrita	Sim
2022/09/29	Alargada	Sim
2022/09/28	Restrita	Sim
2022/09/21	Restrita	Sim
2022/09/14	Restrita	Sim
2022/09/07	Restrita	Sim
2022/09/02	Restrita	Não
2022/08/31	Restrita	Sim
2022/08/30	Restrita	Não
2022/08/30	Restrita	Não
2022/08/29	Restrita	Não
2022/08/24	Restrita	Sim
2022/08/17	Restrita	Sim
2022/08/10	Restrita	Sim
2022/08/03	Restrita	Sim
2022/07/27	Restrita	Sim
2022/07/22	Restrita	Não
2022/07/20	Restrita	Sim
2022/07/13	Restrita	Sim
2022/07/06	Restrita	Sim
2022/06/30	Alargada	Sim
2022/06/29	Restrita	Sim
2022/06/21	Alargada	Sim
2022/06/15	Restrita	Sim
2022/06/08	Restrita	Sim
2022/06/01	Restrita	Sim
2022/05/31	Restrita	Não
2022/05/25	Restrita	Sim
2022/05/18	Restrita	Sim
2022/05/11	Restrita	Sim
2022/05/04	Restrita	Sim
2022/04/27	Restrita	Sim


A.

Data de Reunião	Modalidade	Ordinária
2022/04/21	Alargada	Sim
2022/04/20	Restrita	Sim
2022/04/13	Restrita	Sim
2022/04/12	Restrita	Não
2022/04/12	Restrita	Não
2022/04/06	Restrita	Sim
2022/03/30	Restrita	Sim
2022/03/24	Alargada	Sim
2022/03/23	Restrita	Sim
2022/03/16	Restrita	Sim
2022/03/09	Restrita	Sim
2022/03/02	Restrita	Sim
2022/02/23	Restrita	Sim
2022/02/17	Restrita	Não
2022/02/16	Restrita	Sim
2022/02/14	Restrita	Não
2022/02/09	Restrita	Sim
2022/02/02	Restrita	Sim
2022/01/26	Restrita	Sim
2022/01/19	Restrita	Sim
2022/01/17	Alargada	Sim
2022/01/12	Restrita	Sim
2022/01/05	Restrita	Sim
Total Restrita: 65		Total Alargada: 8

Instalações / Funcionamento CPCJ de Loulé

Instalações	
Acesso Fora de Horário	Existe e necessário
Acessibilidades	Adaptadas a pessoas com Mobilidade Reduzida
Áreas de Trabalho	
Salas de Espera	
Área para Audição	
Arquivo	Devidamente equipado para garantir segurança, acesso reservado e condicionado
Instalações Sanitárias	Separadas entre público e elementos CPCJ
Comunicações e Recursos Informáticos	
Internet	Com largura de banda suficiente para acesso e normal funcionamento da aplicação
Computadores	Suficientes para o número de comissários e/ou volume processual
Software	Compatível com aplicação
Impressora/Fotocopiadora	Impressora e Fotocopiadora disponíveis e exclusivas
Apoio Técnico Informático	Disponibilizado pelo Município
Serviço de Correio	Disponível e partilhado com os serviços municipais
Telefone	Com número direto, extensões; e possibilidade de reencaminhamento exterior
Outro Apoio Logístico	
Livro de reclamações	Disponível
Mobiliário posto trabalho	Adequado
Mobiliário para Atendimento	Adequado
Material de escritório	Disponível e Suficiente
Consumíveis de escritório	Disponível e Suficiente
Destruição Papel	Disponível
Manutenção	Disponibilizada pelo Município
Limpeza	Disponibilizada pelo Município
Seguro Comissários	
Disponibilidade	Disponível



Viatura	
Disponibilidade	Disponível
Caracterização	Viatura não caracterizada
Motorista	Condução realizada por membro da comissão
Seguro	Seguro da viatura não permite condução por elemento não pertencente à entidade cedente
Fundo de Maneio	
O município disponibiliza o fundo de maneio no montante mínimo de comparticipação fixado pela CNPDPCJ	Sim
O município procede à reposição mensal do montante mínimo de fundo de maneio fixado pela CNPDPCJ	Sim
A CPCJ movimenta diretamente o fundo de maneio	Sim

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "H. J. [unclear]".



Assembleia Municipal de Loulé

N.º Entrada 26
06 / 11 / 2023



MOÇÃO

Pela suspensão da decisão da MEO/Altice de descontinuar o serviço de ADSL em localidades sem qualquer outra alternativa de telecomunicações

Considerando que:

A empresa MEO/Altice decidiu unilateralmente descontinuar a tecnologia de ADSL (por cabo de cobre) em todo o País, inclusive em locais que não têm disponível qualquer outro serviço de telecomunicações (fibra ou rede móvel);

Na sequência desta decisão, a MEO/Altice não aceita novos contratos para localidades cuja tecnologia de acesso a telecomunicações se baseie nas linhas de ADSL;

Uma vez cortada uma ligação residencial, seja por avaria, atraso de pagamento ou renegociação de contrato (ainda que com base em informações erronias de colaboradores da empresa), a MEO/Altice recusa terminantemente restabelecer a ligação com base no argumento “descontinuámos essa tecnologia”;

A MEO/Altice informou todos os titulares de telefones públicos ainda existentes em alguns estabelecimentos comerciais (tipicamente cafés e minimercados) das zonas interiores do País que estes equipamentos teriam que ser desligados até ao final do ano de 2023;

Em localidades sem acesso a rede móvel, esses telefones públicos são, sobretudo para não residentes, a única linha de emergência disponível.

Considerando ainda que:

A MEO/Altice não apresenta nenhuma solução alternativa para os clientes que assim se veem privados de acesso ao serviço de telecomunicações;

A rede de ADSL foi “herdada” pela MEO/Altice da antiga Portugal Telecom (que a havia adquirido aquando da extinção dos TLP), construída, portanto, maioritariamente com dinheiros públicos, e que a posse desta tecnologia conferiu à MEO/Altice, durante décadas, uma vantagem comercial sobre as concorrentes nas regiões mais interiores e isoladas de Portugal;

A decisão de descontinuar a ADSL e a aplicação das práticas consequentes está a deixar milhares de pessoas, residentes nas áreas mais isoladas e vulneráveis do País, sem contacto com o mundo exterior, negando-lhes um serviço de que usufruíram por décadas sem que para isso haja uma razão substantiva;

Grande parte do território do Concelho de Loulé, nomeadamente aquele localizado na Serra do Caldeirão, corresponde a áreas isoladas e vulneráveis e cujos habitantes, idosos e sem capacidade reivindicativa, necessitam absolutamente do telefone fixo por ser o seu único meio de contacto com familiares e serviços de emergência.

Considerando finalmente que:

O acesso a telecomunicações (telefone e internet) é hoje um serviço público tão essencial como os de água, eletricidade, transportes ou saneamento básico;

O serviço de ADSL, embora limitado, garante às comunidades isoladas o acesso a esse serviço público;

O desaparecimento desta oferta contribui para a desertificação do interior do território e coloca vidas em risco por falta de contacto de emergência;

Muitas vezes a desativação deste serviço em casa dos clientes tem como base informação errada, com origem em colaboradores comerciais da Meo/Altice, que garantem uma melhoria do serviço com a troca para outras tecnologias que posteriormente se verifica não funcionarem na residência, por falta de sinal de rede móvel.

O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Loulé, na sua reunião de 9 de novembro de 2023, delibere:

1. Manifestar a sua solidariedade com as famílias e os cidadãos que, inesperadamente se veem privadas(os) do serviço público de telecomunicações;
2. Repudiar a atuação da empresa MEO/Altice que, desprezando a relação com clientes antigos de dezenas de anos, e sem se preocupar com as consequências pessoais e sociais, decidiu unilateralmente descontinuar uma tecnologia que continua em muitas localidades a ser a única possibilidade de acesso a comunicações;
3. Apelar à Câmara Municipal de Loulé, à ANACOM, ao Provedor de Justiça e ao Provedor do cliente da MEO/Altice para que intervenham junto da empresa exigindo a reversão da decisão de descontinuar/encerrar as linhas de ADSL nas localidades onde nenhuma operadora oferece alternativa viável, apenas podendo encerrar o serviço em troca de outra tecnologia funcional, garantindo os serviços de manutenção e a religação obrigatória nos casos de desconexão por avaria, atraso de pagamento, mudança de titular, erro ou roubo dos cabos de cobre.
4. Dar conhecimento do teor desta moção à CCDR, AMAL e Assembleias Municipais de: Monchique, Silves, S. Brás de Alportel, Tavira, Alcoutim e Castro Marim.

6/11/2023

Assinado por : **António Francisco Ferreira Martins**
Num. de Identificação: BI06591413
Data: 2023.11.06 20:50:19 Hora padrão de GMT

